



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E

ADOLESCÊNCIA EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

ORLANDO JÚNIOR VIANA MACÊDO

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARAÍBA

2014

ORLANDO JÚNIOR VIANA MACÊDO

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação de Psicologia Social da UFPB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima
Pereira Alberto

JOÃO PESSOA – PARAÍBA

MARÇO/ 2014

Macêdo, Orlando Júnior Viana.

*Atuação dos Profissionais de Psicologia nas
Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da
Assistência Social / Orlando Júnior Viana Macêdo.--
João Pessoa, 2014.*

278f.

Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto

Tese (Doutorado) – UFPB

Para o desenvolvimento desta pesquisa e das demais atividades do Curso, o doutorando teve o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio de uma bolsa de estudo.

**ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ORLANDO JÚNIOR VIANA MACÊDO

Banca Avaliadora:

Profa Dra Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB – orientadora)

Profa Dra Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli (UFPB – membro interno)

Profa Dra Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo (UFPB – membro interno)

Profa Dra Angela Elizabeth Lapa Coêlho (UNIPÊ – membro externo)

Prof. Dr. Oswaldo Hajime Yamamoto (UFRN – membro externo)

João Pessoa, Março de 2014

Dedicatória

Aos meus pais, Dona Fátima e Sr. Orlando, que, ao longo de toda a vida, não mediram esforços para propiciar o melhor para seus filhos e filha.

Agradecimentos

À Deus, que nunca desistiu desse filho ingrato, dando-me forças para superar as minhas limitações com disciplina e trabalho. E por ter colocado tanta gente boa em minha vida.

Fico sem palavras para registrar o agradecimento à Nadja. Esposa, mulher, companheira, amiga... Sempre ao lado e paciente, mesmo nas horas mais difíceis.

À Sofia, pequenina mas gigantesca no meu coração. Por ter me possibilitado enxergar a vida de outra forma.

À minha família, meus amados pais (Orlando e Fátima) e irmãos (Fábio e Lívia), que são a minha base, me ensinaram o valor humildade, da integridade e da dignidade. Por sempre terem me apoiado ao longo dessa jornada.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alberto, por ter contribuído para minha formação acadêmica desde o estágio de conclusão do bacharelado em Psicologia, apesar da forma desastrosa que a abordei. Pelos ensinamentos e exemplos sobre ética e amor ao ofício. E por sempre ter sido uma referência para minha atuação profissional.

À minha leitora interna, Prof^a Dr^a Ana Alayde, pela leitura sempre atenta e pelos comentários relevantes em todos os momentos.

Aos professores que se dispuseram a participar da Banca de Defesa, Profs. Ana Alayde, Ângela, Thaís e Yamamoto. Agradeço pelo desprendimento em dividir comigo seus saberes e pela gentileza em aceitarem me auxiliar na tarefa de concluir esta Tese.

À CAPES, que através do financiamento por meio de uma bolsa, tornou possível a realização deste Doutorado.

À todos e todas que compõem o NUPEDIA (pesquisa, extensão e pós), pela acolhida, pelo aprendizado e pelas risadas e amizade construída. Em especial à Rafa, Mayara,

Denise e Vinícius, que ajudaram nas transcrições. E Manu, pela ajuda na impressão da tese e pelos vários favores representando-me junto à coordenação.

À Gabriel e Vinícius, por terem me acolhido no apartamento. Pelo companheirismo, que muito me ajudou a lidar com a saudade de família e amigos que ficaram no Ceará. E pelas descontraídas conversas, confissões e desabafos regados à cerveja, que muito fortaleceram nossa amizade.

Aos profissionais da Assistência Social, pela disponibilidade e por muito terem me ensinado a partir de suas vivências.

Aos amigos e amigas do Juazeiro do Norte-CE. Em especial a Tonho, pelas orações e apoio frente aos desafios que vivenciei ao longo dessa empreitada.

RESUMO

O presente estudo partiu da seguinte questão-problema: a Psicologia tem conseguido trabalhar nas Políticas da Assistência Social, de forma a efetivar direitos das crianças e dos adolescentes? Ou esta atuação tem se caracterizado como uma ferramenta a mais para o controle social dos pobres, mantendo histórica tradição dessas políticas? Partiu-se do pressuposto de que a atuação da Psicologia na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes se dá distante das reais necessidades desses sujeitos. Sendo defendida a tese de que num Estado socialdemocrata como o Brasil, a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, para atender às reais necessidades das crianças e dos adolescentes, precisa estar pautada na realidade concreta desses sujeitos, por meio de uma atuação comprometida com uma transformação social. O que demanda uma análise crítica acerca das dimensões cultural, social, econômica e política que repercutem na Política de Assistência Social e na população para quem a atuação da Psicologia se volta. Buscou-se suporte teórico na perspectiva crítico-dialética, para conceber o Estado contemporâneo e as Políticas Públicas e na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, para analisar tanto a atuação dos profissionais de Psicologia, quanto a concepção dos gestores das Políticas de Assistência acerca dessa atuação. O objetivo geral foi analisar a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. A pesquisa foi realizada em dois momentos: Entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com seis gestores e com onze profissionais de Psicologia. As entrevistas dos gestores foram analisadas a partir da Análise de Conteúdo, técnica de análise temática. Enquanto as entrevistas dos profissionais de Psicologia foram analisadas por meio do *software* ALCESTE. Nas falas dos gestores predominou concepção de uma atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante; enquanto que na Proteção Social Especial, predominou visão de uma atuação pautada numa perspectiva psicossocial. Emergiram também, nas falas dos gestores, dificuldades que se fazem presentes nas Políticas de Assistência Social, o que evidencia limitações decorrentes da postura do Estado, que vem reduzindo grau de cobertura e eficácia das políticas públicas. A partir das falas dos profissionais de Psicologia percebeu-se que: em sua atuação se deparam com vários aspectos da Política de Assistência Social que limitam sua atuação profissional; a formação que tiveram acesso, tanto no meio acadêmico quanto nas capacitações pouco contribuíram para atuação; concebem a infância e adolescência a partir de perspectivas naturalizante e universalista. Considera-se que as concepções dos gestores acerca da atuação dos profissionais de Psicologia, associados às condições de trabalho, às limitações da própria Política de Assistência Social, da formação acadêmica e das capacitações que os profissionais de Psicologia tiveram acesso para atuar nas Políticas Públicas, são aspectos que fazem com que a Psicologia atue mais numa perspectiva de controle social das crianças e adolescentes usuárias do que numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais desses sujeitos.

Palavras-chave: Atuação dos profissionais. Psicologia. Política de Assistência Social. Crianças. Adolescentes.

ABSTRACT

The present study was based on the following question/problem: has Psychology been able to work in the Social Assistance Policy in order to ensure the rights of children and adolescents? Or has this practice been characterized as an additional tool for social control of the poor, keeping the historical tradition of those policies? The study started from the assumption that the practice of Psychology to ensure the rights of children and adolescents it's far from the real needs of those subjects. The thesis that in a social-democratic State, like Brazil, the practice of Psychology in the Public Policies for Social Protection in the Social Assistance area, to meet the real needs of children and adolescents, must be guided by the reality of those subjects through activities committed to social transformation is defended herein. What demands a critical analysis concerning cultural, social, economic and political dimensions that impact on Social Assistance Policy and on the population for whom the practice of psychology turns to. Critical-dialectical perspective - to design the contemporary State and the Public Policy - and Vygotsky's Cultural-Historical Psychology were used as theoretical support to analyze both the practice of the professionals of Psychology and the concept of the managers of Assistance Policies about that practice. The general objective was to analyze the practice of the professionals of Psychology in the Public Policies for Social Protection in the Social Assistance area in ensuring the rights of children and adolescents. The research was conducted in two phases: Semi-structured interviews conducted individually with six managers and then eleven professionals of Psychology. The interviews of managers were analyzed using Content Analysis, a thematic analysis technique. While the interviews of the professional of Psychology were analyzed using the *ALCESTE software*. In the speech of the managers predominated the understanding of a practice of the professionals of Psychology in the Basic Social Protection based on methods from an individualizing clinical model; whereas in the Special Social Protection predominated the view of a practice based on a psychosocial perspective. The speech of the managers also showed the difficulties that are present in Social Assistance Policies, what highlights the limitations resulting from the posture of the State, that has been reducing the degree of coverage and effectiveness of public policies. The speech of the professionals of Psychology showed that in their practice, they faced various aspects of the Social Assistance Policy that limited their professional practice; the training they had access to at university and for professional qualification didn't help much their practice; they conceive childhood and adolescence based upon naturalizing and universalist perspectives. It is considered that the understanding of the managers about the practice of the professionals of Psychology, associated to the working conditions, the limitations of the Social Assistance Policy itself, the academic training and the professional qualification that the professionals of Psychology had access to work in the Public Policies are aspects that make Psychology act more as a perspective of social control of children and adolescents than as a perspective to ensure the social rights of these subjects.

Keywords: Practice of professionals. Psychology. Social Assistance Policy. Children. Adolescents.

RESUMEN

El presente estudio partió de la siguiente cuestión-problema: la Psicología tiene conseguido trabajar en las políticas Bienestar Social, con el fin de efectuar los derechos de los niños y adolescentes? O está actuación se ha caracterizado como una herramienta a más para el control social de los necesitados, manteniendo la tradición histórica de esas políticas? Partiendo del presupuesto de que la actuación de la psicología en la aplicación de los derechos a los niños y adolescentes darse lejos de las reales necesidades de estos individuos. Siendo defendida la tesis en que un Estado socialdemócrata como Brasil a actuación de la Psicología en las Políticas Públicas de Protección Social en el contexto del bienestar social, para atender las reales necesidades de los niños y adolescentes, debe guiarse por la realidad concreta de estos sujetos, por medio de una acción comprometida con la transformación social. Lo que demanda un análisis crítico acerca de las dimensiones cultural, social, económica y política que repercuten en la Política de Bienestar Social y de la población para la cual la intervención psicológica se vuelve. Buscamos apoyo teórico en la perspectiva crítico-dialecto, para concebir el Estado contemporáneo y las Políticas Públicas y la Psicología Histórico-Cultural de Vigotski, para analizar el desempeño de los profesionales de la Psicología, como también, gestores de las políticas de asistencia acerca de esa actuación. El objetivo general fue analizar a actuación de los profesionales de psicología en las Políticas Públicas de Protección Social en el ámbito del bienestar social y asegurar los derechos de los niños y adolescentes. La pesquisa fue realizada en dos etapas: entrevistas semiestructuradas realizadas individualmente con seis gestores y once profesionales de Psicología. Las entrevistas de los gestores fueron analizadas a través del análisis del contenido, técnica de análisis temática. Mientras que, los profesionales de Psicología fueron examinados utilizando el *software* ALCESTE. En la habla de los gestores se ha predominado una concepción de actuación de los profesionales de psicología en la protección social Básica, basada en tecnologías oriundas de un modelo clínico individual; mientras en la protección social especial, ha predominado una visión de acción pautada en una perspectiva psicosocial. También surgió en las declaraciones de los gestores las dificultades que están presentes en las políticas de bienestar social, existen evidencias de que las limitaciones resulta de la postura del Estado, lo que ha reducido el grado de cobertura y la eficacia de las políticas públicas. A partir de los discursos de los profesionales de psicología se percibe que: en su actuación se deparan con varios aspectos de la Política social que limitan su acción profesional; la formación que tuvieron acceso, tanto en lo medio académico, como en las capacitaciones poco contribuyeron para la actuación; conciben la infancia y adolescencia desde la naturalización y la perspectiva universalista. Se considera que las concepciones de los administradores acerca de la actuación de los profesionales de psicología, asociados a las condiciones del trabajo, las limitaciones de la propia política de Asistencia Social, de la formación académica y las capacitaciones que los profesionales tuvieron acceso para actuar en las políticas públicas, son aspectos que hacen con que la psicología actué más en una perspectiva del control social de los niños y adolescentes usuarias, do que en una perspectiva de efectuación de los derechos sociales de estos sujetos.

Palabras-clave: Actuación de los profesionales. Psicología. Política de Asistencia Social. Niños. Adolescentes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Temas, Categorias e Subcategorias obtidos por meio da Análise de Conteúdo.....	122
Figura 2 - Equipamento do Serviço de Proteção Social da política de Assistência Social que o profissional de Psicologia atua.....	142
Figura 3 - Temas e classes obtidos por meio do Alceste.....	144
Figura 4 – Dendograma1 – Distribuição das Classes: Classificação Hierárquica Descendente.....	146
Figura 5 – Dendograma 2 – Distribuição das Classes: Classificação Hierárquica Descendente.....	160
Figura 6 – Dendograma 3 – Distribuição das Classes: Classificação Hierárquica Descendente.....	176

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social

AFC - Análise Fatorial de Correspondência

ALCESTE - Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto

AS – Assistência Social

CBIA - Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CBP - Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CFSS - Conselho Federal de Serviço Social

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CHESF - Companhia Hidro Elétrica de São Francisco

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CONPSI - Congresso Norte-Nordeste de Psicologia

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CREAS - Centros Especializados da Assistência Social

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

DNCr - Departamento Nacional da Criança

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM - Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

LA – Liberdade Assistida

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes de Bases

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Prestação de Serviços a Comunidade

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SISNEP - Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UCE - Unidades de Contexto Elementar

UCI - Unidades de Contexto Iniciais

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 – ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PSICOLOGIA	35
1.1- Políticas destinadas às crianças e aos adolescentes.....	36
1.2- Estado Brasileiro e a Política de Assistência Social.....	47
1.3- Constituição da Psicologia no Brasil e sua inserção nas políticas públicas.....	59
1.4- Atuação do profissional de Psicologia na Política de Assistência Social e a efetivação dos Direitos Sociais das crianças e adolescentes.....	69
CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	77
2.1- História do Estado.....	78
2.2- Perspectiva crítico-dialética.....	92
2.3- Teoria Histórico-Cultural.....	98
2.3.1- Consciência.....	99
2.3.2- Atividade.....	104
CAPÍTULO 3- PERCURSO METODOLÓGICO	108
3.1- Lócus da Pesquisa.....	111
3.2- Participantes.....	111
3.3- Instrumentos.....	112
3.4- Procedimentos de coleta de dados.....	113
3.5- Procedimentos éticos.....	114
3.6- Análise dos dados.....	115
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS	121
4.1- Perfil dos gestores da política da Assistência Social.....	123
4.2- Percepção dos gestores acerca da atuação do profissional de Psicologia nos Serviços de Proteção Social Básica da política da Assistência Social.....	125
4.3- Percepção dos gestores acerca da atuação do profissional de Psicologia nos Serviços de Proteção Social Especial da política da Assistência Social.....	133
4.4- Atuação dos profissionais de psicologia nos Serviços de Proteção Social da política de Assistência Social.....	142
4.4.1- Dados biosociodemográfico dos profissionais de psicologia.....	142
4.4.2- Blocos de Análise.....	144
4.4.3- Atuação dos profissionais de psicologia.....	146
4.4.4- Formação dos profissionais de psicologia.....	160
4.4.5- Infância, Adolescência e Direitos.....	176
CAPÍTULO 5 – DISCUSSÃO: GESTORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA	192
5.1- Perfil dos gestores da política da Assistência Social.....	193

5.2- <i>Percepção dos gestores acerca da atuação do profissional de Psicologia nos Serviços de Proteção Social Básica da política da Assistência Social</i>	194
5.3- <i>Percepção dos gestores acerca da atuação do profissional de Psicologia nos Serviços de Proteção Social Especial da política da Assistência Social</i>	200
5.4- <i>Dificuldades nas Políticas de Assistência Social</i>	204
CAPÍTULO 6 – DISCUSSÃO: ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA	213
6.1- <i>Perfil dos profissionais de Psicologia</i>	214
6.2- <i>Formação dos profissionais de Psicologia para atuar nas Políticas de Assistência Social</i>	217
6.3- <i>Dificuldades da atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social</i>	223
6.4- <i>Concepção de infância e adolescência por parte dos profissionais de Psicologia</i>	232
6.5- <i>Atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social</i>	237
CONSIDERAÇÕES FINAIS	245
RESFERÊNCIAS	252
ANEXO	267

INTRODUÇÃO

A partir de um resgate histórico da Psicologia, percebe-se uma tradição e hegemonia de um modelo clínico individualizado, com uma atuação pautada num modelo de profissional liberal, que atendia aos anseios de uma pequena parcela da população que gozava de uma boa condição financeira para remunerar os serviços prestados pelos profissionais de Psicologia. Somado a essa tradição individualizante e elitista da Psicologia, identifica-se uma história da Política de Assistência Social (PAS) marcada por uma perspectiva assistencialista, caritativa e higiênica, sobretudo quando voltadas para crianças e adolescentes pobres. O que resulta em uma grande desafio pensar a atuação da Psicologia na Política de Assistência Social numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais.

Considera-se, no presente estudo, a renda como determinante básico do nível de bem-estar da população, servindo como crivo de referência para a caracterização dos pobres em relação com outros aspectos da qualidade de vida não diretamente dependentes da renda, mas que têm papel fundamental na determinação do nível de bem-estar, como as condições de acesso a serviços públicos básicos. Dessa forma, pobres são considerados aqui, como aqueles sujeitos que apresentam rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal, conforme definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010).

A partir de meados da década de 1980, a prática dos profissionais de Psicologia junto aos sujeitos pobres deixou de ser iniciativa de poucos profissionais, que desenvolviam trabalhos voluntários, com caráter de clandestinidade e militância, haja vista quadro político e social das décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Tornando-se um trabalho institucionalizado, no qual o profissional de Psicologia passou a ser remunerado para atuar junto aos sujeitos pobres, sendo essas práticas mais ligadas às

questões de saúde, num primeiro momento e, posteriormente, nas Políticas da Assistência Social, Políticas da Justiça e Políticas da Educação.

Essa inserção da Psicologia nas Políticas Públicas trouxe à tona as limitações do referencial teórico-metodológico que vinha sendo adotado hegemonicamente, sendo expostas as insuficiências teórico-técnicas da Psicologia ao lidar com essas novas demandas. Esse contexto, somado a trajetória profissional do autor da tese, que será apresentada adiante, despertou o interesse em conhecer de forma mais aprofundada as possibilidades e limites de contribuição da Psicologia no contexto das Políticas Públicas de Proteção Social, mais especificamente frente às crianças e aos adolescentes no âmbito da Política de Assistência Social.

Um primeiro contato com a temática das Políticas Públicas se deu enquanto discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a partir da participação no Grupo de Estudos Sobre Trabalho Precoce (este grupo em 2009 passou a denominar-se Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência - NUPEDIA), por meio do estágio de conclusão do Curso de Psicologia, realizado na Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PB), no Grupo Especial de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPA), no qual foi possibilitada uma aproximação com as políticas, desenvolvidas pelo Governo Federal, em favor das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Tal estágio foi o encerramento de um ciclo que durou cinco anos na graduação do curso de Psicologia. A sensação ao concluir essa fase da vida acadêmica, como costumávamos dizer enquanto estudantes no final do curso, “de estar pronto...pronto para começar um novo Curso de Psicologia”. Diante desse desconforto, decorrente de uma insegurança para iniciar a atuar profissionalmente, surgiu possibilidade do mestrado.

Pensar em continuar no meio acadêmico como mestrando em Psicologia Social possibilitou certo conforto. O que se justificou pela possibilidade de aprofundar conhecimento numa área de grande interesse e por pensar, à época, que tal formação complementar poderia me dar mais subsídios para uma futura atuação profissional. Foram, então, mais dois anos de investimento na formação acadêmica. Dessa forma, vinculado ao mesmo grupo de pesquisa e extensão, foi realizado mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, que teve como objeto de estudo a política de formação de adolescentes para o trabalho, por meio da Lei de Aprendizagem.

Depois de cinco anos na graduação, dois no mestrado, não dava mais para adiar. Era o momento de tentar o tão almejado primeiro emprego. Alguns desafios já tinham sido superados ao longo dos sete anos de estudos, mas talvez aquele fosse ainda maior, inserção no mercado de trabalho. Com alguns agravantes, já que tinha realizado graduação e pós-graduação na capital paraibana e retornei para terra natal, interior do Ceará, Juazeiro do Norte. Com uma formação que havia sido direcionada para Psicologia Social (já que a graduação à época era “especializada”), um único estágio curricular realizado com um direcionamento para a problemática do trabalho precoce, mestrado em Psicologia Social e duas experiências com grupos de extensão, ambas com base na Educação Popular, sendo uma numa comunidade pobre de João Pessoa e outra na zona rural, com jovens assentados. Ou seja, com um histórico razoável, mas sem familiares politicamente influentes para dar uma “mãozinha”, foi dado início a busca por uma inserção no mundo laboral.

Por mais que acreditasse na causa abraçada ao longo da graduação e pós-graduação, não conseguia tirar da minha cabeça, frente às dificuldades que começava a enfrentar para conseguir primeiro emprego, o pensamento de que se tivesse direcionado

minha formação para a área clínica talvez minha situação fosse diferente. Depois de vários currículos distribuídos e alguns contatos com profissionais que fui conhecendo ao longo dessa empreitada, eis que surge uma proposta.

A primeira possibilidade de trabalho enquanto profissional de Psicologia deu-se em uma cidade próxima a Juazeiro do Norte. Estando tal cidade localizada à distância de 120 km de Juazeiro do Norte e a 480 km da capital Fortaleza. Não pensei duas vezes, era a possibilidade de um primeiro emprego, precisava fazer algo e as propostas me encantaram: Comissão de Prevenção e Atendimento dos Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes e Centro de Referência da Assistência Social - CRAS.

O CRAS estava sendo implementado naquele município. Nacionalmente o CRAS, que também era conhecido como “Casa da Família”, estava dando seus primeiros passos. O que mais se discutia à época era que a atuação deveria estar voltada para o território referenciado, que envolvia áreas de maior vulnerabilidade social. Entendia-se que essa condição de vida estava diretamente relacionada com a pobreza. Dessa forma, apesar de não ser uma política exclusiva para os pobres, acabava voltando-se para tal segmento da população. O que também acontecia com a Comissão de Prevenção e Atendimento dos Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes.

A Comissão de Prevenção dos Maus-tratos era uma equipe composta por um médico, uma enfermeira, uma assistente social e faltava um psicólogo. De acordo com a Lei nº 955/96, dentre outras atividades a comissão em questão deveria: atender, avaliar, acompanhar e tomar todas as medidas cabíveis, do ponto de vista médico, psicossocial e jurídico dos casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes; encaminhar os casos notificados, que não necessitassem de internação, aos setores competentes (SOS Criança, Abrigos, Juizado da Infância e da Juventude); prestar assistência psicológica ou encaminhar para os centros de atenção psicológica os pais ou responsáveis,

agressores ou que tenham seus filhos agredidos; avaliar a relação familiar e os riscos para a criança ou adolescente quando do retorno ao lar, etc.

Comecei a vislumbrar a possibilidade de pôr em prática todas as discussões acerca do processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social, a possibilidade de desenvolver trabalho com os pais dessas crianças e adolescentes, a partir do referencial teórico e das técnicas aprendidas ao longo dos sete anos de atividade acadêmica, aproveitando um pouco das reflexões e discussões realizadas no movimento estudantil e das vivências nos projetos de extensão. Enfim, muita expectativa e um sentimento de enorme satisfação por ter conseguido uma inserção no mercado de trabalho sem nenhum apadrinhamento político. Começou, dessa forma, outro grande desafio.

A Comissão de Prevenção dos Maus-tratos, já havia existido, porém, estava desativada. O primeiro passo foi reunir os membros para tentar encontrar um horário e dia para as reuniões ordinárias, ficou acordado que todas as quartas haveria reuniões. Nesse primeiro momento, com exceção da assistente social, todos os profissionais se fizeram presentes. Uma vez que apenas a assistente social já tinha participado dessa comissão, ficou decidido que cada um iria buscar conhecer um pouco mais sobre a proposta, para uma posterior discussão coletiva. Discussão essa que acabou não se efetivando, seja pela ausência de um dos membros seja pela não realização de leitura previa dos textos, por parte de outros.

Durante os sete meses de participação, nunca houve uma reunião em que estivessem presentes os quatro membros da comissão, sendo mais da metade das reuniões realizadas contando apenas com minha presença, enquanto profissional de Psicologia, e da assistente social. Depois de alguns dias fazendo parte da comissão, veio a grande surpresa. Parte da minha carga horária seria destinada a atendimento clínico

individualizado, que se daria num posto de saúde que acabara de ser construído e inaugurado, numa sala que em outros momentos era utilizada para consultas médicas. E o público não se tratava de crianças ou adolescentes vítimas de maus-tratos, tampouco dos pais desses sujeitos, mas sim todo e qualquer morador da cidade que considerasse precisar de um psicólogo ou que fosse encaminhado por algum profissional da saúde ou da educação para fazer psicoterapia.

Passadas algumas semanas, após algumas poucas tentativas frustradas de sensibilizar os gestores e outros profissionais acerca da necessidade de serem retomadas as atividades da Comissão de Prevenção e Atendimento aos Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes, vi que a decisão mais sensata era pedir demissão. Não tinha formação apropriada e estava muito desconfortável naquela atividade, resolvi ficar apenas no CRAS. Ao sair, ficou um misto de frustração e alívio.

Enquanto estava nesse processo, tentando sensibilizar os gestores e outros profissionais acerca da importância da Comissão de Prevenção e Atendimento aos Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes e da necessidade de mesma apresentar outra dinâmica de funcionamento e, ao mesmo tempo pensando em pedir demissão, mais uma vez voltei a questionar-me acerca das minhas escolhas ao longo da graduação, pois uma atuação pautada num modelo clínico individualizado estava sendo exigida. Essa era a Psicologia que os gestores das políticas da saúde daquele município conheciam e esperavam. Sentia-me impotente por não ter conseguido apresentar outras possibilidades de atuação de um profissional de Psicologia. E um tanto desconfortável por ser cobrado a atuar numa perspectiva que não tinha formação apropriada, nem interesse em trabalhar.

Diante desse desconforto, sentia-me frustrado, primeiramente por não ter conseguido contribuir para amenizar o sofrimento das crianças e adolescentes daquele

município, bem como por não ter conseguido sensibilizar gestores e profissionais acerca da importância de um funcionamento efetivo daquela comissão. Seriam limitações de ordem pessoal? Ou de ordem da formação acadêmica, cujas limitações teórico-metodológicas alimentavam os empecilhos existentes para se trabalhar com as demandas reais?

A atuação no Centro de Referência da Assistência Social– CRAS, que se deu simultaneamente a atuação na Comissão de Prevenção e Atendimento aos Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes e no mesmo município, foi meu primeiro contato com tal proposta e as expectativas, inicialmente, também foram as melhores possíveis. Tudo era muito novo para mim e as possibilidades foram surgindo muito rapidamente. E a sensação de estar atuando frente ao desconhecido era de completo desalojamento. Sentia-me desafiado e despreparado para atuar junto a sujeitos pobres, entusiasmava-me com a possibilidade de contribuir para possibilitar uma melhoria na qualidade de vida de tais sujeitos, apesar de não ter ideia alguma acerca de como operacionalizá-la.

Diante desse desafio no CRAS, que não tive oportunidade de conhecer no meio acadêmico, tentei contato com vários profissionais, pesquisas na internet, cartilhas, enfim, precisava buscar algo para nortear minha atuação naquele contexto. Discutindo com a assistente social e a pedagoga, que faziam parte da equipe, começamos a realizar algumas atividades, como: formação dos educadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, acompanhamento do Programa Agente Jovem; cursos para promover inclusão digital de crianças; cursos profissionalizantes para os adultos das áreas referenciadas pelo CRAS; reunião com professores e diretores que se queixavam de indisciplina das crianças, tentando desconstruir concepções que culpabilizavam as crianças e seus familiares; oficinas; reuniões com os grupos da terceira idade, bem como com grupos de gestantes e de crianças etc.

Mas fazendo um retrospecto, acho que o que os gestores mais gostavam mesmo da minha atuação era no “Jornal do CRAS” que ajudava a confeccionar, pois este servia para dar visibilidade ao que estava sendo “realizado pelo prefeito”. Demorei um pouco para perceber que tal jornal, não era visto como um canal de diálogo com a comunidade, ou melhor, até era, mas com fim claramente eleitoreiro. E tal atividade acabou sendo delegada a mim por ser um dos poucos membros da equipe que tinha certa facilidade, ou interesse, em elaborar textos relatando as experiências desenvolvidas pela nossa equipe. Por consequência disto, acabei tornando-se, também, “fotógrafo oficial” do CRAS, que tinha papel de registrar atividades realizadas pelos técnicos do CRAS (principalmente para pôr no jornal), sobretudo aquelas em que eram distribuídos “brindes” para a população “carente”.

Ficava me perguntando se eu não conseguiria fazer aquilo tudo que fazia no CRAS, sem ter passado tanto tempo na academia. Qual seria, então, contribuição da formação acadêmica para uma atuação no CRAS? Qual a contribuição da Psicologia para os usuários do CRAS? Teria a Psicologia o que oferecer àqueles sujeitos pobres?

Em época de eleições, a atuação ficava ainda mais comprometida, era grande a cobrança da “presença do psicólogo nas visitas domiciliares”, vale salientar que as mesmas aconteciam à noite e com propósitos óbvios. As constantes e variadas desculpas para não participar me desgastaram um pouco frente aos outros profissionais da Política de Assistência Social. À época eu estava começando a dar aulas numa Instituição de Ensino Superior particular e a trabalhar na Secretaria de Assistência Social de outro município do interior do Ceará, o que me rendeu desculpas para as constantes ausências em tais visitas.

Nesse outro município, passei a trabalhar depois que sai da Comissão de Prevenção e Atendimento aos Maus-tratos contra crianças e adolescentes, tendo o papel

de acompanhar o Programa Agente Jovem – no qual o adolescente se profissionaliza trabalhando, dentro de um processo educacional previsto na Lei 10.097. Em tal município chegaram ao ponto de obrigar os técnicos do CRAS e outros profissionais da Assistência Social a fazer visitas domiciliares aos sábados, em bairros determinados pela gestão municipal. E em tais visitas, alegando diagnóstico acerca dos problemas que se faziam presentes no bairro, era solicitado que os profissionais visitassem as casas dos moradores e depois de perguntar sobre a situação que eles estavam vivenciando naquela localidade, distribuíssem “santinhos de candidatos” que estavam sendo apoiados pelo prefeito – o que me forçava a buscar estratégias para não realizar tais atividades e passar por despercebido, caso contrário correria risco de perder emprego.

Essa atuação na Assistência Social nesses dois municípios, sendo um diretamente na secretaria e outro por meio do CRAS, assemelhavam-se pela: falta de articulação entre as secretarias municipais, precárias condições de trabalho, demanda por uma atuação próxima aos moldes clínico individualizante, interesses político-partidários, baixa remuneração, e constantes solicitações de palestras, sobretudo nas escolas. Frente a tais demandas procurava sempre conversar com gestores e outros técnicos acerca de limitações de intervenções pontuais, chamando atenção para necessidade de um trabalho interdisciplinar e continuado. O que em alguns momentos renderam alguns frutos interessantes, apesar de encontrar resistência por parte de alguns outros profissionais e limitações na articulação entre políticas postas em prática por outras secretarias.

Diante do desgaste, tanto pelas constantes e inseguras viagens em transportes alternativos, quanto pelo tipo de atuação, que em alguns momentos era cobrado e acabava cedendo; e a partir de uma proposta de atuação em outra faculdade particular, tornou-se inviável minha permanência na política de Assistência Social. No entanto,

essa saída do CRAS num primeiro momento e da Secretaria de Assistência Social alguns meses depois, não se configurou como uma desistência das Políticas Públicas.

Atuar como docente nos cursos de Serviço Social e Psicologia, por meio das disciplinas *Psicologia Social*, *Psicologia Comunitária* e *Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos*, acabou por possibilitar outra forma de conhecer Políticas Públicas, bem como os referenciais teóricos, as ferramentas e técnicas que poderiam ser utilizadas em tal contexto. Comecei a vislumbrar, então, uma nova forma de contribuir, agora formando profissionais de Psicologia e do Serviço Social para atuar por meio de um fazer coerente com as Políticas Públicas de Proteção Social, sobretudo no âmbito da Assistência Social.

Dessa forma, devido aos estudos para preparar as aulas e para as orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), bem como ao envolvimento direto em pesquisas na área, juntamente com um grupo de estudantes de Psicologia, surgiu o interesse em conhecer de forma mais aprofundada as possibilidades e limites de contribuição da Psicologia nas políticas da Assistência Social, frente às crianças e aos adolescentes. Discutíamos muito em sala de aula sobre: o tipo de formação acadêmica, que continuava predominando nas universidades e faculdades de Psicologia; a importância do envolvimento dos discentes, em atividades como pesquisa, extensão e militância política, ao longo da graduação; o tipo de capacitação oferecida pelos gestores e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para os profissionais que trabalham na Política de Assistência Social; articulação entre teoria e prática dos profissionais; e as condições de trabalho nas Políticas Públicas.

Tais discussões e reflexões conduzidas em sala de aula e no grupo de pesquisa eram realizadas buscando-se um caminho para se pensar estratégias para propor atualizações, modificações nas políticas vigentes, de forma a criar alternativas às

demandas existentes, através da construção de novos saberes e tecnologias. Tal vivência possibilitou uma análise mais crítica acerca das Políticas Públicas e da forma como se deu a inserção da Psicologia em tal contexto.

Essas análises levaram ao entendimento de que se torna necessário uma reflexão sistemática acerca das seguintes questões: Passados mais de duas décadas que a Psicologia vem atuando no contexto das Políticas Públicas, que avanços tem apresentado em termos de formação de seus profissionais para atuação em tal contexto? Em nosso cenário de exclusão social e violência estrutural, qual é o papel da Psicologia e quais instrumentos esse campo de saber tem desenvolvido para enfrentar essa realidade concreta? Qual a relação entre Políticas Públicas, Direitos e Estado? Como os profissionais de Psicologia, concebem as políticas voltadas para infância e adolescentes de classe pobre? Como os profissionais de Psicologia percebem sua atuação nesse contexto? A ciência e profissão Psicologia têm, de fato, conseguido superar as limitações de uma atuação clínica pautada nos referências teóricos que analisam os sujeitos de forma deslocada da realidade na qual o mesmo está inserido?

Diante desses questionamentos que foram surgindo no processo de ensino-aprendizagem das disciplinas de *Psicologia Social*, *Psicologia Comunitária* e *Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos*, configurou-se um desejo que nos impeliu à ação de pesquisa, com o propósito de responder a seguinte questão-problema: a Psicologia tem conseguido atuar nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, de forma a efetivar direitos das crianças e dos adolescentes?

O que se justifica pelo fato de, apesar de as Políticas Públicas se constituírem como um campo não tão recente para atuação da Psicologia, pouco se tem avançado em termos de efetivação de uma “práxis libertadora” por parte da categoria. O que, acrescido a necessidade de se pensar uma formação em Psicologia que forneça subsídios

para uma prática em consonância com a realidade concreta da maioria da população brasileira, de forma a superar o descompasso entre formação acadêmica e mundo social, justifica o presente estudo e inscreve a importância do mesmo. Uma vez que, tal análise pode fornecer subsídios para construirmos teorias e técnicas inovadoras de trabalho, bem como compreendermos os limites estruturais de nossa atuação nas Políticas Públicas destinadas às crianças e aos adolescentes de classe pobre, de forma a pensarmos uma ampliação do leque de possibilidades para esta atuação. Dessa forma elegemos os objetivos que serão apresentados a seguir.

Objetivo geral: Analisar a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Objetivos específicos: identificar o perfil dos gestores das políticas de Assistência Social do Cariri cearense; conhecer concepção dos gestores, das políticas de Assistência Social, acerca do papel do profissional de Psicologia, nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, em torno da infância e adolescência; identificar o perfil dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense; identificar o referencial teórico-metodológico utilizado pelos profissionais de Psicologia, do Cariri cearense, para nortear sua prática; conhecer como os profissionais percebem a contribuição dos referenciais teórico-metodológicos utilizados em sua atuação junto à infância e à adolescência; mapear as dificuldades institucionais enfrentadas para atuar na Política de Assistência Social; conhecer as concepções sobre a infância e a adolescência por parte dos profissionais de Psicologia; Identificar o tipo de prática desenvolvida pelos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, por meio da Política de Assistência Social.

Dessa forma, na presente tese, que tem como objeto de estudo a atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social junto às crianças e aos

adolescentes, recorreu-se a uma análise de Políticas Públicas pautada numa tradição marxista, por se considerar que esta propicia fecundos argumentos para uma reflexão do significado social das Políticas Públicas e seus limites na contemporaneidade. E a teoria Histórico-Cultural de Vigotski, por possibilitar analisar a realidade a partir das nuances históricas, culturais, econômicas e políticas, considerando uma articulação entre os aspectos objetivos e subjetivos, externos e internos, pois compreender a atuação dos profissionais de Psicologia, nas situações sociais que pretende agir e transformar, implica compreender o conjunto de fatores que compõem a realidade social e a existência dos sujeitos sociais (objetiva e subjetivamente).

Diante do exposto, pensa-se a infância e a adolescência como expressão das questões sociais que emergem a partir da relação capital-trabalho, estando, portanto, em conexão com as relações de poder que atravessam tais questões. Buscando-se, por meio do presente estudo reafirmar centralidade perspectiva de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, dando visibilidade a realidade objetiva e a forma que a mesma repercute na atuação dos profissionais de Psicologia nesse processo de efetivação dos direitos sociais desses sujeitos.

Considera-se, dessa forma que as Políticas Públicas devem ser democráticas, garantir os direitos sociais básicos, promover a cidadania e, para serem eficazes, precisam contar com a adesão e a participação dos envolvidos. Tal concepção justifica-se pelo entendimento de que as Políticas Públicas constituem-se como um espaço contraditório, mas com hegemonia do capital, como um terreno importante de luta de classes, de defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos de cortes de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (Behring, 2009).

Dessa forma, Política Pública demanda uma atuação técnica qualificada teoricamente e pautada por preceitos ético-políticos. Levando-se em consideração o histórico da atuação dos profissionais de Psicologia, a história das Políticas de Assistência Social no contexto brasileiro, sobretudo as voltadas para crianças e adolescentes pobres, bem como as mudanças decorrentes da Constituição Cidadã de 1988, o presente estudo partiu do pressuposto de que a atuação da Psicologia na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes se dá distante das reais necessidades desses sujeitos.

No presente estudo defende-se a tese de que a atuação da Psicologia nas Políticas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, não tem levado em consideração as dimensões cultural, social, econômica e política que repercutem na Política de Assistência Social e na realidade concreta das crianças e adolescentes para quem a atuação se volta. O que caracteriza tal atuação como uma ferramenta a mais de controle das crianças e adolescentes por meio de intervenções que sejam funcionais a lógica do capital.

A presente tese está organizada em sete capítulos. O primeiro deles, denominado *Estado, Políticas Públicas e Psicologia*, trata de uma revisão da literatura, contemplando um resgate histórico das políticas destinadas às crianças e aos adolescentes, uma discussão acerca da constituição da Psicologia e sua inserção no âmbito das Políticas Públicas, abordando-se as demandas que a Psicologia passou a se defrontar diante desse novo contexto de atuação. E uma discussão acerca da atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, regida pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir de um a perspectiva de efetivação dos direitos sociais.

O segundo capítulo, denominado *Perspectiva crítico-dialética e Psicologia Histórico-Cultural*, aborda os fundamentos teórico-histórico e político-econômico que estão na base do Estado contemporâneo e das Políticas Públicas, sendo apresentada a perspectiva crítico-dialética como fundamento teórico para abordar a Política de Assistência Social em sua complexidade histórico-estrutural. Bem como aborda uma apresentação da teoria Histórico-Cultural, enfocando-se as categorias consciência e atividade.

No terceiro capítulo, *Percurso metodológico*, é apresentado o lócus da pesquisa, participantes, instrumentos utilizados, os procedimentos de coleta de dados, bem como os aspectos éticos do estudo em questão e procedimentos utilizados nas análises dos dados.

O quarto capítulo, denominado *Resultados*, contempla os achados da pesquisa, apresentando, dessa forma o perfil dos gestores da política da Assistência Social, percepção dos gestores acerca da atuação do profissional na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial da Política da Assistência Social e como se dá atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social, segundo depoimento dos profissionais de Psicologia.

No quinto capítulo, *Discussão: Gestores das Políticas de Assistência Social e atuação da Psicologia*, são apresentadas as análise e discussões das concepções dos gestores acerca da atuação dos profissionais de Psicologia, tanto na Proteção Social Básica quanto na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social. Levando-se em consideração o norte teórico adotado e o confronto com a literatura pertinente.

O sexto capítulo, denominado *Discussão: Atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social*, por meio do norte teórico adotado e do

confronto com a literatura pertinente, são analisados e discutidos os resultados encontrados no estudo por meio das entrevistas com os profissionais de Psicologia.

Posteriormente, são apresentadas, nas considerações finais, algumas reflexões do autor relacionando os resultados obtidos com a questão-problema, o pressuposto e os objetivos que nortearam o presente estudo. E por fim são apresentadas as referências utilizadas para efeito desta Tese.

CAPÍTULO 1

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E

PSICOLOGIA

Conhecer e refletir sobre a forma como os profissionais de Psicologia vêm atuando nas Políticas Públicas, pode ser entendido como eficaz estratégia para superar atuações que tem as tecnologias da clínica numa perspectiva individualizante como modo de excelência, mesmo em espaços que demandam uma atuação num enfoque psicossocial, numa perspectiva de efetivação dos direitos dos usuários. Dessa forma, buscou-se no presente capítulo situar a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas pensando-se atuações, por meio de um fazer psicossocial comprometido com a transformação social da realidade das crianças e dos adolescentes usuários da Política da Assistência Social.

Para tanto, foi realizado um breve resgate histórico das políticas destinadas às crianças e adolescentes, uma discussão acerca da constituição da Psicologia e sua inserção no âmbito das Políticas Públicas e o que se espera, em termos de marcos legais da Política de Assistência Social e do que é prescrito pelo Conselho Federal de Psicologia, da atuação dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

1.1- Políticas destinadas às crianças e aos adolescentes

A partir de uma análise histórica das políticas destinadas à infância e à adolescência brasileira, desde o Brasil colonial até os dias de hoje, percebe-se práticas assistenciais - seja por parte da Igreja, seja por parte do Estado – reguladas pela filantropia. Segundo Mestriner (2001), podem-se visualizar fases e alianças, da filantropia caritativa à higiênica, disciplinadora, pedagógica profissionalizante, vigiada e de clientela. Havendo, ao longo de nossa história, uma clara distinção entre uma

política para os filhos da elite ou das classes dominantes e uma política para as crianças e adolescentes pobres (Faleiros, 2005).

No Brasil Colonial, na perspectiva dos colonizadores, como assinalam Cruz e Guareshi (2009), os índios viviam em estado de selvageria e barbárie. Dessa forma, com o propósito de promover mudanças nos costumes de tal população, os jesuítas construíram a primeira casa de recolhimento de crianças no Brasil, em 1551. “Esta acolhia as crianças indígenas que eram separadas dos seus pais. Isolando-as dos seus progenitores e, conseqüentemente, das tradições culturais” (Cruz & Guareshi, 2009, p.18). Objetivava-se, através dessa medida da Igreja Católica pautada na caridade, fazer com que tais crianças assimilassem a cultura e a religião portuguesa. Alegando-se que as crianças necessitavam de “correção”, haja vista seu comportamento “bárbaro”.

Outra clivagem engendrada nesse período histórico e que acabou por repercutir nas políticas subsequentes, como chamam atenção Rizzini e Pilotti (2011), distinguiu de um lado senhores ricos (leigos e clérigos) e do outro, escravos ou agregados da família senhorial. Estes, sem pessoas ou instituições capazes de lhes valer em suas dificuldades ou privações, não podiam permanecer à própria sorte, sendo destinada a caridade pública, sob forma das entidades de caráter filantrópico, laicas ou vinculadas a instituições religiosas (Rizzini & Pilotti, 2011). Como será visto através do Sistema de Rodas.

No século XVIII, com o aumento do número de crianças abandonadas nas ruas, terrenos baldios, portas de igrejas e residências, foram criadas as Rodas de Expostos nas Santas Casas de Misericórdias, que consistia em todo um sistema legal e assistencial das crianças abandonadas até sua maioridade, objetivando salvar vidas desses recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois a trabalhos produtivos e forçados.

Através dessa iniciativa inaugura-se a fase filantrópica da assistência, associando o público e o privado.

De acordo com Rizzini e Pilotti (2011), as crianças recolhidas e assistidas pelo sistema da Roda, ao final de suas diferentes etapas, eram conduzidas ao trabalho precoce e exploradas, como forma de ressarcirem seus “criadores”, ou o Estado, pelos gastos feitos com sua criação. Tais autores acrescentam que o sistema da Roda validava e institucionalizava o enjeitamento da criança desvalorizada (negra, mestiça, ilegítima) e, ao mesmo tempo, a incorporava ao trabalho como “cria” ou como trabalhadora não assalariada. Caracterizando-se, dessa forma, como uma iniciativa social com o intuito de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e vadiagem.

Faleiros (2005) acrescenta que, nessa ordem liberal oligárquica reinante, a intervenção do Estado era mínima diante do problema da chamada infância desvalida, sendo a mesma nos moldes do paternalismo, do autoritarismo e da reprodução da condição operária. Sem enfrentamento dos problemas: mortalidade infantil, péssima qualidade dos asilos, e da falta de instrumental jurídico para proteção da infância (Faleiros, 2011).

Em 1927, foi promulgado, sob forma de decreto, o Código de Menores, que incorporava tanto uma visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, quanto a visão jurídica repressiva e moralista. Tal código previa a vigilância da saúde da criança, dos lactantes, das nutrizes e estabelecia inspeção médica de higiene. De acordo com Rizzini e Pilotti (2011), a orientação prevalecente nessa política para as crianças e adolescentes se coloca como um “problema de menor”, tendo-se dois encaminhamentos, o abrigo e a disciplina, a assistência e a repressão.

Havia emergência de novas obrigações do Estado em cuidar da infância pobre com educação, formação profissional, encaminhamento e pessoal competente. Ou seja, uma preocupação com a infância e a juventude, sendo esta norteadada, mais uma vez, pelo fato de esses, em um futuro próximo, poderem vir a compor as “classes perigosas”, devendo, assim, essas crianças, adolescentes e jovens “em perigo” terem suas virtualidades sob controle permanente. Nesse sentido, estava prevista uma intervenção no abandono físico e moral da criança, podendo o pátrio poder ser perdido ou suspenso por falta dos pais. Tendo os abandonados “(...) a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob forma de ‘soldada’, determinada por parte das autoridades, que velarão também pela sua moral” (Faleiros, 2011, p. 47).

Dessa forma, a criança ou adolescente considerada “vadia” poderia ser repreendida ou internada. Cabendo tal decisão, baseadas na índole boa ou má da criança e do adolescente, aos juízes privativos do “Menor e do Conselho de Assistência e Proteção ao Menor”, cuja criação foi formalizada a partir do Código de 1927. De acordo com Faleiros (2011), os juristas e os médicos representavam as forças hegemônicas no controle da complexa questão social da infância abandonada.

Faleiros (2011) acrescenta que o ensino público, promessa da República, foi um fracasso e que as intervenções do Estado não se realizavam como uma forma de universalização de direitos, mas sim de categorização e de exclusão, permanecendo estratégia de manutenção da criança e do adolescente no trabalho, havendo uma substituição de uma postura policialesca do Estado por instituições médicas e jurídicas, contudo, sem fugirem do caráter repressivo.

Na Era Vargas, a “política do menor” mantém um caráter repressivo, articulado com assistência, através de uma articulação entre o público, privado e o religioso. A Nova Constituição de 1937 introduziu novos direitos na área da educação, priorizando

as classes sociais menos favorecidas. Objetivava-se com tais medidas, dar sustentação ao Estado Novo.

Em 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA. Esta, juntamente com o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e o Departamento Nacional da Criança (DNCr) eram os órgãos responsáveis por conduzir as ações do setor público. A fundação da LBA, por particulares e encampada pelo Estado, segundo Mestriner (2001), viria a institucionalizar o primeiro-damismo, deslocando papel do Estado, que passaria a assumir dupla figura, sendo uma delas mediada pelas instituições filantrópicas, outra pela bondade da mulher do governante.

De acordo com Faleiros (2011), a implementação do Serviço de Assistência ao Menor - SAM, tem mais a ver com a questão da ordem social do que com a assistência propriamente dita. Tal instituição estava vinculada ao Ministério da Justiça e aos juizados de menores, tendo:

Como competência orientar e fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores e estudar as causas do abandono (Faleiros, 2011, p. 54)

Já o DNCr articulava o atendimento às crianças combinando serviços médicos com assistência privada, predominando a orientação higienista com campanhas educativas, inquéritos médico-sociais, formação de puericultores, orientação sobre funcionamento das creches, organização do atendimento pré-escolar, incentivando o Clube das Mães (Vieira, 1988).

Ainda esse ano foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), fruto da interação entre governo e empresários, para implementar o ensino

profissional. E um ano depois foi regulamentada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), proibindo o trabalho até 14 anos e restringindo-o entre os 14 e 18 anos.

No período democrático pós-queda de Getúlio, inicia-se uma estratégia de preservação da saúde da criança e de participação da comunidade, sendo a prática não somente repressiva e assistencialista, uma vez que o Departamento Nacional da Criança (DNCr), junto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), propõe a criação de Centros de Recreação que deveriam contar com a participação da comunidade. No entanto, segundo Pillotti e Rizini (2011), “(...) na prática política combinam-se, critérios higienistas, assistencialistas com outros voltados para um caráter mais participativo/comunitário/desenvolvimentista” (p.72).

De acordo com Cruz e Guareshi (2009), no período de 1961 a 1964, o Brasil passou por uma fase de profundo tensionamento institucional, iniciado com a renúncia do presidente Jânio Quadros e culminando com a deposição de João Goulart pelos militares. As duas últimas constituições (nos anos de 1967 e 1969), anteriores à de 1988, que foram promulgadas durante o regime militar, segundo Cruz e Guareshi (2009), apresentavam inspiração de gênese autoritária, com cerceamento no campo dos direitos políticos e preservação das conquistas sociais, principalmente na área trabalhista.

Nesse contexto repressivo da ditadura militar, foi criada a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM). Esta se propunha a assegurar prioridades aos programas que visassem à integração do “menor” na comunidade, por meio de assistência na própria família e da colocação familiar em lares substitutos, mas que acabou se moldando à tecnocracia e ao autoritarismo, configurando-se como meio de controle social, em nome da segurança nacional. Considerava-se que:

O “menor” não deveria ficar à margem da vida considerada normal, conforme o padrão social e moral dominante. A marginalização era definida como "afastamento progressivo do processo normal (*sic*) de desenvolvimento" (Faleiros, 2005, p. 172).

Essa política se configurava como um meio de controle social, em nome da segurança nacional, buscando reduzir ou anular as ameaças ou pressões de qualquer origem. Consideravam que as crianças e adolescentes poderiam ser alvo fácil dos comunistas, o que caracterizava tais sujeitos como uma ameaça em potencial. Faleiros (2011) acrescenta que as construções feitas sob orientação da FUNABEM, com o propósito de reeducar as crianças e adolescentes, eram verdadeiras penitenciárias, com forte ênfase na segurança.

A partir de 1985, com fim do golpe militar, percebe-se uma nova conjuntura constitucional, decorrente de novo arranjo de forças políticas, bem como do agravamento da crise econômica, com o galopante índice de inflação. Tal contexto levou a uma nova carta constitucional, que possibilitou mudanças na concepção da Assistência Social no Brasil, uma vez que os direitos sociais passaram a fazer parte da Carta Constitucional de 1988, através das Políticas Públicas. Dessa forma, o paradigma corretivo que vinha predominando nas políticas voltadas para as crianças e adolescentes pobres, vai se modificando para um paradigma educativo e de direitos (Faleiros, 2011).

A Constituição de 1988 pode ser considerada um marco histórico da proteção social à infância e à adolescência como Política Pública. O que institui o início da transformação da caridade, benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania, passando a Assistência Social a apresentar um caráter universal, constituindo, juntamente com a saúde e a previdência social, a base da seguridade social, inspirada na

noção de Estado de Bem-Estar Social (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005; Cruz & Guareschi, 2009; Sales, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010).

A Nova Constituição garante à criança e ao adolescente, com dever do Estado, da sociedade e da família, os direitos à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda e qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Enveredou-se, dessa forma, pelo caminho da regulamentação dos direitos sociais e do desejo de obter melhor domínio sobre a estrutura do Estado, como condição de capacitação e qualificação dos quadros políticos e do avanço do projeto democrático-popular (Sales, 2010).

No entanto, como chama atenção Faleiros (2011), a crise econômica agravou a situação das crianças e adolescentes. O que fez com que a visibilidade da miséria da infância pudesse ser vista nas ruas. E as ações implantadas, fossem de caráter paliativo, assistencialista.

A Convenção de 1989 veio reconhecer a criança (qualquer pessoa com menos de 18 anos) como sujeito de direitos, como cidadã, que foi consagrado no Brasil com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, decorrente do artigo nº 227 da Constituição de 1988. A proposta de incorporação desse artigo que atribui à criança e ao adolescente os direitos fundamentais da pessoa humana deveu-se à intensa mobilização da sociedade (Faleiros, 2005).

O ECA revoga o Código de Menores de 1979 e traz detalhadamente os direitos da criança e do adolescente já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área. Com o advento do ECA, a FUNABEM foi extinta, dando lugar a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA, cuja missão era coordenar, normatizar

e formular políticas de atendimento, já que a execução era feita pelos estados e municípios, com compromisso de mudar o conteúdo das políticas de forma a implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA adota a Doutrina da Proteção Integral, que reconhece a criança e o adolescente como cidadãos. Garante a efetivação dos seus direitos e estabelece uma articulação do Estado com a sociedade na operacionalização da política para infância com a criação dos Conselhos de Direito, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por esses conselhos. O Estatuto da Criança e do Adolescente descentraliza a política através da criação desses conselhos em níveis estaduais e municipais, garante à criança a mais absoluta prioridade no acesso às políticas sociais, estabelece medidas de prevenção, uma política especial de atendimento e um acesso digno à Justiça.

Com o ECA, tem-se outra proposta, a proteção integral. Esta se diferencia do aparato repressor e estigmatizante que vinha cercando as crianças e os adolescentes das classes pobres, uma vez que, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, faz-se presente uma perspectiva de proteção, de direito e cidadania.

Em 1991 foi promulgada a Lei nº 8.242 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Buscando-se impulsionar a implementação do ECA. No entanto, como chama atenção Faleiros (2011), dificuldades surgiram decorrentes do clientelismo, utilização dos conselhos pelos prefeitos e políticos, bem como pelo uso do público pelo privado.

Em 1996, o ECA ganha novo reforço com a Lei de Diretrizes de Bases – LDB. Uma vez que esta, em seu título III – do direito à educação e do dever de educar - apresenta o acesso ao ensino fundamental como direito público subjetivo e, para garanti-lo, qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associações, organizações ou entidades

podem acionar o Ministério Público. Em outros artigos e parágrafos, a LDB reitera e aprofunda aspectos relativos aos direitos já mencionados no ECA.

A LDB passou a considerar os estudantes pobres objeto da assistência social, ao estabelecer que ao Estado cabia fornecer recursos à família quando fosse provada a insuficiência de meios (art. 2º). No entanto, percebe-se, mais uma vez, um tratamento diferenciado no tocante aos sujeitos pobres, pois, como chama atenção Faleiros (2005) esse dever do Estado era genérico e apenas declaratório, sendo prevista punição para o pai que não colocasse o filho na escola, por um lado, mas por outro este não recebia punição se este fosse comprovadamente pobre ou se houvesse insuficiência de escolas. Isentando, dessa forma, crianças pobres da obrigatoriedade das escolas.

Dessa forma, tanto as determinações do ECA, quanto as da LDB, apontam para a perspectiva de se redesenhar as políticas sociais voltadas para a infância e adolescência, uma vez que há um redirecionamento no sentido de sinalizarem alternativas para o desenvolvimento educacional e laboral, de modo a garantir que estudo e trabalho possam estar sintonizados e voltados para o desenvolvimento pleno de novas gerações (Leal, 2010).

Leal (2010), discutindo contribuições do ECA, considera que o mesmo vem promovendo uma revolução nas áreas jurídica, social e política, apesar de estar se dando de uma forma morosa. Sales (2010) acrescenta que para se efetivar essa perspectiva de crianças e adolescentes como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento e pessoas portadoras de direitos, faz-se necessária a criação de condições sociais, culturais, econômicas, administrativas e políticas, por meio de reformas e mudanças estruturais.

Tal autor considera que, atualmente, mesmo considerados sujeitos de direitos no novo ordenamento jurídico, a rigor as crianças e os adolescentes não constituem em si

protagonistas autônomos da luta que tem por inspiração a sua causa e condição de vida (Sales, 2010). Havendo, portanto, muito a ser feito, apesar de já terem se passados duas décadas da promulgação do ECA, de acordo com o autor, ainda existem as resistências ao cumprimento do ECA,

(...) deixam entrever o grau de tensão entre as práticas político-jurídicas, sociais e econômicas geradoras e/ou mantenedoras de desigualdades, e a defesa efetuada pela sociedade civil democraticamente organizada em torno da integralidade e exigibilidade do sistema de garantia de direitos (Sales, 2010, p. 236).

O autor também chama atenção para fato de predominar no Brasil uma falta de capacitação, despreparo técnico e despolitização de muitos conselheiros, havendo, também, preocupações com o funcionamento da estrutura administrativa, em detrimento da persecução de projetos, alianças e recursos, que visem à melhoria da qualidade e da abrangência do atendimento a esse segmento. Tais aspectos repercutem negativamente nas políticas destinadas às crianças e aos adolescentes tornando-as dispersas, superpostas e de baixo alcance (Sales, 2010).

Diante do exposto, faz-se necessário compreender as políticas destinadas às crianças e aos adolescentes como expressão da questão social, analisando-as em conexão com os demais desafios societários do país, e o papel do conjunto de atores sociais vinculado à luta pela garantia dos seus direitos, assegurando-lhe a centralidade e visibilidade devidas. Por entender que crianças e adolescentes consistem num dos segmentos sociais que mais exprimem o estado de cidadania e do tratamento dos direitos humanos no Brasil hoje, por serem elas alvo de uma violência social expressa na falta de projeto de vida, no desemprego, nas dificuldades de acesso a serviços públicos de educação, saúde, cultura, esporte e lazer de qualidade.

A partir desse resgate histórico, por um lado percebem-se avanços em termos de marcos legais, criando-se e fortalecendo-se sistemas de garantia de direitos, mas por outro, identifica-se investidas da perspectiva neoliberal, que aposta no mercado e enfraquece o papel do Estado frente às políticas sociais dificultando o já longo caminho a ser percorrido, para se efetivar políticas que atendam às reais necessidades das crianças e dos adolescentes brasileiros. Com o propósito de analisar essas dificuldades para se efetivar políticas que atendam às reais necessidades das crianças e dos adolescentes brasileiros, será apresentado, na próxima seção, um resgate histórico da realidade brasileira para abordar as Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

1.2- Estado brasileiro e a Política de Assistência Social

Para se pensar a configuração da política de Assistência Social no Brasil faz-se necessário levar em consideração a constituição do Estado nacional e influências histórico-sociais decorrentes do processo de colonização. Haja vista subordinação e dependência ao mercado mundial, bem como peso do escravismo na sociedade brasileira.

De acordo com Behring e Boshetti (2011), o nascimento do Estado brasileiro, com a proclamação da independência em 1822, deu-se sob signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. As autoras acrescentam que apesar de o liberalismo ter possibilitado uma mudança no horizonte cultural das elites

ou a organização moderna dos poderes, não conseguiu dinamizar a construção de uma ordem nacional autônoma.

A persistente presença do trabalho escravo teve impactos importantes no nascimento do trabalho livre e nas possibilidades políticas de um processo mais rápido de radicalização de transição, com participação mais contundente do movimento operário (Behring & Boshetti, 2011). Tais autoras acrescentam que essa situação retardou a consciência e a ação política operária no Brasil, cujas primeiras manifestações com tal datam do século XX, pois não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Gomes (2006) destaca que a partir de 1930, com a crise do sistema político e econômico oligárquico-exportador brasileiro e o processo de industrialização restringida, grande parte da população ainda se concentrava nas zonas rurais. E que nesses espaços, os grandes conflitos se davam sob o jugo das características dos séculos XVIII e XIX, em um contexto de um sistema social escravagista e semifeudal. Dessa forma, o autor considera que apesar do rápido processo de urbanização, os trabalhadores não reuniam condições concretas e objetivas que fossem responsáveis pelo amadurecimento de lutas e movimentos políticos.

Percebe-se, dessa forma, que o Brasil não vinha acompanhando o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Behring e Boshetti (2011) consideram que mesmo com a

(...) questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão de política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras

iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho (Behring & Boshetti, 2011, p. 78).

Percebe-se, portanto, que o trabalho no Brasil esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação. E que, no Brasil, as condições políticas e sociais da luta de classes não foram suficientemente profundas para engendrar mecanismos de defesa institucionais que pudessem contrabalançar os efeitos deletérios de um processo intenso e dinâmico de desenvolvimento econômico pautado no avanço das formas modernas de industrialização (Gomes, 2006).

Sendo esse complexo cenário para as lutas pela defesa dos direitos de cidadania, utilizado por Behring e Boshetti (2011) para explicar as medidas esparsas e frágeis da proteção social postas em prática pelo Estado brasileiro até a década de 1930 e que tem reflexos até os dias de hoje. Concepção essa reforçada por Paiva e Yamamoto (2010), uma vez que consideram que mesmo diante do quadro de miséria e violência que vivenciamos no país, as perspectivas atuais apontam para a redução do gasto público destinado às políticas sociais.

A partir desse breve resgate histórico, com o propósito de compreender melhor desafios postos pela realidade complexa da atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social, faz-se necessário levar em consideração tanto a forma como o *Welfare State* foi implementado no Brasil, quanto a chegada tardia do neoliberalismo.

No que se refere à consolidação do Estado de Bem-Estar social no Brasil, conforme chama atenção Draibe (1988), o *Welfare State* foi construído a partir de uma centralização política e financeira no Governo Federal, e nas ações sociais, fragmentação institucional, exclusão da população da participação política, o autofinanciamento social, privatização e clientelismo. No que se refere à chegada tardia

do neoliberalismo, como considera Behring (2003), possibilitou inscrever o conceito de seguridade social na Constituição de 1988.

A Constituição de 1988 trouxe mudanças na concepção de Política de Assistência Social, inspirando-se na noção de direito e cidadania (Cruz & Guareshi, 2009; Gonçalves, 2010; Sales, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010). Diferentemente das demais constituições brasileiras, aperfeiçoou o ordenamento econômico, tratando separadamente a ordem econômica e a ordem social, protegendo as liberdades públicas, buscando eliminar as desigualdades econômicas, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego, assegurando a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica. Couto (2006) chama atenção para o fato de, com a Constituição de 1988, as políticas sociais terem adquirido o caráter universalista e igualitário, garantindo juridicamente direitos que deveriam ser destinados a todos os cidadãos.

Frente essa garantia de acesso universal, como chama atenção Sales (2010), enveredou-se, na década seguinte, pelo caminho da regulamentação dos direitos sociais e do desejo de obter melhor domínio sobre a estrutura do Estado, como condição de capacitação e qualificação dos quadros políticos e do avanço do projeto democrático-popular. Distanciando, dessa forma, a Política de Assistência Social de seu histórico caráter caritativo e de seu direcionamento para uma parcela da população completamente destituída de direitos sociais, sob a lógica da tutela, do favor e do clientelismo (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Nesse contexto de reconhecimento legal da Proteção Social como direito social e dever do Estado, a seguridade social passou a se materializar através da Política de Assistência Social. Direito que foi regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, por meio da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005.

A Lei Orgânica da Assistência Social possibilitou instituição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e colocou a proteção social como um mecanismo contra as formas de exclusão social, configurando, teoricamente, a Assistência Social como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos seus usuários e espaços de ampliação do protagonismo. Nesse sentido, como sinalizam Cruz e Guareshi (2009), passa a exigir que as provisões assistências sejam prioritariamente pensadas no âmbito de garantia da cidadania sob vigilância do Estado.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de acordo com Art. 5 da Lei 8.742/93, tem como diretrizes:

I. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; III. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (Brasil/MDS, 2005).

A partir das diretrizes da LOAS apresentada, percebe-se que a Política de Assistência Social rompe com a tradicional centralização no governo federal, indicando que a política deve ser projetada no município, partilhando poder entre governo federal, estadual e municipal. Esta prática, teoricamente, institui necessidade de controle social por meio da participação da população, numa perspectiva de protagonismo e exercício da cidadania. E diminui histórica presença de entidades privadas, assistenciais e filantrópicas, apontando centralidade do governo na responsabilidade da garantia de acesso aos direitos socioassistenciais.

Yamamoto e Oliveira (2010) chamam atenção para o fato de que, mesmo assim, durante os oito anos do governo FHC, a Assistência Social como dever do Estado e

direito do cidadão assumiu não o caráter de direito, mas uma “nova relação solidária”. Tais autores acrescentam que ao final do governo FHC, o Brasil havia estruturado uma rede de proteção social ampla, porém fragmentada e com programas que se sobrepunham e concorriam uns com os outros por financiamento. Caracterizando as políticas como focalizadas, não universais, e os recursos como sendo insuficientes para retirar os beneficiários dos níveis de pobreza em que se encontravam.

Em 2004, a partir de deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi elaborado o Plano Nacional da Assistência Social (PNAS). Sendo a Assistência Social definida como: “(...) direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social” (Brasil/MDS, 2005, p. 68).

O PNAS estabelece como função da Política de Assistência Social: Inserir os destinatários nas políticas sócias básicas proporcionando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população; criar apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que já possui aos bens e serviços, mantendo-o incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha de pobreza; promover a cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários; e proteger as populações excluídas e vulneráveis socialmente, por meio de ações de redistribuição de renda direta e indireta (Brasil/ MDS, 2005).

O PNAS (2004) apresenta como objetivos: Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessite; contribuir com a inclusão e equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e

especiais, em área urbana e rural; assegurar que no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária (Brasil/MDS, 2005).

Outro avanço, como forma de organizar e materializar o acesso à política de Assistência Social deu-se em 2005, com a aprovação da regulação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, que estabelece em suas diretrizes a descentralização político-administrativa, participação da comunidade, o atendimento a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social. De acordo com Cruz e Guareshi (2009), esse modelo de gestão da Política da Assistência Social prioriza a família como foco de atenção e o território como base de organização das ações e serviços e ratifica o caráter de política pública de garantia de direitos, contrapondo-se e destituindo o histórico assistencialismo, que vinha acompanhando as políticas da assistência brasileira.

O SUAS inova e representa um salto qualitativo para a universalização do direito à Assistência Social, ao definir níveis diferenciados de complexidade na organização dos equipamentos públicos de proteção social, dessa forma, sistematiza duas grandes estruturas interligadas: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2009), a Proteção Social Básica objetiva prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Sendo esse nível de proteção destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário ou nulo acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências,

dentre outras). A Proteção Social Básica prevê o desenvolvimento Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

O PAIF consiste em uma proposta de trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Tendo como usuários famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos consiste em ações realizadas em grupos, organizadas a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Busca-se forma de intervenção social planejada que crie situações desafiadoras, estimule e oriente os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. Tem como usuários crianças de até seis anos incompletos, crianças e adolescentes de seis a 15 anos incompletos, adolescentes e

jovens de 15 a 17 anos, idosos(as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social.

O Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos tem por finalidade a prevenção dos agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social. Tendo como usuários pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária.

A Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. Os programas e serviços da Proteção Social Especial apresentam-se através de dois níveis: *Média* e *Alta Complexidade*. No caso da *Média Complexidade*, inclui situações nas quais os direitos dos sujeitos ou das famílias foram violados, mas ainda existe a manutenção dos vínculos sociais e comunitários.

A Proteção Social Especial de *Média Complexidade* disponibiliza o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços a Comunidade (PSC), Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosos(as) e suas famílias e Serviços Especializados para pessoas em situação de rua.

No caso da Proteção Social Especial de *Alta Complexidade* destina-se a situações nas quais os direitos dos sujeitos ou das famílias foram violados e os vínculos familiares foram rompidos. Situam-se aqui os serviços de Acolhimento Institucional, em República, em Família Acolhedora e Serviço de proteção em situação de calamidade pública e de emergências.

Para dar conta de serviços da Proteção Social Básica, que apontam para uma atuação numa perspectiva de fortalecimento dos vínculos familiares e na convivência comunitária, foram criados os Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, os Centros Especializados da Assistência Social - CREAS e as Casas de Acolhimento para contemplar os serviços da Proteção Social Especial, que aponta para um trabalho que deve abranger o provimento de acesso aos serviços de apoio à sobrevivência, inclusão em redes sociais de atendimento e estratégias que visem à reestruturação do grupo familiar e elaboração de novas referências morais e afetivas.

O SUAS define e organiza os elementos essenciais a execução da Política de Assistência Social, buscando possibilitar a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial. Estabelece como eixos estruturantes: matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para relação Estado e Sociedade Civil, financiamento, controle social, desafio da participação popular, política de recursos humanos, e informação, monitoramento e avaliação.

No entanto, devido à profunda desigualdade de classes, no contexto brasileiro, as Políticas de Assistência Social não são de acesso universal. São políticas que tem como alvo certas categorias específicas da população, segundo critérios clientelísticos e burocráticos (Faleiros, 2004; Gonçalves, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010). Fazendo

uma análise das políticas postas em prática pelo governo Lula, Yamamoto e Oliveira (2010), consideram que o campo da Assistência Social continua marcado como uma política “pobre” voltada aos mais pobres. Analisando o Programa Bolsa Família, que tem como foco as famílias em situação de vulnerabilidade social e como elemento estruturante o cumprimento de condicionalidades nos campos da saúde e da educação, como o propósito de tirar os sujeitos do ciclo que gera a pobreza, Yamamoto e Oliveira (2010) chamam atenção para o fato de que tal programa apresenta sob a perspectiva neoliberal um caráter focalizador e compensatório, o que fazem tais autores caracterizarem o governo Lula como:

(...) aquele que serve a dois senhores, já que os programas tão somente aliviam a pobreza, são emergenciais, assistencialistas e descontínuos, e têm funcionado para distribuir, e não redistribuir, renda entre a população, de maneira que haja modificações positivas nos níveis de concentração da riqueza socialmente produzida (Yamamoto & Oliveira, 2010, p. 19).

Tais autores acrescentam que não tem sido possível, tampouco almejado, reverter o quadro de pobreza e indigência característico da sociedade brasileira. Pois, ao lado de uma agenda social intensa e com gastos importantes, o governo tenta manter uma estratégia econômica que mina as bases de manutenção da proteção e dos direitos sociais. Consideram ainda que: os investimentos, além de insuficientes, são mal aplicados; as políticas são caracterizadas como fragmentadas e sem a articulação necessária para efetivamente retirar os indivíduos da situação de pobreza; e os gastos focalizados nos mais pobres dentre os pobres. Sendo deixada de lado as questões estruturais vinculadas à situação de pobreza para priorizar práticas de caráter eminentemente assistencialista (Yasbek, 2004).

Percebe-se, dessa forma, que o capitalismo restringe a cidadania social, gerando ainda mais exclusão social. Frente a esse contexto, percebe-se uma distância entre o que é idealizado para a Política de Assistência Social e a realidade concreta, pois como chama atenção Gomes (2006), a Política de Assistência se dilui nas organizações sociais e no mercado, pelas palavras de ordem do projeto neoliberal: descentralização, terceirização, privatização e flexibilização. Situação que se agrava diante do grau de desarticulação da classe trabalhadora, propiciada pelas novas tecnologias, pelo nível de desemprego no país e pela fragmentação do espaço nacional em nichos de prosperidades, integrados à rede de acumulação de capital internacional.

Sobre essa realidade da política de Assistência Social, Yamamoto e Oliveira (2010) chamam atenção para o fato de o trabalho em tal contexto ser historicamente marcado por uma desprofissionalização, por uma prática eventual e assistemática e por ações inconsistentes, relações empregatícias instáveis, com alta rotatividade e baseadas em vínculos de “confiança”, ao invés de competência profissional. O que, somada às questões anteriormente colocadas, torna a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social um grande desafio.

Diante do exposto, considera-se que a Política de Assistência Social constitui-se como um espaço contraditório, mas com hegemonia do capital, como um terreno importante de luta de classes, de defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos de cortes de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (Behring, 2009). O que demanda uma atuação técnica qualificada teoricamente e pautada por preceitos ético-político.

Para analisar se a Psicologia tem atuado nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, de forma a efetivar direitos das crianças e

adolescentes, será apresentado, na próxima seção do presente capítulo, o que está prescrito pelas referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia para esta atuação e o que os estudos realizados na área têm encontrado sobre a atuação dos profissionais de Psicologia no campo das Políticas Públicas.

1.3- Constituição da Psicologia no Brasil e sua inserção nas Políticas Públicas

De acordo com Pereira e Pereira Neto (2003), dois campos do conhecimento contribuíram para o início da profissionalização da Psicologia no Brasil, a saber, a Educação e a Medicina. O que se justifica, no primeiro caso, pelo fato de ter sido no “Pedagogium”, na Escola Normal e no Instituto de Educação, onde se iniciou de modo sistemático, o ensino da Psicologia no Brasil. Enquanto que no segundo caso, pelo fato de nas faculdades de Medicina se configurar, um grande interesse pelos assuntos psicológicos.

Tais autores acrescentam que algumas práticas da Medicina, marcadas por uma tradição mensurativa, classificatória e adaptativa, exerceram influência na tradição clínica em Psicologia, uma vez que duas práticas que, posteriormente, se tornaram típicas do psicólogo: testagem e psicoterapia, começaram a ser realizadas aqui no Brasil a partir do *Laboratório da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro* entre 1925 e 1928. Essa utilização por parte da Medicina, durante a década de 1930, aumentou o reconhecimento da importância da ciência psicológica, o que aconteceu basicamente no meio acadêmico, passando a disciplina de Psicologia a ser obrigatória em vários cursos.

De acordo com Soares (1979), a portaria 272, referente ao Decreto-Lei 9092, de 1946, institucionalizou, pela primeira vez na história brasileira, a formação profissional

do psicólogo. Tal autor acrescenta que o psicólogo habilitado legalmente deveria frequentar os três primeiros anos de filosofia, biologia, fisiologia, antropologia ou estatística e fazer então os cursos especializados de Psicologia. Tornando-se, dessa forma, *especialistas em Psicologia*, o que iniciou, oficialmente, o exercício dessa profissão no contexto brasileiro.

Duas décadas depois, mais precisamente aos 27 dias do mês de Agosto de 1962, através da Lei 4.119, sancionada pelo então Presidente da República João Goulart, deu-se o processo de regulamentação da profissão aqui no Brasil. Dois anos mais tarde, os militares assumem o poder, através do Golpe Militar que acabou por trazer grandes repercussões na práxis em Psicologia, uma vez que os profissionais de Psicologia acabaram tornando-se mais uma ferramenta do aparelho repressivo da ditadura, por terem adotado uma perspectiva naturalizante de homem e do seu desenvolvimento psíquico.

De acordo com Bock (2003), as ideias psicológicas produzidas, nesse momento da história, “(...) responderam claramente aos interesses da elite de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, interesses esses necessários à manutenção ou incremento do lucro e reprodução do capital” (Bock, 2003, p.16). Pode-se, considerar, dessa forma, que a prática hegemônica da Psicologia, ao longo das décadas de 1960 e 1970 e parte de 1980, caracterizou-se como uma atuação inacessível aos sujeitos de baixo poder aquisitivo, estruturada por meio do desenvolvimento de práticas nos consultórios, nas empresas e nos ambientes escolares.

Alguns autores chamam atenção para o caráter individualizante e elitista dessa atuação hegemônica (Ansara & Dantas, 2010; Gama & Koda, 2008; Ramos & Carvalho, 2008; Scaparo & Guareschi, 2007; Silva, 2005) quanto para a postura clientelista e compromissada com o Estado autocrático-burguês imposto pelos militares

(Bock, 2009; Scarparo, 2005; Silva, 2005; Yamamoto, 2009). Sendo esse trabalho definido a partir da clínica individual, da tarefa de avaliação psicológica e do acompanhamento de dificuldades de aprendizagem nas escolas. Além dos trabalhos de consultoria, recrutamento e seleção no contexto das empresas (Scarparo & Guareshi, 2007).

Essa postura hegemônica, que se deu pautada numa relação com o Estado ditatorial brasileiro, em uma perspectiva elitista e clientelista, nos possibilita compreender um crescimento vertiginoso da Psicologia, sobretudo na década de 1970, diferentemente do que aconteceu com outras categorias, a saber: Sociologia, História e Filosofia (Coimbra, 1995). Dessa forma, Gonçalves (2010) considera que, tanto circunstâncias históricas, quanto convicções produzidas pela Psicologia se entrelaçaram, colocando a prática do profissional de Psicologia a margem de políticas que garantam direitos sociais.

No entanto, esse vertiginoso crescimento no número de profissionais de Psicologia, associado: à Constituição de 1988, que além da ampliação do aspecto democrático da sociedade, possibilitou uma abertura e expansão de Políticas Públicas; às discussões que ganharam mais consistência a partir da década de 1980 - com a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), acerca da necessidade de uma inserção social mais ampla da Psicologia; e às crises econômicas geradas pelos governos neoliberais dos anos 1990, que limitou o poder aquisitivo da “clientela seleta capaz de remunerar ricamente os serviços da Psicologia” (Silva, 2005, p.14), acabou inviabilizando a perspectiva de a categoria continuar sendo uma profissão das elites (Yamamoto & Oliveira, 2010). Forçando os profissionais de Psicologia, até então profissionais liberais que atuavam em seus consultórios como autônomos, a

ocuparem um novo espaço, junto a grupos de sujeitos mais pobres, através das Políticas Públicas.

No entanto, como chama atenção Bettoi (2003), a categoria não oferecia um modelo de trabalho e colocava expectativas de uma ação nos moldes tradicionais, numa tentativa de levar a psicoterapia para os mais pobres. Vale salientar que alguns profissionais, a época da regulamentação da Psicologia enquanto profissão, já vinham chamando atenção para a necessidade de a Psicologia passar a atuar nas comunidades pobres, deixar de atender apenas aos interesses da elite brasileira. Tais profissionais acabaram sendo confundidos com “militantes políticos”, alvos, portanto, de perseguição, por parte dos militares e discriminação, por parte da categoria, que avaliou não ser aquela postura dotada de cientificidade.

Nesse contexto, foi ganhando força o projeto que defendia necessidade de a Psicologia se colocar de uma nova forma frente às questões sociais. Como chama atenção Gonçalves (2010), essa nova práxis em Psicologia foi se constituindo a partir das iniciativas da Psicologia Comunitária das décadas de 1970 e 1980, nos bairros periféricos, bem como a partir das ações mais institucionalizadas nas décadas de 1980 e 1990, seja na saúde pública ou na Educação, influenciada pelas experiências com Educação Popular. O que veio a possibilitar outras formas de a Psicologia se inserir nas Políticas Públicas.

Esse reposicionamento social da Psicologia, conforme destaca Gonçalves (2010), também se relaciona com alguns eventos promovidos

(...) pelos Conselhos Regionais de Psicologia e pelo Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira: a I Mostra de Práticas em Psicologia, realizada em São Paulo, em 2001; o I Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão (I CBP), realizado em São Paulo em 2002; e o II CBP realizado em 2006 (Gonçalves, 2010, p. 100).

Pois a autora citada considera que tais eventos possibilitaram uma avaliação crítica dos rumos da Psicologia. Gonçalves (2010) acrescenta que outras experiências importantes, no sentido de colocar o tema Políticas Públicas em questão na Psicologia, buscando-se pensar um novo fazer dos profissionais de Psicologia nesse contexto, foram: as iniciativas do Conselho Federal da Psicologia, por meio dos Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas; o Banco Social de Serviços em Psicologia; e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP).

No que se referem aos Seminários Nacionais de Psicologia e Políticas Públicas, já foram realizados seis, acontecendo sempre como evento articulado ao Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, o CONPSI. O I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 2001 em Salvador, conforme relatório publicado, teve como tema Políticas Públicas como um desafio para os psicólogos. Dentre outros aspectos discutiu-se o fato de os profissionais de Psicologia não serem formados para atuar no setor público. A partir das discussões realizadas em áreas como saúde e educação, apontaram para a necessidade de desconstrução de determinadas maneiras de intervenção, uma vez que estas estavam voltadas para o atendimento individual, fundamentada em uma prática normalizadora e adaptativa.

Representativa dessa forma como a Psicologia estava ocupando as Políticas Públicas foi a intervenção de Marcus Vinícius de Oliveira, que, enquanto coordenava a mesa de abertura do I Seminário Nacional, considerou, por um lado, serem as Políticas Públicas um espaço estratégico para sobrevivência da Psicologia, haja vista fato de estar em xeque a possibilidade de o profissional de Psicologia continuar se apresentando como um profissional liberal, mas por outro lado aproveitou para chamar atenção para o fato de que:

(...) é possível constatar, no processo que vem desenvolvendo que os psicólogos muitas vezes não dominam os elementos relativos ao contexto no qual atuam. O caso das políticas públicas é exemplar. Percebe-se que os psicólogos são, ainda, despreparados para lidar com a dimensão política do espaço no qual atuam com uma limitada capacidade analítica dos complexos contextos nos quais são chamados a agir (CFP, 2001, p 12).

Discutiu-se, dessa forma, que a Psicologia tem sido pensada como da esfera privada, com teorias que se ocupam de indivíduos supondo que os mesmos desenvolvem-se num vácuo social. Chamando-se atenção para necessidade de se pensar a relação entre os espaços público e privado, ampliando a concepção de política. Defendeu-se, em algumas discussões do I Seminário, a ideia de que refletir sobre essas questões relacionadas à atuação do profissional de Psicologia permitiria uma prática que produziria efeitos no sentido de uma transformação social, chamando-se atenção para necessidade de se deixar claro uma dimensão política nessa atuação profissional.

Essa dimensão política da atuação vincula-se a uma concepção de Políticas Públicas que garantam atendimento de direitos dos indivíduos e da coletividade, o que requer um posicionamento, pois assegurar direito remete ao poder público, sendo entendido como um dever do Estado. Sobre esse aspecto, apontou-se para necessidade de redefinição do papel do Estado em sua relação com as políticas sociais, haja vista postura que o Estado vinha assumindo em tempos de globalização. Discutiu-se, também, a necessidade de se considerar aspectos macroeconômicos, sociais e políticos como geradores das situações que requerem intervenções em Políticas Públicas. Apontando-se a necessidade de o profissional de atuar para atender os direitos do cidadão. Sendo que essas discussões do I Seminário Nacional de Psicologia e Política Públicas, como chama atenção Gonçalves (2010), deu-se mais em torno de potencialidades do que de realidades consolidadas.

No II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 2003 em João Pessoa, a tônica foi a importância de garantir políticas sociais a partir do Estado, de forma a realizar os princípios constitucionais básicos. Discutiu-se, também, o que o novo Governo de Lula poderia representar, cabendo à Psicologia aproveitar o momento para aprofundar a discussão sobre seu posicionamento na sociedade, na direção do Projeto de Compromisso Social.

No que se referem às questões relacionadas à infância e à adolescência, nesse seminário, na ocasião do lançamento da cartilha *Adolescência e Psicologia* do CFP, a noção de sistema de proteção integral foi abordada por Cláudio Vieira, do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONDANDA), como um paradigma para a elaboração de políticas para a infância e para a adolescência. Discutiu-se, também o protagonismo social do psicólogo, reforçando a ideia de uma concepção ético-política no projeto para atuação da Psicologia.

No III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em Salvador no ano de 2005, discutiu-se a relação entre a profissão Psicologia com o Estado, por meio das mesas: A produção da Identidade Profissional no diálogo com o Estado; e Banco Social de Serviços: relatos de experiência de protagonismo social.

O Banco Social de Serviços foi um projeto do Conselho Federal de Psicologia, iniciado em 2003 e concluído em 2005, que teve objetivo apresentar a Psicologia ao Estado. Nesse sentido, o CFP patrocinou e ofereceu ao Estado projetos de intervenção em áreas que não havia profissional de Psicologia trabalhando ou em áreas que se colocava necessidade de uma intervenção urgente, sendo apresentada a possibilidade concreta da Psicologia. Demonstrando diversas formas de atuação e evidenciando contribuições que a Psicologia podia oferecer ao campo das Políticas Públicas.

No III Seminário foi também apresentado, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Tendo o mesmo o objetivo de produzir e divulgar informações sobre a Psicologia e Políticas Públicas, bem como produzir referências para prática dos profissionais de Psicologia em diferentes áreas das Políticas Públicas. Sendo o CREPOP caracterizado como uma nova etapa na construção da presença social da profissão de psicólogo no Brasil. Dando continuidade ao Banco Social de Serviços na tentativa de produzir uma nova identidade profissional marcada pela prestação de serviços aos indivíduos, aos grupos e às instituições, sobretudo àqueles grupos vinculados às principais áreas de necessidades sociais.

O IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado no ano de 2007, em Maceió, teve como temática *De que Estado estamos falando?* Diferentemente dos anteriores, apareceu nesse, de forma mais clara, questões sobre a desigualdade social que estrutura a sociedade brasileira. Reafirmando-se a necessidade de a Psicologia entrar num debate político mais amplo. Outras discussões giraram em torno: da ressignificação da noção de cuidado, sinalizando-se para a necessidade de considerar o sujeito como sujeito de direito; revisão da concepção de clínica, ampliando-a para uma concepção social e política; e o reconhecimento de que as políticas para as crianças e adolescentes devem ter a leitura da Psicologia como ferramenta imprescindível. Houve, também, apresentação das referências técnicas e suporte teórico que o CREPOP vinha produzindo, no tocante às medidas socioeducativas e unidades de internação, na temática do enfrentamento do abuso e da violência sexual de crianças e adolescentes, a atuação do psicólogo em Varas de Família, fazendo-se referência, também ao documento elaborado com as diretrizes para atuação dos psicólogos no CRAS.

O V Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 2009 em Belém, teve como tema *Subjetividade, Cidadania e Políticas Públicas*. Nesse

seminário, as discussões giraram em torno, mais da relação da Psicologia com as Políticas Públicas e com o Estado em diversas áreas, como os Direitos Humanos, Políticas da Educação, frente à problemática das drogas. Discutiu-se, também, a ação clínica em diferentes espaços, bem com o desafio da construção de referências para a atuação dos psicólogos em Políticas Públicas.

O VI Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 2011 em Salvador, teve como tema *Democracia e promoção de direitos*. As discussões giraram em torno das seguintes temáticas: conjuntura das Políticas Públicas e Sociais na América Latina, Democracia e participação social, agenda estratégica para o futuro da Psicologia, e a política da ciência e da democracia; nas quais foram abordadas as relações poder, sociedade e direitos sociais. O CFP ainda não disponibilizou o relatório deste seminário.

O VII Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado em 2013 em Fortaleza, teve como tema *Democracia e participação social*. As discussões foram centralizadas em duas mesas principais com os temas “Conjuntura da Participação Social, riscos para a Democracia” e “Dispositivos estratégicos para Participação Social”. O evento contou com transmissão online pelo site do CFP. No entanto, o relatório ainda não foi disponibilizado.

No processo de construção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas, o CREPOP tem levantado informações sobre inserção dos psicólogos nos diferentes programas e projetos de Políticas Públicas de diferentes áreas, contribuindo por meio de levantamento e divulgação dos marcos legais de diferentes políticas, bem como de produção e divulgação de relatórios e referências para atuação dos profissionais de Psicologia.

Como chama atenção Gonçalves (2010), pode-se dizer que a presença de psicólogos atuando em Políticas Públicas tem se ampliado, ao mesmo tempo em que se aprofunda a apropriação da categoria em relação com os aspectos que o campo envolve. O que se dá, justamente, por meio de um reconhecimento de problemas e desafios a serem enfrentados coletivamente.

Diante do exposto, cabe nos questionarmos: frente às limitações existentes, levando-se em consideração tanto a história das políticas destinadas às crianças e adolescentes pobres, quanto a história elitista da Psicologia, como a Psicologia atualmente tem contribuído para efetivar a Política de Assistência Social? Tal questionamento ganha ainda maior relevância, quanto se leva em consideração o fato de as Políticas de Assistência Social, configurarem-se, atualmente, como contexto que mais tem absorvido profissionais de Psicologia e por possibilitar discutirmos atuação norteada por uma efetivação de direitos sociais de crianças e adolescentes filhos e filhas de sujeitos pobres.

Com o propósito de analisar desafio enfrentado pela Psicologia nesse contexto de atuação, será realizada na próxima seção uma discussão acerca da atuação dos profissionais de Psicologia no âmbito da política de Assistência Social, regida pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a partir de uma perspectiva de efetivação dos direitos sociais.

1.4- Atuação do profissional de Psicologia na Política de Assistência Social e a efetivação dos Direitos Sociais das crianças e dos adolescentes.

De acordo com as diretrizes para a atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social (CFP & CFSS, 2007; CFP, 2008; CFP, 2009a; CFP, 2009b), a atuação dos profissionais de Psicologia deve ocorrer de forma diferenciada do modelo clínico tradicional. Trabalhar com a coletividade, com os grupos, não apenas a partir da perspectiva do indivíduo. Atuar no sentido de garantir o direito não só à assistência social, como o direito a vida, entendendo o sujeito em sua integralidade, enquanto um todo indissociável da situação em que vive. Nesse sentido, a própria atuação em equipes multidisciplinares e a atenção em rede se justifica. Como chamam atenção Cruz e Guareshi (2009), caso essa integração da rede não se efetive, corre-se o risco de se ter mais um sistema que só fica bonito no papel.

Tal atuação se caracteriza como um desafio para Psicologia, pela tradição histórica desta ciência e profissão, pois como chamam atenção Bernardes (2006), Bock (2009), Coimbra (2001), Dimenstain (2003), Macedo (2007), Silva (2005) e Yamamoto (2009), a atuação da Psicologia nesse contexto, não deve limitar-se a uma ação que seja estritamente técnica. Deve ser sim, dotada de um aspecto crítico, reflexivo, investigativo e, acima de tudo, político. Em detrimento de uma perspectiva neutro-positivista, pautada em modelos que prescrevem o que e como fazer, ocultando sempre o para quê fazer e para quem. Configurando-se, dessa forma uma necessidade de uma maior clareza, por parte dos profissionais, acerca das possibilidades e limitações existentes nesses espaços, seja em relação com o próprio serviço, com os próprios profissionais, ou com os usuários e o contexto socioeconômico no qual estão inseridos.

Essa tradição da Psicologia está diretamente relacionada a uma limitação teórico-metodológica, marcada por um viés individualizante e por uma formação acadêmica defasada, com ensino predominantemente marcado por práticas mais tradicionais, sem espaço para inovação (Gonçalves, 2010). O que se soma as

dificuldades no espaço de trabalho, dada falta de condições adequadas para o desenvolvimento das ações profissionais no âmbito da Política de Assistência Social (Fernandes, Joca, Alencar & Albuquerque, 2008; Gonçalves, 2010; Macedo, 2007) e a própria postura dos sujeitos pobres, que pouco acessam a assistência social para garantir seus direitos e muitas vezes se colocam na situação de “pedintes” (Cruz, 2007).

Tais aspectos nos ajudam a entender, porque a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas tem sido considerada ora polêmica, ou incipiente, pouco detalhada ou ainda em construção. Atuação esta que tem sido por um lado compromissada

(...) com a normalização, com a adaptação, com a adequação dos indivíduos..., aos lugares sociais existentes. E, por outro, tentativas de criar espaços de atuação que promovam formas de expressão social dos indivíduos questionadoras, inovadoras, que possibilitem superação das condições que impedem o pleno desenvolvimento do sujeito (Gonçalves, 2010, p. 79).

Para compreendermos a problemática que a categoria passou a enfrentar ao ocupar o terreno das Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, faz-se necessário recorrermos às contribuições de Bock (2009) e Yamamoto (2009). Bock (2009) chamou atenção, a partir de uma análise histórica, para a necessidade de levarmos em consideração a pouca inserção social da categoria, o baixo poder organizativo e a fragilidade das entidades representativas. Yamamoto (2009) acrescenta que além de situações específicas da profissão, como organização profissional e compromisso social, hegemonia de tal ou qual modelo (teórico-técnico) de intervenção e características da formação acadêmica, faz-se necessário levarmos em consideração os vetores: “(...) formas peculiares de organização político-econômica, que rebatem no tratamento das questões sociais; e a pouca organização e capacidade de resistência das classes subalternas” (Yamamoto, 2009, p.44).

Tal realidade nos provoca no sentido de pensarmos a necessidade de revermos de uma forma mais crítica a relação Psicologia-comunidade, pois tal relação deve se editar tendo em vista a perspectiva do compromisso social. Uma vez que, como sinalizam Scaparo e Guareschi (2007), as transmutações ocasionadas pelo acirramento do processo de globalização articularam maneiras diversas de significar o mundo e de viver coletivamente. O que Viana e Levcovitz (2005), Macedo (2007) e Yamamoto (2007) corroboram quando chamam atenção para o fato de o programa neoliberal ter trazido impactos no plano social em nações como as latino-americanas, debilitando a cobertura das Políticas Públicas e reduzindo seus graus de eficácia, o que acaba por acentuar as desigualdades e aprofundar o quadro de miséria social.

Macedo (2007) chama atenção para o fato de, diante dessa conjuntura, estar havendo uma precarização do trabalho do profissional de Psicologia, sobretudo nas Políticas de Assistência Social. Diante desse contexto, muitos profissionais, ao invés de se mobilizarem e reivindicarem por melhoria nas Políticas Públicas e por melhores condições de trabalho e remuneração, acabam por firmar acordos que trazem apenas benefício próprio ou parte deles tentam dividir seu tempo atuando na iniciativa privada, ficando o serviço público num segundo plano (Macedo, 2007).

O que traz à tona uma contradição da ciência e profissão Psicologia: “(...) a discrepância entre a necessidade de trabalho no âmbito das Políticas Públicas e o despreparo dos profissionais para enfrentar os desafios relativos a esse campo de trabalho” (Scaparo & Guareschi, 2007, p.105). Tais autores acrescentam que esse enfrentamento implica assumir o compromisso de compreender a magnitude das questões abordadas ao planejar, gerir e avaliar ações. O que demanda um novo olhar para essa formação, de forma a favorecer um maior conhecimento e uma perspectiva mais crítica, com relação aos pressupostos das políticas sociais e da amplitude do

espaço público. Haja vista colapso dos serviços públicos e implementação do “Estado Mínimo”, que tem produzido, no contexto local, cada vez mais insegurança e desassistidos, seja para os técnicos que atuam nessas políticas ou para os sujeitos atendidos.

Tal fato abre precedente para questionarmos até que ponto essa inserção da Psicologia nas Políticas Públicas, tem possibilitado a compreensão por parte dos profissionais, das Instituições de Ensino Superior e das Associações de Psicologia, de que não se trata, apenas, de uma simples extensão do mercado de trabalho, mas demanda sim, uma revisão crítica do saber produzido, uma reflexão ética acerca de como vinha (ou vem) atuando e a efetivação de um compromisso social por parte da categoria. Haja vista fato de a formação em Psicologia poder ser alvo de várias críticas seja pela: sua carência em função de um modelo clínico hegemônico (Spink, 2007); deficiência pelo distanciamento da realidade social do país (Macedo, 2007); pelo predomínio de um fazer reprodutivo e alienado (Fonseca & Ozella, 2010); ou pela aglutinação de forma acrítica de diferentes abordagens teóricas, que leva a práticas descontextualizadas e etnocêntricas, reprodutoras de subjetividades intimistas (Dimenstein, 2000).

Como chama atenção Bernardes (2006), faz-se necessário uma reorientação da formação, ou ao menos parte dela, para o setor público. Pois parece haver uma considerável distância entre as vivências possibilitadas pela formação em Psicologia e as características político-culturais próprias do mundo social. Estudos (Fernandes et al., 2008; Scarparo & Guareshi, 2007; Macedo, 2007; Yamamoto, 2009) tem chamado atenção para mudança na configuração da Psicologia no Brasil, pois, apesar de continuar havendo uma hegemonia das atividades clínicas, por meio de consultórios particulares numa perspectiva individualizante, comparando-as com as demais áreas,

configura-se, claramente, uma ampliação das oportunidades profissionais através das Políticas Públicas.

No entanto, como chamam atenção Scarparo e Guareshi (2007), o trabalho social não tem sido a perspectiva mais frequentes nas escolhas profissionais de Psicologia. Parece que o imaginário que fundamenta grande parte da formação e dos projetos profissionais, se refere à lógica do profissional autônomo, bem sucedido, respaldado por um amplo cadastro de “pacientes particulares” (p.102).

Cabe então nos questionarmos acerca de tal paradoxo. Pois apesar de não haver um direcionamento claro na formação acadêmica para uma atuação nesses espaços, percebe-se cada vez mais um maior número de profissionais no contexto das Políticas Públicas. E essa postura, de ciência que produz “verdades” e que está apta a possibilitar aos “usuários” uma garantia no lugar de “pessoa normal”, não se diferencia, em muito, do modelo intimista, higienista e estigmatizante que norteou a atuação da Psicologia durante as primeiras décadas após sua regulamentação enquanto profissão no Brasil, e que acaba por limitar as possibilidades de compreender e articular espaços alternativos de produção de vida, comprometendo, dessa forma, sua atuação no âmbito das Políticas Públicas.

Gonçalves (2010) propõe uma reflexão acerca das possibilidades de atuação da Psicologia, nas políticas sociais através de uma defesa de transformação da sociedade, pautada na promoção e garantia dos direitos sociais, considerando as demandas da realidade social, a partir de uma perspectiva histórica, procurando a desnaturalização dos fenômenos sociais. Devendo-se, dessa forma, criar espaço social necessário ao desenvolvimento dos sujeitos, e fazer com que a dimensão subjetiva da realidade social; na qual ocorre a dinâmica entre Estado, sociedade e política, possa ser compreendida e levada em consideração no contexto dessas Políticas Públicas.

Percebe-se, então, que há possibilidade de a Psicologia agregar a vida dos sujeitos, atuando em torno da efetivação de direitos, haja vista quadro de desigualdade social e uma condição de vida de grande parte da população submetida à manipulação ditada pelos interesses da produção, principalmente quando se pensa a realidade de boa parte das crianças e adolescentes brasileiras e quando se disponibiliza de uma das mais avançadas legislações de proteção à crianças e ao adolescente – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na operacionalização do sistema de garantias, a atuação do profissional de Psicologia, de acordo com Alberto et al. (2008a), deve se dar a partir dos seguintes eixos:

(...) análise da situação, no sentido de diagnosticar a realidade através de pesquisas que possibilitem a análise e o planejamento de ações e recursos para o enfrentamento das situações de risco, mobilização e articulação dos vários segmentos (governamentais, não-governamentais, sociedade civil nos níveis nacionais, regionais e locais), promoção, defesa e responsabilização através de mecanismos de exigibilidade dos direitos e humanização dos serviços, promoção, atendimento e prevenção, através de ações especializadas de atendimento, com a inclusão social das crianças, adolescentes e suas famílias e promoção de ações que possibilitem aos jovens o empoderamento dos mesmos com vistas ao protagonismo social (p. 564).

Tais autoras, analisando o tipo de trabalho desenvolvido pelas entidades responsáveis pelo atendimento dos direitos de crianças e de adolescentes em situação de risco, que compõem o sistema de garantias do município de João Pessoa, no Estado da Paraíba, identificaram que na maioria das entidades, o papel dos psicólogos se restringe a uma atuação clínica com uma intervenção de caráter individual. O que denota uma atuação do profissional de Psicologia ainda fundamentada num modelo de técnico que só atua do ponto de vista do conhecimento específico, sem considerar a criança e o adolescente como sujeitos de sua história, como sujeitos de direitos, protagonistas.

Percebe-se, dessa forma, uma atuação dos profissionais de Psicologia que continua, em parte, pautada no modelo técnico, liberal e autônomo. O que destoa do que é pensado em termos de papel do psicólogo nas Políticas Públicas. Alberto et al. (2008a) chamam atenção para o fato de que, dentro da concepção da proteção integral, o papel do profissional de Psicologia no sistema de garantias, junto ao de outros profissionais, passa a ser o de um viabilizador de direitos, devendo, para tal, ter conhecimento profundo da legislação, uma vez que a descentralização lhe exige novas capacidades e competências, a autonomia política administrativa impõe a participação, e o controle requer um arcabouço teórico-técnico-operativo que visa ao fortalecimento de práticas e espaços de debate.

Segundo as Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia (2004), a formação acadêmica deve buscar assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos: Construção e desenvolvimento do conhecimento científico; Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País; Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos; Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas; e Aprimoramento e capacitação contínua.

No entanto, percebe-se, ainda, uma atuação de profissionais de Psicologia ainda vinculada a emissão de laudos e diagnósticos e “(...) fortemente apoiada em concepções naturalistas do conhecimento” (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005, p. 46), sem participação direta na implementação de ações para atender aos sujeitos. Além disso, esse atendimento quando ocorre, em geral, dá-se através de políticas assistencialistas e

nos moldes do atendimento que tradicionalmente tem caracterizado a prática profissional: o do profissional liberal, que faz atendimento clínico, numa perspectiva normatizadora, curativa e individualizante

Dessa forma, no contexto de atuação nas Políticas Públicas, a defasagem na formação universitária (Macedo, 2007; Fernandes, et al., 2008; Gonçalves, 2010) é uma dificuldade enfrentada atualmente pela Psicologia, fazendo-se necessário desenvolvimento de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em vertentes teórico-metodológicas que possibilitem ampliação da dimensão política na formação acadêmica dos profissionais, fortalecendo ações voltadas para a construção de uma cidadania crítica. Dessa forma propõe-se o referencial da Psicologia Histórico-Cultural para nortear o presente estudo, conforme será discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVA CRÍTICO-DIALÉTICA E

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Para entender atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, como se constitui a consciência desses profissionais e como se dá sua atividade, recorreu-se à Psicologia Histórico-Cultural, enfocando-se as categorias consciência e atividade, a partir da perspectiva de Vigotski.

Parte-se do entendimento que as categorias consciência e atividade, trabalhadas pela Psicologia Histórico-Cultural, por conceberem a linguagem como uma das mediações fundamentais no processo atividade-consciência, enfatizando a articulação, realizada pelo sujeito, entre os significados sociais e os sentidos pessoais, dão subsídios para uma análise de subjetividade que leve em consideração a historicidade de tal dimensão em detrimento de uma análise fragmentada e descontextualizada. Dessa forma, o presente capítulo contempla, também, concepção do Estado contemporâneo e das Políticas Públicas, recorrendo-se a perspectiva crítico-dialética como fundamento teórico para abordar as Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

2.1 – História do Estado

A significação de poder central soberano, legiferante e capaz de decidir, sem compartilhar esse poder com ninguém, sobre as questões tanto exteriores quanto internas de um coletividade, foi atribuída ao Estado por Maquiavel (Châtelet, Duhamel & Pisier-Kouchner, 1985). Pois este buscou realizar uma abordagem racional do exercício do poder político por meio do Estado, a partir de uma concepção na qual o

Estado se funda pela força e na qual está presente a distinção entre Estado e Sociedade Civil.

O ponto de partida e chegada da análise política de Maquiavel é a realidade concreta, rejeitando tradição idealista de Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino. O analista político em questão segue a regra metodológica: ver e examinar a realidade tal como ela é e não como se gostaria que fosse. O que, segundo Sadek (2006), é reflexo da influencia que Maquiavel sofreu de historiadores antigos como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio. Pensando essa realidade concreta, Maquiavel busca descobrir como pode ser instaurado um Estado estável.

Maquiavel (1513) inovou ao considerar que a ordem era produto necessário de uma política, não sendo, portanto natural, dada ao acaso ou a materialização de uma vontade extraterrena. Pois considerava que a política era o resultado de um feixe de forças, proveniente de ações concretas dos homens em sociedade, sendo o espaço político constituído por mecanismos distintos dos que norteiam a vida privada. Ele considerava que a natureza humana era composta por atributos negativos, sendo os conflitos e anarquia desdobramentos malévolos das paixões e instintos humanos.

Essa concepção foi um fundamento utilizado por Maquiavel (1513) para explicar a instabilidade em todas as sociedades uma vez que considerava que essa malignidade intrínseca à natureza humana somava-se a um fator social: presença de duas forças opostas, sendo uma proveniente do não desejo de um povo ser dominado e oprimido pelos grandes e outra oriunda do desejo por parte dos grandes de dominarem e oprimir os povos. Dessa forma, considerava que o problema político era justamente encontrar mecanismos que conseguissem impor estabilidade nas relações, sustentando essa correlação de força. Para tanto, sugeria duas possibilidades: o Principiado e a República.

O príncipe era visto por Maquiavel (1513) como um fundador do Estado. Sendo o principado visto como necessário quando as nações encontram-se corrompidas, divididas e ameaçadas por invasões externas. Pois considerava que essa realidade concreta exigia um governo forte capaz de criar e colocar seus instrumentos de poder para inibir a decomposição da nação. Acrescenta que quando esse papel de regenerar a sociedade for atingido, ela está preparada para a República.

Reforçando a concepção de que a atividade política é uma prática de homens livres de feitos extraterrenos, Maquiavel (1513), baseando-se nos historiadores clássicos, considera que essa prática exige *virtú*, o domínio sobre a *fortuna*. Considera que a liberdade do homem é capaz de amortecer o suposto poder incontestável da *fortuna*, desde que o homem tenha habilidade suficiente para usar virtuosamente sua força. Dessa forma, a força explica o fundamento do poder, sendo que ele considerava que usar virtuosamente a força é a chave por excelência do sucesso do príncipe, devendo este ter a sabedoria de agir conforme as circunstâncias. Dessa forma, na perspectiva desse analista político, o Estado confunde-se com um governo soberano, centralizado na figura do monarca, diferentemente da perspectiva de Estado que foi apresentada por Hobbes.

Na perspectiva de Hobbes, em sua obra *Leviatã* (1651/1998), o Estado era visto num contrato: os homens viviam naturalmente sem poder e sem organização, que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo regras de convívio e de subordinação política. Ele partia do pressuposto de que os cidadãos, de comum acordo, deveriam despojar-se integralmente de sua potência individual e a transferir para a autoridade pública. Dessa forma, a sujeição seria uma opção racional no sentido de os homens refrearem suas paixões, renunciando a liberdade individual em favor do soberano, do monarca absoluto.

Hobbes (1651/1998) considerava que os seres humanos eram iguais o bastante para que nenhum pudesse triunfar sobre outro. Entendia também que o homem era opaco ao seu semelhante, uma vez que um não sabia o que o outro deseja, nem esse outro o que ele desejava, considerando, dessa forma, que o mais razoável era cada um atacar ao outro, ou para vencê-lo, ou para evitar um possível ataque. Assim a guerra se generalizaria entre os homens, havendo, portanto, necessidade de um Estado que assumisse papel de controle e repressão.

Essa guerra decorrente da ausência de um Estado foi explicada por Hobbes (1651/1998) como sendo consequência de uma natureza humana, que apresenta três causas principais para a discórdia, a saber: a primeira, a competição – que leva aos homens atacar aos outros para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos e rebanho de outros homens; a segunda, a segurança – para defendê-los; e a terceira, a reputação – por ninharias, como uma palavra, um sorriso, uma diferença de opinião e qualquer outro sinal de desprezo, quer sejam dirigidos a outras pessoas, quer indiretamente aos seus parentes, seus amigos, sua nação, sua profissão ou seu nome (Hobbes, 1651/1998).

Essa autoimagem de poderoso, perseguido ou traído leva a um estado de natureza em condição de guerra. O que para Hoobes (1651/1998) justifica um Estado dotado de espada, armado, para forçar o homem ao respeito. Cada um recebendo o que o soberano ordenar. Uma vez que considera que as leis da natureza por si mesmas, na ausência de um temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias às nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes.

Esse governo que impede que os homens matem uns aos outros, na concepção de Hobbes (1651/1998) tem que ter poderes plenos, governar pelo temor que inflige a

seus súditos e controlar a propriedade privada. Considerando que dessa forma o Estado possibilitaria ao homem, tanto a condição de sobrevivência, quanto a melhor condição material de vida, paz e conforto. Dessa forma, o Estado nessa perspectiva configura-se como uma instituição e é condição para existência da própria sociedade por ser capaz de manter o pacto firmado entre os homens, o respeito às regras, assegurando a paz e a defesa comum. Essa perspectiva contratualista de Estado sofreu algumas modificações a partir da perspectiva de Locke.

John Locke (1690) apresentou posição diferenciada da perspectiva de Hobbes, na medida em que considerava que a sociedade possui a capacidade de se organizar de modo harmonioso, sem que houvesse necessidade de recorrer à ordem política, havendo, portanto, uma concepção de homem diferente da de Hobbes. Pois Locke (1690) entendia que os homens viviam num estágio pré-político caracterizado pela liberdade e igualdade. Dessa forma, nessa concepção, a existência do indivíduo precede a sociedade. Sendo o homem concebido como todos livres, iguais e independentes, por natureza.

Nesse sentido, Locke (1690) defendia a ideia de que a monarquia absoluta era incompatível com um governo civil, defendendo que o poder político estivesse nas mãos de corpos coletivos de homens. Tal poder era entendido por Locke (1690) como um contrato social, por meio do qual os homens concordavam livremente em formar a sociedade civil, fazendo com que os sujeitos superassem o estado de natureza. Sendo que, na escolha do governo, seguia-se a decisão majoritária, sendo respeitados os direitos das minorias.

Outra diferença de Locke em relação com Hobbes, como chama atenção Mello (2006), é que para Hobbes a propriedade foi instituída pelo Estado-Leviatã, após a formação da sociedade civil, podendo dessa forma o Estado suprimir a propriedade já

que a criou. Enquanto que para Locke, a propriedade já existia no estado de natureza humana, sendo, portanto, um direito natural do indivíduo que não poderia ser violado pelo Estado.

Para Locke (1960), o que justificava a união dos homens num pacto social era a necessidade de superar inconvenientes como violação da propriedade dos sujeitos, ataques contra suas vidas ou liberdade e invasões estrangeiras. Uma vez que no estado civil, os direitos naturais e inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens estariam melhor protegido sob amparo da Lei. Sendo que, qualquer que fosse a forma de governo, este teria papel de fazer as leis e todas as penalidades para preservar a propriedade, de empregar a força da comunidade na execução das leis e da defesa da comunidade contra agressão estrangeira, sendo tudo isso em função do bem público (Locke, 1960).

Nessa perspectiva de Estado havia: um poder legislativo, que tem o direito de estabelecer como se deverá utilizar a força da comunidade no sentido de preservação dela própria e dos seus membros; poder executivo, que acompanhava execução das leis em vigor, dando-as força constante e duradoura; e o poder federativo, encarregado das relações exteriores, tendo o poder de guerra e de paz, de ligas e aliança e de todas as transações com pessoas e comunidades estranhas à sociedade.

Dessa forma, nessa perspectiva, o Estado assumia uma nova configuração, dependendo dos sujeitos para existir e caracterizado por uma divisão de poderes. Por considerar o direito à vida, à liberdade e à igualdade como direitos naturais inalienáveis e essência do Estado Civil, Locke apresentou a fórmula liberal do Estado Moderno.

Jean-Jacques Rousseau, com sua obra *Contrato Social* (1762/1965) e *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade* (1755/1954), apresentou a perspectiva de que os homens no estado de natureza estão sem moralidade e sem

maldade, enquanto a sociedade civil é a descrição de como os homens vivem em realidade, de forma imperfeita, corrompida pela propriedade. O que era entendido como obra de poucos que querem proteger seus interesses próprios.

Pois considerou que os ricos alegavam unirem-se para defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que lhe pertence, buscando instituir justiça e paz. No entanto, a origem da sociedade e das leis deram novos entraves aos fracos e novas forças aos ricos, destruindo a liberdade natural e fixando para sempre a propriedade privada e a desigualdade. Para proveito de alguns ambiciosos sujeitaram todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria (Rousseau, 1755/1954).

Dessa forma, concebeu o Estado como tendo sido criação dos ricos para preservar a desigualdade e a propriedade, e não o bem-comum. Rousseau inovou ao propor o exercício da soberania pelo povo, como condição de sua libertação. Defendendo a perspectiva de um Estado de Direito, fundado nas leis definidas pela vontade geral, sendo dessa forma capaz de limitar os extremos de pobreza e riqueza presentes na sociedade civil e promover a educação pública para todos.

Rousseau (1762/1965) considerava que havia uma tendência por parte de governo de subjugar o povo. No entanto destacou possibilidade de um pacto social legítimo, por meio do qual os homens, após terem perdido sua liberdade natural, ganhariam a liberdade civil. Sendo nesse processo de legitimação do pacto social fundamental a condição de igualdade entre as partes contratantes, com um governo submetendo-se a vontade do povo, havendo, dessa forma, uma conjugação perfeita entre liberdade e obediência, na qual haveria uma submissão à vontade geral e não à vontade de um indivíduo em particular ou de um grupo de indivíduos.

Essas reflexões acerca do Estado e do seu lugar na sociabilidade apresentadas por meio das obras de Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau, deram-se em um momento histórico anterior ao liberalismo. Esta perspectiva liberal de Estado, bem como *Welfare State* e neoliberalismo, tiveram fortes influencia no processo de constituição das Políticas Públicas, mais especificamente a Política de Assistência Social no Brasil. Pois, como chamam atenção Behring e Boschetti (2011), a consolidação econômica e política do capitalismo no século XVIII e XIX introduziu outros elementos nessa calorosa discussão sobre a relação entre Estado, sociedade civil e bem-estar.

De acordo com Behring (2009) e Behring e Boschetti (2011), nos primórdios do liberalismo, existia um componente transformador na maneira de pensar a economia e a sociedade, que buscava romper com a aristocracia e o clero, do Estado absoluto, evidenciado no anti-estatismo radical presente no pensamento de Adam Smith, que defendia o mercado como mecanismo natural de regulação das relações sociais.

Seguindo essa tônica, acreditava-se que indivíduos, ao buscarem ganhos materiais, eram orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, dessa forma ao seguirem seu desejo *natural* de melhorar as condições de existência, os indivíduos tenderiam a maximizar o bem-estar coletivo. Essa perspectiva, associada a uma concepção moralizante de trabalho, foi cada vez mais se tornando hegemônica, à medida que a sociedade burguesa se consolidava (Behring, 2009; Behring & Boschetti, 2011).

O Estado, nessa perspectiva liberal, deveria apenas fornecer a base legal para que o mercado pudesse maximizar os benefícios aos homens. Estando o mesmo sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil e tendo basicamente três funções: defesa contra inimigos externos, proteção de todos os indivíduos de ofensas

dirigidas a outros indivíduos, e provimentos de obras públicas não executadas pela iniciativa privada (Bobbio, 1988).

De acordo com Behring e Boschetti (2011) a concepção dos liberais de que os auxílios sociais contribuem para reproduzir miséria e que desestimulam o interesse pelo trabalho e geram acomodação, bem como a concepção de que a liberdade e a competitividade são formas de autonomia do indivíduo decidir o que é melhor para si e lutar por isso. Assim como a visão de miséria como algo natural e insolúvel, ajudam a compreender a reduzida intervenção estatal na forma de políticas sociais nesse período.

Dessa forma:

A resposta dada à questão social no final do século XIX foi sobretudo repressiva e apenas incorporou algumas demandas da classe trabalhadora, transformando as reivindicações em leis que estabeleciam melhorias tímidas e parciais nas condições de vida dos trabalhadores, sem atingir, portanto o cerne da questão social (Behring & Boschetti, 2011, p. 63)

Nesse contexto de consolidação dessa forma de pensar o Estado, a economia e a sociedade, duas formas de organização do trabalho possibilitaram elementos para expansão do capitalismo: Taylorismo e Fordismo. O Taylorismo, organização de trabalho proposta por Taylor (1903; 1911) fundamentava-se em técnicas de racionalização de trabalho dos operários buscando aumento da produtividade e prosperidade da empresa. Por meio de um redesenho de processos de trabalho houve um aumento da produtividade, o que se deu por meio da divisão do trabalho, levando-se em consideração a análise do tempo gasto pelo trabalhador, bem como a utilização do melhor movimento, evitando assim a fadiga e a baixa produtividade do operariado, acentuando a priorização da eficiência e do trabalho em equipe, como também a supervisão das atividades. De acordo com Chiavenato (2003), o objetivo de Taylor, era

conseguir melhores resultados, aperfeiçoar a eficiência e elevar os índices de produção das indústrias, possibilitando assim maiores lucros para os donos das fábricas.

Essa divisão do trabalho, na lógica taylorista, faz com que cada profissional assumia tarefas específicas, delimitadas e fragmentadas. Campos (1998) considera que se objetivava, administrar pessoas como se elas fossem instrumentos, coisas ou recursos destituídos de vontade ou de projeto próprio, buscando-se disciplinar o trabalhador, quebrar-lhe o orgulho, a autonomia e a iniciativa crítica. Bertussi (2009) considera que esses princípios da organização científica de Taylor continuam tendo repercussão nos dias de hoje, por meio de especialização e da fragmentação do trabalho, bem como na distinção de poder entre dirigentes e executores, e na realização de treinamento do trabalhador para adequá-lo à função, “partindo do princípio de que os trabalhadores são ‘caixas vazias’ e que devem ser orientados pelas normas” (Bertussi, 2009, p. 13). E acrescenta que pode repercutir negativamente por meio de alienação, indiferença, desmotivação, necessidade de controle permanente.

O Fordismo, organização de trabalho proposta Henry Ford (1923), pode ser entendido como um desenvolvimento da proposta taylorista, por aprofundar a racionalização e simplificação do trabalho industrial. Ele alcançou seu intento por meio da linha de montagem, com uso de esteira mecânica, o que deu início a produção em série, método de produção que permite fabricar em grandes quantidades produtos padronizados, sempre pensados com vistas a alcançar o menor custo possível.

Esse contexto de consolidação do capitalismo demandou novas estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes sociais, pois como apontam Behring e Boschetti (2011), na segunda metade do século XIX, a força de trabalho passou a reagir à exploração extenuante, por meio de greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e também sobre o valor da força de trabalho. De acordo com as autoras

citadas esse foi o período em que o Estado capitalista passou a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada e sistematizada, o que se deu em decorrência das mobilizações e organização da classe trabalhadora (Behring & Boschetti, 2011; Gomes, 2006; Pierson, 1991; Sales, 2010; Yamamoto, 2009). Sendo que o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciada entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, bem como do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (Behring & Boschetti, 2011).

Com a crise do Liberalismo, que ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, decorrente tanto do crescimento do movimento operário, quanto das mudanças no mundo da produção, com o advento do fordismo e pela concentração e monopolização do capital, que demoliu a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais (Behring, 2009). As elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado a mercê dos seus movimentos naturais. Nesse contexto, Keynes concebe um novo papel para o Estado.

Para Keynes, diante do *animal spirit* dos empresários, o Estado tem legitimidade para intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar *demanda efetiva*, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias aos investimentos, inclusive contraindo déficit público, tendo em vista controlar as flutuações da economia (Behring, 2009). Cabendo, portanto ao Estado, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. Bem como também o incremento das políticas sociais. Tal perspectiva, agregada ao pacto fordista, possibilitou a visão de Estado como agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em

parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, configurando um Estado de Bem-Estar Social.

De acordo com Gomes (2006), a definição de *Welfare State* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir certa "harmonia" entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais, que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente.

Essa nova intervenção estatal, segundo Pierson (1991), fez com que as políticas sociais ampliassem ideias de cidadania, desfocalizando suas ações, antes direcionada para pobreza extrema. Segundo este autor, no *Welfare State*, o Estado assumiu uma nova postura, incorporando preocupação em atender as necessidades sociais reivindicadas pelos trabalhadores, reconhecendo legalmente seguros sociais, passando a concessão de proteção social pelo Estado de uma barreira política a um elemento de cidadania, ocorrendo, também, um forte incremento de investimento público nas políticas sociais.

Logo após a Segunda Guerra Mundial e como uma reação teórica ao Estado Intervencionista e de bem-estar, surgiu o neoliberalismo, que pode ser definido como um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia (Behring & Boshetti, 2011). De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois nessa perspectiva de Estado, este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

Dessa forma, segundo Behring (2009), configura-se um Estado: forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; parco para os gastos sociais e

regulamentações econômicas; que busca estabilidade monetária como meta suprema; norteado por uma forte disciplina orçamentária, no que se refere à contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego. Dessa forma, há um desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior.

Conforme aponta Draibe (1988), o neoliberalismo viveu uma primeira fase de ataque ao keynesianismo e ao *Welfare State*. E uma segunda fase, com ênfase, no que diz respeito aos programas sociais, no trinômio articulado da *focalização, privatização e descentralização*. Tratando de *desuniversalizar e assistencializar* as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o equilíbrio financeiro do setor público. Nesse contexto, emergiram políticas sociais residuais que solucionava apenas o que não poderia ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família.

De acordo com Yamamoto e Olivera (2010), o tratamento das Políticas Públicas no neoliberalismo diz respeito à sua “refuncionalização”, que compreende dois processos articulados, a “precarização” e a “privatização” dos serviços. A precarização, segundo os autores citados, é operada por meio, tanto do mecanismo de descentralização dos serviços, que implica transferência, aos níveis locais do governo, da responsabilidade pela oferta de serviços, deteriorados e sem financiamento, quanto do mecanismo de focalização, que introduz um corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”, resgatando a lógica da “cidadania regulada”.

Acrescentam ainda que a privatização, seja total ou parcial dos serviços se processa, por meio de uma (re)mercantilização, configurando uma nova forma de apropriação de mais-valia do trabalhador, havendo também uma transferência para o âmbito da “sociedade civil” de parte da responsabilidade pela oferta de serviços

(voluntários), sobretudo, para as parcelas “excluídas”. Nesse processo o chamado “terceiro setor” desempenha papel fundamental (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Esse tratamento do projeto neoliberal dado às Políticas Públicas trouxe algumas consequências para os usuários, pois

(...) a responsabilidade pelas sequelas da “questão social” no projeto neoliberal deixa de ser do Estado – ou, ao menos, exclusividade do Estado – sendo “dividida” com dois outros “setores”, o mercado (privatização) e a sociedade civil (ação solidária, filantrópica, voluntária). Introduce-se, como consequência, um atendimento segmentado, com oferta de serviços de qualidade diferenciada conforme a capacidade de pagamento do usuário. A lógica geral passa a ser algo como: (a) estatal-gratuito-precário; (b) privado-mercantil-boa qualidade e (c) filantrópico-voluntário-qualidade questionável (e virtual ausência de controles) (Yamamoto, 2007, p. 33).

Fazendo uma análise das contingências impostas pelo neoliberalismo no final do século XX, sobre as tendências das políticas sociais latino-americanas para o século XXI, Sposati (2011) demonstra associações entre dois grandes ingredientes contrários à extensão da agenda dos direitos sociais providos pelo Estado: as ditaduras militares e a subordinação ao neoliberalismo do Consenso de Washington. Considera que a autonomia dos Estados latino-americanos foi subordinada pela sua dívida externa ao Fundo Monetário Internacional - FMI, impedindo o crescimento das responsabilidades públicas com o social, negadas pela prevalência do conceito de Estado mínimo.

Nesse sentido tal autora faz referência a uma conjuntura de negação de direitos, trabalhistas ou sociais, uma agudização do empobrecimento, bem como crescimento da desigualdade social e a instalação da nominada “dívida social”, como sendo fortes heranças do final do século XX. Considerando que

Trata-se agora, de identificar os mais precarizados e criar formas de sua “melhoria social” ou redução de sua indigência e não de estender a todos as condições dignas de respostas às necessidades sociais como marca de

reconhecimento da cidadania. O enfrentamento da desigualdade, cuja presença é de ordem fortemente econômica, passou a ser tratado no âmbito da ordem social (Sposati, 2011, p.108).

Percebe-se, dessa forma, que há um desmonte das estruturas produtivas e executoras de Políticas Públicas do aparato estatal desenvolvimentista, no tocante à produção de bens e serviços que eram prioridade do setor público. Como chama atenção Gomes (2006), a lógica consiste em privatizar, entregar às forças de mercado o sistema de proteção social, reduzindo o papel do Estado ao de fornecedor de um sistema de previdência residual para os mais pobres da sociedade, conforme será discutido na seção seguinte.

2.2- Perspectiva crítico-dialética

No presente estudo teve-se como norte teórico e metodológico para analisar a relação Estado e Políticas Públicas a perspectiva crítico-dialética, entendendo, portanto a Política Pública como processo e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (Behring & Boschetti, 2011). O que se justifica como uma forma de superar análises unilaterais, buscando explorar as contradições inerentes aos processos sociais e revelar o caráter contraditório da Política de Assistência Social, suas multicausalidades e multifuncionalidades.

Como chamam atenção Behring e Boschetti (2011) nessa perspectiva, que é crítica, histórica e ontológica, o sujeito que quer conhecer não apenas descreve, mapeia

ou retrata. Uma vez que consideram que esse é um trabalho pré-teórico importante, mas o central é que o sujeito procura reproduzir idealmente o objeto, “(...) extrai do objeto suas características e determinações, reconstituindo no nível do pensamento como um conjunto rico de determinações que vão além de suas sugestões imediatas” (Behring & Boschetti, 2011, p. 38).

Dessa forma, consideram as autoras, que o pesquisador é um sujeito ativo, inquieto, que indaga o objeto, procurando extrair o que se passa nele em seu momento real. Sujeito e objeto são historicamente situados e em relação, não havendo, dessa forma, nenhuma neutralidade. Sendo o método entendido como uma relação entre sujeito com o objeto, que permite ao sujeito aproximar-se e apropriar-se das características do objeto.

Buscou-se, dessa forma, abordar a Política Nacional de Assistência Social em sua complexidade histórico-estrutural, situando-a na realidade social e considerando a totalidade concreta. Levando em consideração as íntimas e complexas relações que configuram essa realidade, de forma a compreendermos a atuação dos profissionais de psicóloga na Política de Assistência Social.

Para tanto, como chamam atenção Behring e Boschetti (2011), do ponto de vista histórico é preciso relacionar o surgimento dessa política social às expressões da questão social. Do ponto de vista econômico sua relação com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. E do ponto de vista político, reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto. Entendendo essas dimensões (história, economia, política e cultura) como elementos da totalidade, profundamente imbricados e articulados.

Por questão social entende-se o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista (Yamamoto & Oliveira, 2010). Tal aspecto manifesta-se no cotidiano da vida social a partir da relação capital-trabalho. Dessa forma, como acrescentam Yamamoto e Oliveira (2010), a questão social não se constitui como uma condição acessória e transitória, “(...) mas constitutiva do desenvolvimento capitalista, com seus diferentes estágios produzindo diferentes manifestações” (p.10).

O Estado burguês, como chama atenção Netto (2011), procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica. Tal teórico parte do entendimento de que o Estado sempre interveio no processo econômico capitalista a serviço de franjas burguesas, sendo caracterizado dessa forma como ocioso guardião das condições externas da produção capitalista, uma vez que opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

No entanto, para exercer o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, o Estado procura legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sócio-políticos, o que lhe permite alargar sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, por meio das Políticas Públicas. Organizando, dessa forma um consenso que permite assegurar o seu desempenho (Netto, 2011).

Dessa forma, considera Netto (2001) que:

O Estado – como instância da política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinado de consumo e a sua disponibilidade para ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua

mobilização e alocação em funções das necessidades e projetos dos monopólios (Netto, 2011, p.27).

Percebe-se, dessa forma que, por um lado, há um padrão de relação do Estado com a sociedade civil que se dá com o propósito de neutralizar possibilidades de emergência de projetos societários alternativos que sejam expressão dos interesses dos sujeitos pobres. E por outro lado, há respostas positivas a demandas das classes subalternas que podem ser oferecidas na medida exata em que elas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros, conforme assinala Netto (2011).

Nesse sentido, o teórico em questão considera que o Estado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. Uma vez que esse processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências de ordem monopólica, mas pelo conflito que este faz dimanar em toda a escala societária. Sobre essa questão Gonçalves (2010) faz a seguinte análise:

(...) isso ocorre de forma dialética, tendo na base relações materiais de produção. Como instância de poder político, o Estado representa os interesses concretos hegemônicos, das classes dominantes, mas, contraditoriamente, expressa também os que lhes opõem. Assim, quando as classes dominadas representam uma ameaça à coalizão dominante, a intervenção do Estado é repressiva; quando a pressão das classes dominadas ocorre em um contexto de legalidade liberal, as intervenções do Estado se caracterizam pelo estabelecimento de regras e regulação de conflitos, é o Estado liberal democrático (Gonçalves, 2010, p. 49-50).

No entanto, como chama atenção Faleiros (2008) o Estado é apresentado como neutro, mas percebe-se que ele é uma relação social, não é um árbitro, nem um juiz do bem-estar dos cidadãos, nem um instrumento. É ao mesmo tempo, lugar do

poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para práxis social (Faleiros, 2008). Sendo que o faz sem esquecer seu papel de Guardiã da ordem do capital (Gonçalves, 2010; Netto, 2011).

Analisando a intervenção do Estado frente à questão social, Netto (2011) considera que no marco burguês, a sua instrumentalização em benefício do capital monopolista não se realiza nem imediata nem diretamente. E acrescenta que seu processamento pode assinalar conquistas parciais e significativas para a classe operária e o conjunto de trabalhadores, extremamente importante no largo trajeto histórico que supõe a ruptura dos quadros da sociedade burguesa. Nesse sentido, podem ser pensadas algumas Políticas Públicas.

Seguindo essa linha de pensamento, Netto (2011) considera que as Políticas Públicas, conformam um terreno de conflitos, constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica, quanto ao protagonismo proletário. Pois entende que elas não são “decorrência natural” do Estado burguês e que sua concretização é variável da luta de classes. Nesse sentido analisa que:

Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto de trabalhadores, a que o Estado, por vezes, responde com antecipação estratégica (...) Elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos (Netto, 2011, p. 33).

Tal teórico acrescenta que é possível verificar, de um lado, alianças político-sociais as mais insólitas para a formulação de uma determinada política. E por outro lado a ponderação dessas alianças pode introduzir fricções entre políticas sociais formuladas simultaneamente. Dessa forma, as lutas e as confluências dos protagonistas não se encerram na formulação, uma vez que a implementação das políticas sociais é

outro campo de tensões e alianças, no qual frequentemente jogam papel não desprezível categorias técnico-profissionais especializadas.

Netto (2011) defende a tese de que o papel das políticas públicas é a preservação e controle da força de trabalho, que elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política, oferecendo um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes. Pois considera que através da política social, o Estado burguês procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistema de consenso variáveis, mas operantes. Dessa forma, pondera que, quando o Estado intervém sobre a “questão social”, o faz a fragmentando-a e parcializando-a. Pois tomar a questão social como problemática configurada de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente a relação capital/trabalho – que significaria colocar em xeque a ordem burguesa (Netto, 2011).

Entendemos, na presente tese, que as políticas públicas tanto estão voltadas para o controle ou dominação, quanto para o atendimento de determinadas demandas dos setores subalternos da sociedade, fato que expressa o traço contraditório dessas políticas. Considerando, dessa forma, a Política Pública sem partir de uma concepção de mera estratégia do capital sobre o trabalho.

A Política Pública, como afirmara Sposati (2011) é uma construção histórica e, como tal, não está fadada a ser capturada por um dos lados em que se posicionam os sujeitos sociais históricos. Considerando que desde que colocada em contexto democrático, tem disputados seus meios e fins entre os projetos sociais desses sujeitos conscientes e ativos. Compartilha-se também com a ideia de tal autora, quando esta

avalia que com essas lutas não se alcançam ganhos plenos, embora possa significar possibilidades de avanços no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania.

As Políticas Públicas podem ser caracterizadas, portanto, como um campo de conflitos constituído como respostas tanto às exigências da ordem do capital quanto ao protagonismo proletário. O que faz com que as mesmas se mostrem como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas (Netto, 2011).

Nesse contexto, pode-se refletir acerca de uma atuação no âmbito das Políticas Públicas direcionada para transformação da sociedade e pautada na promoção e garantia dos direitos sociais. Nesse sentido Gonçalves (2010) considera que se trata de trazer para cena o embate entre interesses contraditórios e optar por um dos lados: o dos trabalhadores na luta por uma sociedade igualitária, uma sociedade que reúna liberdade e solidariedade. Acrescenta que não se trata apenas de garantir sobrevivência e reprodução da força de trabalho, tampouco de assistir aos menos favorecidos ou os excluídos do processo social. Mas sim de criar espaço social necessário ao desenvolvimento de todos e todas, para que alcancem as mais avançadas conquistas humanas presente neste momento histórico, pois a constituição dos sujeitos dá-se a partir da interação deste com o ambiente social, conforme será discutido a seguir.

2.3- Teoria Histórico-Cultural

Vigotski (1996) considerava que a Psicologia se definia como estudo da consciência e que tal campo de saber era estéril em referência à produção de conhecimento sobre seu objeto. O que ele justificava por considerar que a consciência

humana estava sendo vista, como determinada pelas leis físicas e biológicas estreitas ou por leis transcendentais e metafísicas inapreensíveis. Tal análise possibilitou que o teórico russo considerasse haver, no início do século XX, uma crise instalada na Psicologia. O que o levou a demonstrar a necessidade de uma nova Psicologia unificada e uma nova metodologia a ela integrada.

Recebendo influência da história materialista de Marx e Engels, considerava que os processos psicológicos superiores não podiam ser explicados pelas leis da natureza nem por leis do espírito, mas que suas raízes deveriam ser procuradas nas regularidades das leis da história. Propondo, portanto, pensar consciência e outros construtos psicológicos a partir dessa perspectiva histórica. Tal concepção articulada com a busca por uma metodologia mais integral e adequada à sua proposta de Psicologia geral, fez Vigotski procurar “(...) aprender na globalidade do método de Marx como se constrói a ciência, como focar a análise da psique” (Vigotski, 1999, p. 395).

2.3.1 - Consciência

O conceito de consciência, a partir de Vigotski (2007), refere-se a um processo que tem uma gênese e que se desenvolve como função de relações sociais múltiplas e contraditórias. Sendo constantemente mediada e transformada pelas relações entre o sujeito e o ambiente social. Pois para Vigotski (2007), o sujeito é resultado das forças de relação e só dessa forma pode ser compreendido. Sendo esse processo de constituição da consciência fortemente influenciado pela linguagem e pelos signos, por serem meios de contato do indivíduo com o mundo exterior, bem como consigo mesmo. E a partir dessa interação com a objetividade que ele constitui seu mundo subjetivo.

Sobre essa relação externo e interno, social e individual, Vigotski (2007) considera que a internalização das formas culturais dos comportamentos envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. Sendo o signo entendido um meio de atividade interna dirigido para o controle do próprio indivíduo.

Nesse sentido, a constituição do sujeito é vista como resultado de um processo de conversão do social no individual, sem que o indivíduo e sociedade mantenham entre si uma relação isomorfa (Aguar, 2011). Todo fluxo do desenvolvimento humano, para Vigotski (2008) vai do social para o individual, considerando que todas as funções superiores aparecem duas vezes, primeiro no nível social, depois no nível individual. Tal teórico considera que estabelecemos relações com os outros no momento que assumirmos papéis diante de alguém, enquanto esse alguém vai assumindo papéis diante de nós. Vale destacar que a relação social humana é constituída historicamente, mediante lutas sociais e relações de poder, e de modo indissociável, culturalmente.

Para Vigotski (2007), as mudanças vivenciadas em qualquer processo psicológico, ao longo de diferentes fases de desenvolvimento, começa em si, torna-se para os outros e depois para si. Por entender que nos processos de internalizações há uma série de transformações que fazem com que: uma operação que inicialmente representa uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente; um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Sendo a transformação de um processo interpessoal num processo intrapessoal o resultado de uma longa série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento (Vigotski, 2007), tendo a linguagem papel fundamental ao longo desse processo. Por ser entendida pelo autor como uma forma de expressão dos signos existentes em nossa sociedade.

Dessa forma, buscou-se compreender nesta tese, a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social levando em consideração a singularidade desses profissionais, a condição histórica e social de suas relações sociais vividas, bem como, tentou-se identificar qual o papel que os gestores das Políticas de Assistência Social atribuem a esses profissionais de Psicologia. O que demandou uma análise que levasse em consideração a constituição desses sujeitos enquanto um processo, vendo-se a consciência como um sistema integrado, determinada pelas condições sociais e históricas, em um processo que converte produções simbólicas em construções singulares. Pois se entende as relações sociais como princípio explicativo da consciência, por meio de um processo dialético.

Vigotski (2007), como uma forma de evidenciar esse processo dialético na constituição da consciência, fez uma distinção entre sentido e significado. Para ele significado é uma construção social, de origem convencional, relativamente estável, enquanto o sentido se constitui a partir do confronto entre as significações sociais vigentes e a vivência pessoal. Para ele o significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido (Vigotski, 2007).

De acordo com Toassa e Souza (2010), na perspectiva histórico-cultural de Vigotski, a atribuição de sentido e aquisição de conceitos sobre seus afetos peculiares, por parte dos sujeitos, é o principal fundamento do processo de tomada de consciência, sendo a generalização das vivências na linguagem central nesse processo. Pois o fato de se tornarem objeto da linguagem é um aspecto novo emergente no desenvolvimento, e que exerce uma transformação significativa nas relações sociais - pois o sujeito torna-se consciente não apenas dos objetos e das outras pessoas, mas também de si mesmo.

Essa tomada de consciência do humano em relação com mundo e consigo, pode criar novas formas de reflexão e distanciamento, podendo, portanto, ser entendida como

um processo que pode conduzi-lo a um maior domínio sobre a realidade objetiva com a qual interage e sobre suas próprias ações no mundo. O que nos possibilita entendermos a atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social.

Dessa forma, entende-se a consciência como um processo de um ser humano que surge do movimento do sujeito com a coletividade, uma vez que só pode se realizar no indivíduo à medida que ele se relaciona consigo mesmo e com os outros numa dada cultura. Sendo a consciência atravessada por motivos e necessidades do próprio ser humano, em sua relação com o mundo. Pois Vigotski (1928-1933/1996) considera que a consciência não é um sistema estático, mecanicista e acrescenta que estes motivos e necessidades são mutáveis dentro da atividade de cada pessoa, em seu sentido e significado, uma vez que tem origem nas relações sociais concretas, não sendo, portanto definidos como vetores biológicos, instintivos.

Dessa forma, considera-se como relevante para compreender o objeto de estudo da presente tese, levar-se em consideração: a formação que os profissionais de Psicologia tiveram acesso, tanto no meio acadêmico, quanto depois de formados; a atual configuração de nossa sociedade num contexto de crise do capitalismo, que repercute diretamente nas Políticas Públicas, e a relação desses profissionais com a sociedade, representada tanto pelos outros profissionais de Psicologia, quanto pelos usuários da Política de Assistência Social, e pelos gestores de tal política. De forma a entendermos como esses sujeitos se constituem e como essas relações sociais repercutem na sua atuação profissional.

Pois, como chama atenção Delari Junior (2000), nenhuma decisão emerge das profundezas de um indivíduo singular, com uma força interior, autodeterminada. E pondera, levando em consideração a concepção de consciência como singularidade possível a partir do plural, do múltiplo e do contraditório, ser possível pensar a

emergência de modos parciais, incompletos e reais de decisão e intervenção de cada ser humano sobre sua própria vida e sobre a vida coletiva, tanto no sentido de uma manutenção do estado vigente de coisas, quanto na criação de possibilidade de romper com ele, criando outras relações.

Negando-se a dicotomia objetividade e subjetividade, Vigotski (2000) entende que,

(...) toda penetração mais profunda na realidade exige uma atitude mais livre da consciência para com os elementos dessa realidade, um afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária, a possibilidade de processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece (Vigotski, 2000, p. 129).

Sobre essa relação da realidade concreta com a consciência, Delari Júnior (2000) analisa que a consciência, enquanto atividade inalienável do ser humano, parece ser antes possibilidade ativa desse ser humano regular suas próprias ações, mediante uma meta que pode projetar mesmo antes de iniciar sua atividade. Entendendo a consciência como integrada e multideterminada, marcada por uma processualidade constante. Dessa forma, pensar o fazer dos sujeitos no âmbito do trabalho, requer levar em consideração o que se dá a partir da interação destes com questões objetivas mediadas pela atividade de trabalho, levando-se em consideração como cada profissional a partir de sua história, marcada pela singularidade, configura a realidade social.

Delari Júnior (2000) acrescenta que as formulações de Vigotski sobre a consciência humana, podem dar pistas para a constituição da subjetividade humana vinculada às tramas políticas e ideológicas, sendo que tais proposições preservam sua atualidade mesmo em tempos não previstos pelo seu compositor.

2.3.2 - Atividade

Na teoria Histórico-Cultural de Vigotski, a noção de atividade também ganhou espaço de especial relevância. A noção de atividade em Marx (1975) se apresenta como ação consciente, criativa e transformadora, que permite ao ser humano se apropriar da natureza, produzir a sociedade e sua existência conforme sua vontade. Sendo para Marx (1975), essa capacidade de controlar sua atividade, fazendo-a objeto de sua vontade, o que possibilita ao ser humano diferenciar-se dos demais animais.

Apropriando-se dessa concepção marxiana, Vigotski (1991) considera que a atividade humana implica uma atividade com significado, própria dos seres humanos e de suas estruturas sociais. Nesse sentido, considera que a atividade humana designa um processo que vai da filogênese a microgênese, passando pela ontogênese e sociogênese.

Sendo a *filogênese* definida como história do desenvolvimento da espécie, dizendo respeito ao longo processo evolutivo pelo qual viemos a surgir como espécie com traços distintivos decisivos para a organização biológica que possuímos hoje. A *Sociogênese* refere-se à própria história do desenvolvimento dos diferentes grupos sociais, ou seja, a história no sentido mais específico do termo, a história humana. Por *ontogênese* entende-se a história do desenvolvimento do ser humano singular, trata-se do processo histórico que compreende todo o tempo de vida de uma pessoa, de um indivíduo, de um ser único. E o termo *microgênese* refere-se à história do desenvolvimento de processos psíquicos particulares de dada pessoa junto a outras num intervalo de tempo relativamente curto (Delari Jr, 2009).

Sendo, portanto, a atividade humana, uma condição mediatizadora pela qual se realiza o processo de hominização (filogênese e ontogênese), humanização (sociogênese) e construção do sujeito (microgênese). O que é explicado pelo teórico

russo em questão pelo fato de, por meio dessa atividade mediatizadora, por integrar ferramenta ao símbolo, torna-se possível o desenvolvimento de processos psicológicos superiores. Dessa forma, atividade estabelece o vínculo entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, entre a atividade cerebral e a atividade psíquica, mediatizada pela cultura e pela atividade prática do ser humano no mundo. Uma vez que integra as ações, o objeto da realidade e o objetivo da própria atividade, numa contínua relação de inter-influência. Realizando transformações recíprocas entre sujeito e objeto, pois o ser humano se apropria da realidade e se transforma através desta para, a seguir, transformá-la e novamente apropriar-se dela e assim transformar-se.

Dessa forma, a atividade humana é entendida por Vigotski (2008) como um sistema especial de ações que incluem os processos de apropriação, interiorização e transformação da realidade. Por meio dos quais o sujeito tanto se identifica, quanto consegue mudar a realidade objetiva e dar significado ao mundo e a ele mesmo, formando a consciência de si e do mundo.

Dessa forma, atuando profissionalmente, bem como realizando outros tipos de atividade, os sujeitos se apropriam do mundo físico-social, adaptam-se, transformando a si mesmo e ao mundo, a partir do contexto de sua atividade. Sendo essa apropriação, adaptação e transformação perpassada pela história pessoal e social, contribuindo, por sua vez, na formação da consciência e na atuação desses profissionais.

É nessa análise das histórias dos sujeitos que atuam nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social no Cariri cearense, imersos em seu contexto sócio-cultural, que podemos encontrar os sentidos/significações que imprimiram às experiências passadas, sentidos estes que funcionam como determinantes das experiências presentes, num processo complexo que direciona as possibilidades futuras.

Conforme sinalizado na seção anterior o sentido aparece na obra de Vigotski (1991) como instrumento mediador da consciência. Estando o sentido conectado ao pensamento e à linguagem uma vez que Vigotski (2008) considera que:

O significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio; o significado, portanto, é um critério da “palavra”, seu componente indispensável. Pareceria, então, que o significado poderia ser visto como um fenômeno da fala. Mas, do ponto de vista da Psicologia, o significado de cada palavra é uma generalização ou um conceito. E como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos considerar o significado como um fenômeno do pensamento (Vigotski, 2008, p. 150-151).

Significado pode ser entendido, dessa forma, na obra de Vigotski, como sendo a estabilização de ideias por um determinado grupo, podendo também significar qualquer generalização ou conceito fruto de um ato de pensamento. Sendo no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal (Vigotski, 1996).

O sentido não tem a estabilidade de um significado, uma vez que apresenta caráter provisório, podendo ser revisitado e tornar-se um novo sentido em situações novas, em função, tanto das relações sociais, quanto das evoluções nos grupos sociais. Dessa forma, o significado é uma das possibilidades de sentido para uma expressão ou palavra na fala. Diferenciando sentido e significado, Vigotski (2008), considera que:

(...) o predomínio do sentido de uma palavra sobre seu significado – uma distinção que devemos a Paulhan. Segundo ele, o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido (p. 181).

O significado, enquanto generalização da realidade, convenção estabelecida por cada grupo social sobre determinado fenômeno, constitui-se como sistema mediador criado pela própria sociedade para permitir a transmissão racional e intencional de experiências e de pensamentos. Não havendo uma relação fixa entre palavras e significados, mas sim um sistema dinâmico, no qual o afetivo e o intelectual vinculam-se e tornam-se expressão do contexto sociocultural onde estão imersos (Costas & Ferreira, 2011; Vygotsky, 2001).

Vigotski (1934/2009) destaca que, no curso do desenvolvimento histórico da língua, os significados das palavras desenvolvem-se e modificam-se. O que ocorre como resultado das ações dos indivíduos, uma vez que cada indivíduo relaciona os significados existentes com suas experiências anteriores e com as particularidades de sua vivência. De acordo com este teórico, o caráter pessoal dado aos significados constitui o sentido. Sua composição envolve tanto os processos cognitivos, porque tem origem a partir do significado e com ele se materializa, quanto afetivo uma vez que, ao ser reorganizada com um sentido próprio para cada sujeito, a palavra é perpassada pela história pessoal, suas vivências e emoções.

Dessa forma, o sentido constitui-se por meio das relações sociais das quais emergem processos de singularização. Sendo resultado das práticas sociais, históricas e culturalmente situadas.

CAPÍTULO 3

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. E como objetivos específicos: identificar o perfil dos gestores das políticas de Assistência Social do Cariri cearense; conhecer concepção dos gestores, das políticas de Assistência Social, acerca do papel do profissional de Psicologia, nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, em torno da infância e adolescência; identificar o perfil dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense; identificar o referencial teórico-metodológico utilizado pelos profissionais de Psicologia, do Cariri cearense, para nortear sua prática; conhecer como os profissionais percebem a contribuição dos referenciais teórico-metodológicos utilizados em sua atuação junto à infância e à adolescência; mapear as dificuldades institucionais enfrentadas para atuar na Política de Assistência Social; conhecer as concepções sobre a infância e a adolescência por parte dos profissionais de Psicologia; Identificar o tipo de prática desenvolvida pelos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, por meio da Política de Assistência Social. Demanda uma apreciação que leve em consideração a complexidade que circunscreve tal fenômeno. O que justifica uso de instrumental proveniente tanto da metodologia qualitativa quanto da metodologia quantitativa em diferentes momentos do presente estudo.

Frente a tais objetivos, complexidade do objeto de estudo em questão e do pressuposto de que a atuação da Psicologia na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes se dá distante das reais necessidades desses sujeitos, o presente estudo foi dividido em dois momentos: *Entrevistas individuais realizadas com os gestores* das políticas de Assistência Social e *Entrevistas individuais realizadas com os profissionais*

de Psicologia que atuam como profissional de Psicologia na Política de Assistência Social, tanto na Proteção Social Básica, quanto na Proteção Social Especial do Cariri cearense.

Com o propósito de realizar o primeiro momento do estudo, foram realizadas visitas às Secretarias municipais objetivando-se entrevistar os gestores ou gestoras das Políticas de Assistência Social dos seguintes municípios: Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri. No entanto, cinco secretárias(os) de Assistência Social dos municípios referidos acima, se negaram a participar da entrevista, colocando uma assessora ou técnica para participar em seu lugar.

Essa visita às secretarias possibilitou conhecer os equipamentos da Política de Assistência Social, respectivos endereço, nomes e contatos dos profissionais responsáveis por tais equipamentos, bem como permitiu identificar o número de profissionais de Psicologia que estavam atuando na Política de Assistência Social. Outra contribuição foi o fato de ter viabilizado agendamento de entrevistas com os gestores das Políticas Públicas que participaram do primeiro momento do estudo.

Esse primeiro momento do estudo, entrevistas com os gestores, contribuiu para o estudo em questão por ter possibilitado tanto obter informações sobre as políticas postas em prática por tais secretarias, que contemplem crianças e adolescentes, quanto por ter possibilitado acesso aos nomes e contatos dos profissionais de Psicologia que estavam atuando nessas políticas e onde estavam atuando. Também possibilitou conhecer o perfil dos gestores das Políticas de Assistência Social e suas concepções acerca do papel do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, em torno da infância e adolescência.

No segundo momento do estudo, *entrevistas individuais realizadas com os profissionais de Psicologia*, foram realizadas por meio de contato direto com os profissionais que atuam nas Políticas de Assistência Social no Cariri cearense. Tais entrevistas possibilitaram identificar o referencial teórico-metodológico utilizado pelos profissionais de Psicologia e conhecer as concepções sobre a infância e adolescência. Bem como identificar o tipo de prática desenvolvida pelos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, e mapear as dificuldades enfrentadas por esses profissionais para atuar na Política de Assistência Social.

3.1- Lócus da Pesquisa

O estudo foi realizado no Cariri cearense. O Cariri cearense, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE (2007), ocupa uma área de 6.342,3 km², envolvendo um total de 629.196 habitantes, correspondente aos municípios de Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri.

3.2- Participantes

Participaram do estudo em questão seis gestores da política de Assistência Social do Cariri cearense e onze profissionais de Psicologia que atuam na Política de

Assistência Social do Cariri, sendo um profissional representando cada uma das cidades que compõem Cariri cearense.

Dessa forma, o critério de inclusão dos participantes na pesquisa foi: para os gestores, ser secretário(a) ou subsecretário(a) da Política da Assistência Social dos municípios que compõem o Cariri cearense e que aceite participar da pesquisa; para os profissionais de Psicologia, ser graduado em Psicologia, atuar como profissional de Psicologia na política de Assistência Social, lidando diretamente com crianças ou adolescentes, e que aceitem participar da pesquisa.

3.3- Instrumentos

No primeiro e segundo momento do estudo foram utilizadas entrevistas individuais de caráter semiestruturadas, cujos roteiros foram elaborados pelo pesquisador. As entrevistas realizadas com os gestores contemplaram aspectos biosociodemográficos e tiveram como norte questões que giraram em torno dos serviços tanto da Proteção Social Básica quanto da Proteção Social Especial da Política de Assistência Social, que estão sendo disponibilizados pelos municípios e que contam com atuação do profissional de Psicologia e papel dos profissionais de Psicologia nesses serviços (Apêndice 1).

As entrevistas realizadas com os profissionais de Psicologia contemplaram aspectos biosociodemográficos e tiveram questões norteadoras que contemplaram os

seguintes temas: formação acadêmica que tiveram acesso, ao longo da graduação; capacitação/formação que tiveram acesso para atuar na Política de Assistência Social; o que fazem, como profissional de Psicologia, na Política de Assistência Social; como fazem; referencial teórico-metodológico que utilizam; como este referencial norteia a prática; concepção acerca de infância e adolescência; concepção acerca dos direitos das crianças e dos adolescentes; dificuldades institucionais e pessoais que enfrentam na atuação profissional; avaliação acerca da contribuição de sua atuação profissional para efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes (Apêndice 2).

3.4- Procedimentos de coleta de dados

Foram realizadas visitas às secretarias (primeiro momento do estudo) dos 11 municípios do Cariri cearense. Nesse momento, foram expostos, por parte do pesquisador, aos gestores da Política de Assistência Social, os objetivos do estudo e foi solicitada autorização para, em um momento posterior, haver um contato direto com os gestores da Política de Assistência Social e com os profissionais de Psicologia, com o intuito de entrevistá-los.

Identificado o número de profissionais de Psicologia que atuam em tais espaços, partiu-se para o primeiro momento do estudo. Esperava-se entrevistar os 11 gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, no entanto, apesar de agendamento prévio e confirmação, cinco gestores indicaram um assessor ou técnico da Política de Assistência Social para participar da entrevista em seu lugar. Sendo essas entrevistas

descartadas do presente estudo. Sendo, portando, levados em consideração para efeito de análise, o conteúdo das entrevistas dos seis gestores que aceitaram participar do estudo, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1).

No segundo momento do estudo, após autorização prévia da secretaria competente e do coordenador da instituição e agendamento, que levou em consideração disponibilidade do profissional de Psicologia e aceite do mesmo em participar, foram realizadas as entrevistas com os profissionais de Psicologia, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1). Das onze entrevistas, cinco foram realizadas no próprio ambiente de trabalho do profissional, quatro em outra instituição que o profissional trabalhava e duas na casa da mãe do profissional entrevistado.

4.5- Procedimentos éticos

Previamente ao início da coleta de dados, o presente projeto foi registrado no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP) e encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Paraíba. Sendo toda a pesquisa conduzida em acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde (BRASIL, 1996).

4.6- Análise dos dados

Os dados oriundos das entrevistas realizadas individualmente com os gestores, com o propósito de compreender a percepção dos gestores acerca da atuação do profissional nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, foram submetidos a Análise de Conteúdo, mais especificamente da técnica de análise temática proposta por Bardin (2009). Dessa forma, depois de realizadas todas as entrevistas, elas foram transcritas, sendo esta primeira versão fiel a fala do entrevistado. Em seguida foi realizada uma leitura flutuante de todo o material e uma tabulação, posteriormente uma codificação, esclarecendo ao analista acerca das características do texto (Bardin, 2009). Desta codificação emergiram as categorias representativas de cada temática.

Para análise das entrevistas realizadas com os profissionais de Psicologia, por se tratar de um conteúdo mais extenso e envolvendo diferentes temáticas, diferentemente do conteúdo das entrevistas com os gestores das Políticas de Assistência Social, que girava em torno basicamente da percepção de tais profissionais acerca do papel que os mesmos atribuíam aos profissionais de Psicologia, foi utilizada a análise de conteúdos lexicais, por meio do software ALCESTE. O programa foi utilizado com o intuito de distinguir classes de palavras que representam diferentes formas de relatos acerca dos objetivos da pesquisa.

Dessa forma, as entrevistas foram transcritas, mantendo-se as expressões verbais da forma como foram colocadas pelos participantes. Paralelamente à transcrição, os roteiros de entrevista utilizados com os profissionais de Psicologia foram subdivididos em três blocos, a partir dos objetivos propostos inicialmente nesta Tese. Sendo estes:

Atuação dos profissionais de Psicologia, Formação dos profissionais de Psicologia e Infância, Adolescência e Direitos.

Após a transcrição, as falas de todos os participantes foram copiadas em outros arquivos, de acordo com os blocos acima descritos, a fim de constituir os *corpus* para análise no ALCESTE. Deste modo, no arquivo denominado Bloco 1-Atuação dos profissionais de Psicologia, foram colocados todos os trechos das entrevistas de todos os participantes referentes às questões que haviam sido selecionadas para esse bloco; e assim sucessivamente. As falas de cada participante, naquele bloco, foram copiadas de forma contínua, sem os questionamentos do pesquisador.

As falas dos participantes foram separadas entre si por uma linha de comando, iniciada com quatro asteriscos, seguidos pela codificação das variáveis sociodemográficas selecionadas a partir da pertinência ao objeto de estudo. Segue exemplo de uma linha de comando completa de um profissional de Psicologia:

```
**** *suj_1 *Sex_2 *idad_3 *tform_1 *instform_8 *polit_1 *ttrab_2 *outt_1
*outexpt_2 *posgrad_2
```

Esta linha especificamente quer dizer que: foi o participante número um, do sexo feminino, com idade no intervalo de 31 a 35 anos, formado há menos de cinco anos, formado em uma instituição privada, trabalha em um CRAS, trabalha no intervalo de um a dois anos, no momento da entrevista não tinha outro vínculo empregatício, já trabalhou com Educação Especial, e estava realizando uma pós-graduação em Políticas Públicas.

Foi realizada uma revisão geral dos arquivos, buscando-se atender às condições especificadas para a análise dos dados no ALCESTE, atentando para palavras ou siglas em letras maiúsculas, que foram reescritas em letras minúsculas, formatação do texto para a fonte ‘courier new’, tamanho 10. Substituição do hífen (-) por *underline* (_).

Junção por *underline* de palavras compostas, importantes para o objeto de estudo, e portanto, para as análises, tais como *bolsa_família*, *política_pública*. Exclusão ao longo do texto de aspas (“”), apóstrofo (’), cifrão (\$), hífen (-), percentagem (%) e asterisco (exceto os presentes nas linhas de comando) (Camargo, 2005; Saraiva, 2010).

Após a constituição dos arquivos de cada bloco em arquivo no *word*, os documentos referentes aos blocos foram salvos no formato ‘texto sem formatação’, para só então estarem prontos à análise no ALCESTE. A definição dos *corpus* ou unidades de análise depende do pesquisador e dos objetivos da pesquisa. Para fins da análise realizada no ALCESTE, é necessário que se constitua esses *corpus* a partir das Unidades de Contexto Iniciais (UCIs), que, no caso desta Tese, consistiu em trechos das entrevistas agrupados a partir dos blocos, que constituíram os três *corpus* para análise.

A análise utilizada para as entrevistas, realizada pelo próprio programa, foi constituída de quatro etapas que vão da etapa A à etapa D, sendo que cada uma das três primeiras contém três operações e a quarta etapa possui cinco operações (Araújo, Coutinho & Santos, 2006; Camargo, 2005; Saraiva, 2010).

- *Etapa A*: Consiste na fase de leitura do texto e cálculo dos dicionários. Nela, o programa prepara o *corpus*, reconhece as UCIs e faz a primeira segmentação do texto, procedendo a um agrupamento das palavras a partir de suas co-ocorrências.

- A1: O programa faz a reformatação e divisão do texto em segmentos de tamanho similar, denominadas UCEs, como fora conceituado anteriormente.

- A2: Há a pesquisa do vocabulário e a redução das palavras a partir de suas raízes lexicais, como por exemplo, as palavras *adolescência*, *adolescente* e *adolescentes* que são consideradas em conjunto a partir de sua raiz e identificadas no programa como *adolescenc+*.

- A3: Há a criação dos dicionários de formas reduzidas, descrevendo-se todas as raízes e suas variantes de palavras.

- *Etapa B*: É a etapa de cálculo.

- B1: As UCEs são classificadas a partir de seus vocabulários e divididas em função da frequência das formas reduzidas.

- B2: Essa organização das UCEs tem como objetivo a realização dos cálculos para a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

- B3: Obtenção da classificação definitiva para as palavras.

- *Etapa C*: Descrição das classes de UCEs.

- C1: Definição das classes escolhidas.

- C2: Descrição das classes, e a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que consiste na representação das relações entre as classes num plano fatorial.

- *Etapa D*: Etapa dos cálculos complementares. Nela o ALCESTE complementa a Etapa C, por meio do cálculo e apresentação das UCEs mais representativas de cada classe, de modo a possibilitar a contextualização do vocabulário. Fornece também os resultados do tratamento de segmentos repetidos nas UCE e a exportação dessas UCE para outros programas informáticos.

- D1: O programa realiza a seleção das UCEs mais características de cada classe.

- D2: Pesquisa dos segmentos de texto repetidos por classe.

- D3: Classificação Hierárquica Ascendente, e construção de uma matriz que articula as formas associadas a uma classe e as UCEs daquela classe.

- D4: Seleção de palavras mais características das classes.

- D5: Prepara-se a exportação, para outros programas, de “sub-corpus” de UCEs por classe.

No que tange às análises e à construção dos Dendogramas¹, foram consideradas as palavras com $\chi^2 \geq 4$ e com grau de liberdade (g.l.) igual a 1. Foram excluídas do Dendograma, e conseqüentemente, das análises, as palavras de apoio, tais como artigos e preposições que não contribuíram diretamente para o entendimento da classe. A análise de cada *corpus* pelo ALCESTE gerou um conjunto de dados, com suas respectivas classes. Esses conjuntos foram então nomeados a partir das classes e palavras que emergiram e do referencial teórico proposto para esta Tese.

Os Dendogramas obtidos a partir das análises do ALCESTE apresentam palavras e radicais de palavras agrupados por frequência e a partir do X^2 . Paralelamente, apresentam um dicionário no qual demonstram as derivações de cada palavra para aquele Dendograma específico. Isso significa que um radical pode ter diferentes derivações para cada análise realizada pelo *software*. Por exemplo, se no Dendograma consta o radical ‘cumpr’. No dicionário, o Programa relaciona os derivados do radical que apareceram no *corpus*. Por exemplo, cumpr+ refere-se às palavras cumpre, cumpria, cumprir.

Utilizou-se, no presente estudo, a análise clássica do ALCESTE a partir do Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente, o que possibilitou compreender as expressões e cada uma das palavras pronunciadas pelos profissionais de Psicologia, analisando-as a partir de seus lugares e inserções sociais, não as tomando de forma isolada. Para tanto, a teoria Histórico-Cultural funcionará de guia no processo de

¹Para efeito desta Tese, optou-se por utilizar a denominação Dendograma, tendo em vista o fato de ser a mais usual em meio às publicações relacionadas ao Alceste atualmente.

desvelamento a atuação dos profissionais de Psicologia nos Serviços de Proteção Social da política de Assistência Social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS

No presente capítulo são apresentados resultados referentes: ao perfil dos gestores das políticas de Assistência Social do Cariri cearense, ao papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial das Políticas da Assistência Social, na perspectiva dos gestores das Políticas de Assistência Social. Tais resultados atendem aos objetivos específicos que visavam à identificação do perfil dos gestores e ao conhecimento da concepção dos gestores, acerca do papel do profissional de Psicologia, em torno da infância e adolescência.

São apresentados, também, resultados referentes ao perfil dos profissionais de Psicologia e à atuação destes na Política de Assistência Social. Tais resultados atendem aos objetivos específicos que visavam a: identificar o perfil dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense; identificar o referencial teórico-metodológico utilizado pelos profissionais de Psicologia, do Cariri cearense, para nortear sua prática; conhecer como os profissionais percebem a contribuição dos referenciais teórico-metodológicos utilizados em sua atuação junto à infância e à adolescência; mapear as dificuldades institucionais enfrentadas para atuar na Política de Assistência Social; conhecer as concepções sobre a infância e a adolescência por parte dos profissionais de Psicologia; Identificar o tipo de prática desenvolvida pelos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, por meio da Política de Assistência Social.

4.1 - Perfil dos gestores das Políticas da Assistência Social

Dos seis gestores municipais das Políticas de Assistência Social dos municípios que participaram do estudo, um era do sexo masculino e cinco do sexo feminino. A idade variou do intervalo de 38 a 48 anos. No que se referem aos cargos desses profissionais, dois eram secretário adjunto enquanto quatro eram secretário da política em questão. O tempo que estavam atuando nesse cargo variou de um ano a quatro anos, predominando o intervalo de um a dois anos. Quanto ao nível de escolaridade desses participantes, um não tinha curso superior completo, dois tinham formação em Serviço Social, um em Pedagogia, um em Geografia e outro em Economia. Dos seis participantes quatro tinham realizado uma pós-graduação *latu senso* na modalidade especialização, sendo elas em Psicopedagogia, Direito da Família, Administração e Planejamento Educacional.

A concepção desses gestores das Políticas de Assistência Social acerca do papel dos profissionais de Psicologia encontra-se dividida nos seguintes temas: Tipo de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica e na Proteção Social Especial; e Dificuldades nas Políticas Públicas de Assistência Social. Nas entrevistas semiestruturadas, por mais que o tema dificuldades que se fazem presentes nas Políticas de Assistência Social não tivesse sido contemplado no roteiro de questões norteadoras, emergiu a partir das falas dos gestores, tal temática foi denominada *Dificuldades*.

Os temas Tipo de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica e Tipo de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Especial apresenta categorias e subcategorias. Enquanto o tema Dificuldades apresentam apenas categorias. As categorias semânticas e subcategorias que compõem os referidos temas,

estão apresentadas seguindo a ordem das mais significativas para as menos significativas nos relatos dos gestores, ou seja, iniciando-se com as que mais se repetiram nas falas, até aquelas que não se apresentaram tão representativa quanto as primeiras, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Temas, Categorias e Subcategorias obtidos por meio da Análise de Conteúdo

Conjuntos Temas, Categorias e Subcategorias		
Temas	Categorias	Subcategorias
Tipo de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica	Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante	Acompanhamento
		Atendimento psicológico
		Escuta/acolhida
		Aconselhamento
		Avaliação psicológica
	Pautada numa perspectiva psicossocial	Fortalecer Vínculo Familiar e Comunitário
		Evitar violação de direitos
		Conscientizar
Encaminhar		
Tipo de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Especial	Pautada numa perspectiva psicossocial	Encaminhar
		Acompanhar casos
		Atividades socioeducativa
		Organizar e facilitar grupos
		Conscientizar
		Identificar violação de direitos
	Solucionar problemas	
Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante	Acolhida	
Dificuldades nas Políticas Públicas de Assistência Social	Recursos Limitados	
	Postura dos profissionais	
	Postura dos usuários	
	Falha na rede socioassistencial	
	Interesses político-partidários	

Fonte: Análise de Conteúdo das entrevistas com os gestores das Políticas de Assistência Social

4.2 - *Percepção dos gestores acerca da atuação do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica das Políticas da Assistência Social*

A partir das falas dos gestores da política de Assistência Social de seis municípios do Cariri cearense acerca do papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social que contemplam, direta ou indiretamente, crianças e adolescentes, percebe-se que sobressai uma perspectiva de uma atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante*, seguida de uma atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial*.

A categoria atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante* compõe-se de subcategorias que emergiram a partir das falas dos gestores, a saber: “Acompanhamento”, “Atendimento psicológico”, “Escuta/acolhida”, “Aconselhamento” e “Avaliação psicológica”. Estas estão apresentadas seguindo a ordem decrescente de representatividade em referência às falas dos gestores.

A subcategoria “Acompanhamento” denota que alguns gestores das Políticas de Assistência Social, consideram ser papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, uma conversa parecida com uma consulta, sendo que esta se dá com certa periodicidade frente a um determinado problema ou deficiência apresentada pelos sujeitos. O que ocorre tanto voltado para os pais, principalmente as mães, quanto para as crianças. Conforme pode ser visualizado a partir dos depoimentos apresentados abaixo:

(...) é diferente (do atendimento clínico), é esse atendimento, é um atendimento diferenciado, conversa né [sic], conversar, é, é um, é assim, um acompanhamento, é, pra você tratar daquele problema (Gestor 2).

Então (o psicólogo) está presente tanto com as mães no PETI e especialmente com alguma criança que apresentar alguma deficiência, algo que possa parecer que ele necessite de um acompanhamento psicológico (Gestor 4).

Percebe-se, que alguns gestores das Políticas de Assistência Social buscam recorrer a terminologia “acompanhamento” com a intenção de diferenciar a forma como se dá atuação do profissional de Psicologia de um atendimento individual nos moldes de um *setting* clínico. No entanto, quando esses gestores descrevem a atuação do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social no seu lidar, direta ou indiretamente, com as crianças e os adolescentes, referem-se ao acompanhamento como uma forma de “tratar um problema” e que este se dá junto a crianças que apresentam “alguma deficiência”. Sendo que, por mais que o questionamento fosse em relação ao papel da atuação do profissional de Psicologia frente às crianças e aos adolescentes, sobressaiu, nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, uma atuação voltadas para os pais e outros adultos das comunidades referenciadas pelo CRAS.

Nas falas de outros gestores das Políticas de Assistência Social, houve referência direta ao “Atendimento psicológico” como sendo papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social. Tais gestores consideraram que cabe ao profissional de Psicologia do CRAS fazer tal atendimento, tanto pelo fato de haver uma busca por parte dos usuários em tal equipamento, quanto pelo fato de o município não possuir outros equipamentos que deem conta da demanda existente. O

relato apresentado a seguir é revelador acerca de como essa questão é percebida pelos gestores:

Eu não posso atender clinicamente, mas eu tenho uma demanda reprimida (...) a gente realiza o trabalho individual, porque a busca espontânea é grande (Gestor 5).

De acordo com os depoimentos dos gestores das Políticas de Assistência Social, esse atendimento se dá tanto voltado para as crianças cujos profissionais de Psicologia do CRAS tem algum contato por meio de programas que eles acompanham, quanto voltado para os pais dessas crianças. Conforme pode ser observado abaixo:

No momento que a comunidade busca esse atendimento é feito esse agendamento e é feito o atendimento. (...) elas dão diagnóstico que precisa de um trabalho individual aí ela faz. Não só a criança do PETI, mas também os seus pais (Gestor 5).

A subcategoria “Escuta/acolhida” denota que alguns gestores das Políticas de Assistência Social consideram ser papel do profissional de Psicologia no âmbito da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social aliviar o sofrimento psíquico dos usuários. O que segundo os gestores geralmente ocorre nas primeiras visitas que os usuários fazem aos CRAS, cabendo, então, aos profissionais de Psicologia acolhê-los frente ao sofrimento que estão vivenciando por meio dessa “escuta psicológica”, conforme pode ser observado no depoimento abaixo:

(...) muitas vezes a pessoa não tem, não encontra um local certo, a pessoa certa pra jogar pra fora tudo aquilo que, que, lhe aflige, tudo aquilo que precisa contar pra alguém, que assim, é difícil, complicado na família né [sic]?E tem a capacidade realmente de entender (referindo-se ao profissional de Psicologia) (Gestor 3).

Vale destacar que a subcategoria “Escuta/acolhida” refere-se a uma atuação dos profissionais de Psicologia voltada para adultos e não crianças e adolescentes, conforme questionamento realizado aos gestores das Políticas de Assistência Social. O mesmo vale para subcategoria “Aconselhamento” que será apresentada a seguir.

Outra subcategoria que emergiu nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia e que compõe essa atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante*, foi a subcategoria “Aconselhamento”. O que denota que os gestores consideram que é atribuição do profissional de Psicologia dar conselhos aos usuários, orientando-os acerca dos seus problemas e conflitos. O depoimento apresentado a seguir é revelador da forma como os gestores entendem esse papel do profissional de Psicologia: (...) *é de entender aquilo que, que muitas vezes a pessoa comum não tem essa capacidade, entendeu? De ouvir com atenção e de apontar até soluções para problemas que angustiam tanto* (Gestor 3).

Como em algumas cidades do interior cearense os profissionais de Psicologia do CRAS são os únicos profissionais de Psicologia do município, na concepção dos gestores das Políticas de Assistência Social cabe-lhes, também, a tarefa de avaliar que usuários precisam de “acompanhamento” psicológico, por meio de uma “avaliação psicológica”. Conforme pode ser visualizado abaixo:

Veja só, aqui tem um CRAS na zona rural, há um número de pessoas que tem problemas mentais, digamos de passar, que precisa de um acompanhamento psiquiátrico para o distrito e a psicóloga tá [sic] lá. Ela não vai fazer essa avaliação, não vai fazer essa primeira anamnese? Faz! (Gestor 5).

Percebe-se, dessa forma, que alguns gestores das Políticas de Assistência Social acabam depositando no profissional de Psicologia uma responsabilidade frente a uma

demanda que acaba se configurando pela limitação dos serviços que o Estado e o município oferecem aos cidadãos.

De uma forma menos representativa do que a categoria atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante*, emergiu nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia nas atividades realizadas na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e que contemplam, direta ou indiretamente, as crianças e os adolescentes, uma atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial*. Esta categoria compõe-se das subcategorias: “Fortalecer Vínculo Familiar e Comunitário”, “Evitar violação de direitos”, “Conscientizar” e “Encaminhar”.

A subcategoria “Fortalecer Vínculo Familiar e Comunitário” denota que os gestores das Políticas de Assistência Social consideram que os profissionais de Psicologia têm como papel facilitar resolução de conflitos intrafamiliar, melhorando dinâmica dessas famílias e fortalecendo o vínculo. O que os gestores consideram ser operacionalizado tanto por meio das visitas domiciliares quanto por meio de atividades educativo-informativa realizadas pelos profissionais de Psicologia no CRAS ou outros espaços que funcionam programas como PETI, Pro-jovem, Estação Família, nos quais os pais das crianças são convidados a participarem de tais atividades ou os profissionais de Psicologia vão realizar atividades na própria comunidade. O depoimento do gestor apresentado abaixo é representativo dessa subcategoria:

A família é convidada quinzenalmente a estar nesses locais. Não só aqui no CRAS da sede, mas também nas outras localidades também, aí os técnicos faz [sic] orientações gerais a família, de como preparar a criança, de como é preparar para vida. É noções [sic] de comportamento (Gestor 6).

Nessa atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial* os gestores das Políticas de Assistência Social também sinalizam para uma atuação por parte dos profissionais de Psicologia numa perspectiva interdisciplinar, por meio de uma intervenção junto aos riscos pessoais e sociais aos quais estes sujeitos estão submetidos. Esse papel da atuação do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social está representado pela subcategoria “Evitar Violação dos Direitos”. As sentenças abaixo representam bem como esse papel do profissional de Psicologia frente às crianças e aos adolescentes é representado pelos gestores da política de Assistência Social:

Então o profissional da, da, da Psicologia ele tá [sic] aqui dentro dos programas exatamente pra isso, pra prevenir a violação dos direitos da criança e do adolescente, ele vem pra colaborar pra que essa violação não aconteça (Gestor 1).

(...) as atividades são voltadas a essa interação familiar, a essa inserção comunitária, porque geralmente aquele usuário do serviço de Psicologia, que está usuário do serviço CRAS, ele está porque está sob risco social, sob risco pessoal e é necessário trabalhar o que ocasiona esse risco social e esse risco pessoal (Gestor 4).

“Conscientizar” foi outra subcategoria que emergiu nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia e que compõe essa atuação pautada numa perspectiva psicossocial. Essa subcategoria denota que os gestores consideram que é papel do profissional de Psicologia criar condições para que as famílias, as crianças e os adolescentes compreendam os problemas que estão enfrentando, e possibilitem que os mesmos encontrem meios, na própria família e na comunidade, de superarem essas dificuldades. O relato apresentado a seguir é representativo dessa subcategoria:

Então o trabalho da Psicologia social é bem mais para buscar essa autonomia e reintegrar, buscar essa inserção social, que essa família, aquele grupo, que aquela pessoa não está tendo por algum motivo. Buscar nela os meios de resolver as suas dificuldades (Gestor 4).

Emergiu, também, nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, “Encaminhar”. Aqui o profissional de Psicologia é visto pelo gestor como responsável por encaminhar para outros serviços, aqueles casos cujas demandas fogem a sua alçada, haja vista proposta do CRAS, como pode ser visualizado no depoimento a seguir:

Tem muitas pessoas que podem vir em surto, sim podem vim, mas aí o psicólogo faz um encaminhamento para quem de direito, para que essa pessoa possa ser tratada por um CAPS, para que essa pessoa possa ir para um hospital de psiquiatria, possa fazer um encaminhamento que um assistente social não poderia detectar e fazer (Gestor 4).

Emergiu, também, a partir das falas de dois dos gestores que participaram do estudo, relatos que se referiam ao que não é papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social. Essas falas denotam que alguns gestores consideram que atuação do profissional de Psicologia nas Políticas de Assistência Social não deve ser pautada no modelo clínico individualizante, no entanto, por terem uma visão de Psicologia ligada ao estereótipo que limita a atuação do profissional a um modelo clínico, não conseguem ter clareza acerca de qual seria, de fato, o papel desse profissional de Psicologia. O que pode ser visualizado a partir do depoimento abaixo:

(...) eu acredito que a própria Política da Assistência poderia definir melhor o papel do psicólogo. Dentro do serviço social, dentro da Assistência Social, porque é algo que não está totalmente definido e tanto para a gente, quanto

para o profissional fica um pouco complicado essa diferenciação. (...) acho que precisa ser melhor trabalhada, tanto pela Psicologia, na formação do próprio psicólogo, quanto na questão da política da assistência fazer essa definição (...). Já que ele é proibido de fazer Psicologia clínica, como é que fica esse papel? Qual o papel dele, de fato? (Gestor 4).

Percebe-se que o gestor da Política de Assistência Social, em seu depoimento, considera que essa questão precisa ficar mais clara tanto na política de AS quanto na formação acadêmica dos profissionais de Psicologia. Apesar de não ser uma discussão nova, a atuação da Psicologia numa perspectiva clínica individualizante, por meio da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, continua gerando algumas controvérsias. Pois foram identificados tanto gestores que cobram uma atuação por parte dos profissionais de Psicologia norteada por essa perspectiva clínica, quanto gestores que consideram a mesma ser proibida.

Os referenciamentos do CFP consideram que os profissionais da psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS (CFP, 2008; CFP, 2009), recomendando que a atuação seja norteada por um trabalho com a coletividade, com os grupos. O que denota que ainda falta clareza, por parte de alguns gestores, acerca da atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

4.3 - Percepção dos gestores acerca da atuação do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial da Política da Assistência Social

No que se refere à atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Especial, que contemplam, direta ou indiretamente, crianças e adolescentes, nas falas dos gestores da Política de Assistência Social, ao contrário do que foi identificado na Proteção Social Básica, sobressai uma perspectiva de uma atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial*, seguida de uma atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante*.

A categoria atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial* compõe-se de subcategorias que emergiram a partir das falas dos gestores, a saber: “Encaminhar”, “Acompanhar casos”, “Atividades socioeducativas”, “Conscientizar”, “Identificar Violação de Direitos”, “Resolver problemas” e “Elaborar laudos”.

A subcategoria “Encaminhar” denota que os gestores consideram que os profissionais de Psicologia têm como papel encaminhar para os demais serviços da rede socioassistencial e para as demais Políticas Públicas, aqueles casos cujas demandas não são contempladas pela proposta do CREAS, como pode ser visualizado no relato a seguir:

(...) se a questão for voltada pra criança, se a violação for com a criança, aí ele (profissional de Psicologia) encaminha para o Poder Judiciário, junto ao Conselho Tutelar o CREAS já faz o encaminhamento para os Conselhos, para o Poder Judiciário (Gestor 1).

A subcategoria “Acompanhar casos” denota que, além de encaminhar, alguns gestores das Políticas de Assistência Social, consideram ser papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial das Políticas de Assistência Social, fazer o acompanhamento de alguns casos em que foi identificada violação dos direitos. O que os gestores consideram ser operacionalizado por meio das visitas domiciliares. O

depoimento desse gestor é representativo dessa subcategoria: (...) *também acompanha* (quando identifica violação do direito), *porque tem que fazer o acompanhamento pra [sic] saber se aquela família tá [sic] evoluindo, evoluindo [sic], né [sic]?* (Gestor 1).

Nessa atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial* os gestores das Políticas de Assistência Social também sinalizam para uma atuação, por parte dos profissionais de Psicologia, numa perspectiva interdisciplinar, por meio de uma intervenção junto aos riscos pessoais e sociais aos quais estes sujeitos estão submetidos, o que foi representado pela categoria “atividades socioeducativa”. Esse papel da atuação do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial denota que os gestores esperam que os profissionais de Psicologia realizem palestras, dinâmicas, organizem rodas de conversa, tanto no CREAS quanto em outros equipamentos da Proteção Social Especial. A sentença apresentada a seguir representa bem como esse papel do profissional de Psicologia frente às crianças e aos adolescentes é representado pelos gestores das Políticas de Assistência Social: *ela vem para a sala do PETI, com palestra, com dinâmica, com vídeos* (Gestor 5).

Estas atividades, realizadas pelos profissionais de Psicologia, são apontadas por alguns gestores com o propósito de contemplar tanto crianças e adolescentes usuárias dos serviços, quanto outros profissionais que trabalham em equipamentos da Proteção Social Especial, o que, segundo os gestores, dão-se com o propósito de “*desconstruir visão ultrapassada, antiga*” (Gestor 6), de alguns desses profissionais.

Outra subcategoria que emergiu nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia e que compõe essa atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial*, foi “organizar e facilitar grupos”. O

que se dá, conforme fala de alguns dos gestores, como o propósito de romper com padrões violadores de direitos no interior da família e da comunidade.

O psicólogo trabalha o grupo de mulheres que estão, que tiveram seus direitos violados, vítimas de violência familiar, intrafamiliar e também trabalha com mulheres, que não chegou a denuncia até o CREAS, mas já tá [sic] no Judiciário. (...) então o psicólogo trabalha com esse grupo de mulheres e com as demandas que estão vindo (Gestor 4).

Percebe-se que, mais uma vez, por mais que o tema em questão fosse atuação dos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, as falas dos gestores giram em torno de intervenções dos profissionais de Psicologia voltadas para os adultos. O que pode ser reflexo de poucas atividades direcionadas para as crianças e para os adolescentes.

“Conscientizar” foi outra subcategoria que emergiu nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial e que compõe essa atuação pautada numa perspectiva psicossocial. Essa subcategoria denota que os gestores consideram que é papel do profissional de Psicologia criar condições para que a família e as crianças e adolescentes tenham consciência dos direitos que possuem e compreendam os aspectos que estão envolvidos nos problemas que estão enfrentando, de forma a possibilitar que os mesmos encontrem meios de evitar a reincidência de violações desses direitos. O depoimento apresentado a seguir é representativo de como essa questão é percebida:

(...) trabalhar a questão da autonomia no caso da mulher, de buscar repassar os direitos que tanto a criança tem, quanto o adolescente tem, para que esses grupos (...) que tem seus direitos violados, então é necessário trabalhar essa descoberta, por parte da vítima de sua autonomia, o seu potencial, para que ele possa se desvencilhar, sempre há uma relação de subjugação, então é necessário trabalhar essa autonomia, para que possa libertar de certa forma da questão que ocasiona a violência (Gestor 4).

Emergiu, também, nas falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, como sendo papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial, “Identificar violação de direitos”. Aqui o profissional de Psicologia é visto pelo gestor como responsável por identificar aspectos que influenciam para que esteja acontecendo violação de direitos, como pode ser visualizado no relato a seguir:

O psicólogo, ele identifica, quando ele vai na família, ele identifica qual a situação preponderante ali para aquela família tá [sic] numa situação de violação de direito, então ele identifica (Gestor 1).

Outra categoria que emergiu a partir das falas dos gestores das Políticas de Assistência Social que participaram do estudo, referindo-se papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social, foi “Solucionar problemas”. O que denota que os gestores esperam que os profissionais de Psicologia, juntamente com os outros profissionais das equipes que compõem a Proteção Social Especial, encontrem um desfecho satisfatório para as demandas que chegam. O que pode ser visualizado no depoimento que segue:

É, nesse caso aí, o papel do psicólogo no CREAS (pausa de 3 segundos) eu acho que é, que é assim, o papel dele é tentar mesmo solucionar o problema, é a gente, não só o psicólogo, mais a equipe, porque tudo no CREAS é a equipe (Gestor 2).

De uma forma menos representativa do que a categoria atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial*, emergiu nas falas dos gestores, como sendo papel do profissional de Psicologia nas atividades realizadas na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social e que contemplam, direta ou indiretamente, as crianças e

os adolescentes, uma atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante*. Esta categoria compõe-se da subcategoria “Acolhimento”.

A subcategoria “Acolhimento” denota que alguns gestores das Políticas de Assistência Social consideram ser papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social aliviar o sofrimento psíquico dos usuários, buscando conhecer suas necessidades e interesses decorrentes da violação dos direitos. O que, segundo os gestores, geralmente ocorre nas primeiras visitas que os usuários fazem aos CREAS, cabendo então aos profissionais de Psicologia, acolhê-los frente aos sofrimentos que estão vivenciando por meio desse contato inicial, para, a partir daí, tomar as medidas cabíveis, conforme pode ser visualizado no depoimento abaixo:

(...) o psicólogo para ver se aquela pessoa, que no geral foi vítima de abuso, de violência física, psicológica e outras mais, precisa de um atendimento mais específico (...) e se ficou alguma sequela daquela violência sofrida (...) para ver e acolher aquela pessoa, é isso! Fazer com que ela saia dali respirando um novo ar, né [sic]? Assim, vendo uma luz naquele fim do túnel que ela tá [sic] enfrentando, né [sic]?(Gestor 3).

Outro tema, que emergiu a partir das falas de dois dos gestores das Políticas de Assistência Social que participaram do estudo, refere-se às Dificuldades da Política de Assistência Social. Essa temática está representada pelas categorias: *Recursos Limitados, Postura dos profissionais, Postura dos usuários, Falha na rede socioassistencial e Interesses político-partidários*.

A categoria *Recursos Limitados* foi abordada por três dos seis gestores como sendo um aspecto que repercute negativamente nas ações das Políticas de Assistência Social. Essa realidade, segundo os gestores, ecoa nos serviços oferecidos à população de diferentes formas, a saber: por meio de uma redução de carga horária dos técnicos, que

trabalham menos de 20 horas em alguns municípios; numa impossibilidade de contratar mais profissionais, por mais que haja demanda para tal; limitando a quantidade de famílias atendidas, e comprometendo a qualidade dos serviços prestados. Os depoimentos abaixo representam bem como essa questão é percebida por alguns gestores:

A gente tem essa carência profissional. (...) seria ótimo se a gente pudesse contratar ela (psicóloga) três dias ou a semana toda, mas não tem condição porque o recurso do CREAS, como eu disse o CRAS é R\$ 6.500,00, o CREAS é R\$ 4.500,00, pra pagar um advogado, um psicólogo e um assistente social [sic] e manter o material, material suficiente. Então não tem condições de pagar bem, também de ter dois profissionais (...) se tivesse mais recurso seria bem mais fácil, o profissional não pode trabalhar apenas numa cidade como psicólogo (...) nenhum município pode contratar por 40 horas (Gestor 2).

A gente não tem recurso pra aumentar essa equipe, então eu trabalho com uma equipe pequena num território grande, aonde o problema da, da, da, da família de baixa renda é imenso, né [sic]? Então nós trabalhamos com comunidade em situação de vulnerabilidade que é, é, é imensa pra que um profissional só atenda tudo isso (Gestor 1).

Percebe-se, dessa forma, que os gestores das Políticas de Assistência Social consideram que o orçamento destinado à Assistência Social não atende às reais necessidades da população, tampouco às expectativas legais do SUAS, uma vez que, a carga horária dos profissionais está sendo desrespeitada, o que inevitavelmente compromete os serviços socioassistenciais prestados à população.

Os depoimentos dos gestores também chamaram atenção para a *Postura dos usuários* como sendo um dos aspectos que dificultam funcionamento das Políticas de Assistência Social. Essa categoria denota que os gestores consideraram que: os usuários esperam atendimento clínico individualizado nos equipamentos das Políticas de

Assistência Social; os pais são vistos, pelos gestores, como negligentes em relação aos filhos; usuários chegam pedindo favores, emprego, ou mesmo comida; as mães não querem participar das atividades organizadas pelos técnicos. Os depoimentos apresentados abaixo representam como essa questão é percebida por alguns gestores:

Como eu lhe falei, tem caso que a gente vê, pode perceber que a família nem liga, num tá [sic] nem aí, nem se preocupa, entendeu? (...) a própria família também tem culpa por não tá [sic] presente nesse sentido, né [sic]? (Gestor 3).

Infelizmente nós trabalhamos dentro dos programas sociais, com uma moeda de troca, a família só vem se ela ganhar alguma coisa, num é [sic]? Seu eu tiver uma oficina, se eu construir uma oficina, se eu realizar uma oficina, eu tenho que ter uma moeda de troca pra trazer essa família pra cá, ou eu tenho que fazer o sorteio de alguma coisa, ou ter algum brinde, ou ter uma cesta básica, ou ter uma bolsa pra, pra segurar essa família dentro do programa. É muito difícil também trabalhar a família (Gestor 1).

Percebe-se, por meio das falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, um processo de culpabilização da família, o que pode ser reflexo de ausência de uma análise investigativa, por parte da equipe do CREAS e dos gestores, buscando-se conhecer os aspectos que influenciam na postura desses usuários das Políticas de Assistência Social, para se pensar ações pautadas numa perspectiva de efetivação de direitos. No entanto, os depoimentos revelam predomínio de ações com caráter assistencialista, como estratégia para “segurar” família nas atividades desenvolvidas.

A categoria *Postura dos Profissionais* foi abordada por três dos seis gestores. Nesses depoimentos eles fizeram referência a postura que alguns profissionais de Psicologia acabam assumindo. Dessa forma a categoria *Postura dos Profissionais* denota que alguns gestores das Políticas de Assistência Social consideram que alguns profissionais de Psicologia: assumem postura antiética, por não garantir sigilo aos usuários; não cumprirem a carga horária, apesar de a mesma ser reduzida; e, por não

terem sido formados para atuar frente às demandas das Políticas de Assistência Social, apresentam atuação limitada. O trecho do depoimento abaixo representa essa questão:

Aí onde eu coloco que deve haver uma qualificação maior, nesse sentido, de como é que ele vai conseguir trabalhar esse novo público, essa nova demanda. (...) Que ferramentas ele tem para isso? Qual a formação que ele tem para isso? Que é isso que falta no profissional! Nem ele tem, porque ele não tá [sic] sendo formado, nem a gente que não é da área não tem para colocar, para que ele possa estar desenvolvendo esse trabalho no CREAS. Então fica um pouco, tem alguns que são mais talentosos, mas nem todos são tão talentosos (Gestor 4).

A categoria *Falha na rede socioassistencia* foi abordada por dois dos seis gestores como sendo um dos aspectos que limitam as ações das Políticas de Assistência Social. Essa categoria denota que há falhas na comunicação com o Poder Judiciário, bem como na referência e a contrareferência com a rede de serviços socioassistenciais. O depoimento apresentado a seguir representa essa percepção de alguns gestores:

Olhe, nós estamos tentando fazer esse acompanhamento porque, pra fazer, o serviço da, da medida protetiva, num é [sic], nós temos que ter um encaminhamento do Juiz, do Promotor e infelizmente eles não tão fazendo esse, esse, essa, eles não mandam para o CREAS essas crianças que precisam desse acompanhamento (Gestor 1).

A categoria *Interesses político-partidários*, que emergiu a partir das falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, denota que alguns gestores consideram: haver desinteresse, por parte de alguns gestores municipais, em implementar novos programas e projetos, apesar de haver demanda para tal; há interferência na escolhas dos profissionais que atuam nas Políticas de Assistência Social; e que uma prática

assistencialista continua sendo estimulada por alguns gestores municipais, como moeda de troca, para beneficiar grupos políticos. Essa questão pode ser identificada nos depoimentos dos gestores que seguem abaixo:

A gente sempre toca nesse ponto, tem demanda para Casa de Acolhimento de Criança, de Idoso, mas a gente não dispõe de local, acho que falta de abertura mesmo, com certeza é isso, porque a demanda existe. A gente sabe de idosos que têm, que necessitam assim de local para cuidados, a gente tem casos de idosos que são espancados. (...) mas assim, eu vejo como falta de interesse mesmo (Gestor 5).

(...) nós temos problema em cidade pequena, acho que você entende, tem a questão política, que tá se formando os profissionais, tá se formando psicólogo, assistente social, e a gente tem que, às vezes, priorizar o do município (Gestor 2).

Percebe-se, dessa forma, que apesar de avanços no âmbito das Políticas de Assistência Social, a partir de uma perspectiva de efetivação dos direitos sociais, uma vez que a mesma passou a ser reconhecida como direito social e dever do Estado, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, identifica-se posturas incoerentes com tais marcos legais, tanto no tocante a uma prática assistencialista, quanto clientelista por meio de indicações de profissionais, por parte de alguns gestores municipais. O que também fere as Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.

Tais limitadores, somadas às outras dificuldades apresentadas pelos gestores das Políticas de Assistência Social, sinalizam para um longo e árduo caminho a ser percorrido para que as Políticas de Assistência possam, de fato, atender às necessidades

básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social. O depoimento do gestor apresentado abaixo representa bem essa questão:

Lá tem muita plantação de fumo e a gente sabe que existem crianças que trabalham, seria ideal ter mais vagas, mais locais que funcionasse o PETI para tirar realmente essas crianças, mas a gente sabe também que no interior, para o plantio, os pais levam mesmo as crianças, mal deixam as crianças ir para as escolas. Aqui é um município basicamente agrícola então não tem como negar que existe e é muito do trabalho infantil. Mas a assistência não da conta não (Gestor 5).

Percebe-se, dessa forma que alguns gestores sinalizam para vários aspectos das Políticas de Assistência Social no Cariri cearense, que são incoerentes com o que reza a proposta de Política Nacional da Assistência Social.

4.4 - Atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social

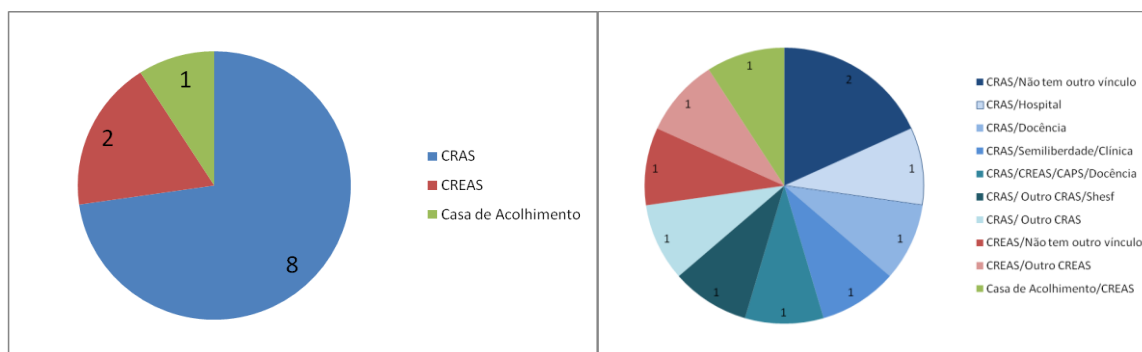
4.4.1- Dados biosóciodemográfico dos profissionais de Psicologia

Foram contemplados no presente estudo os seguintes dados biosóciodemográfico: sexo, idade, tempo de formação, instituição na qual concluiu Curso de Psicologia, tempo de atuação na Política da Assistência Social, se tem algum outro vínculo empregatício, se já teve outras experiências de trabalho, se possui alguma pós-graduação, e em que área foi realizada essa pós-graduação.

Dos participantes do estudo dez eram do sexo feminino e um do sexo masculino. Quanto à idade, os onze profissionais de Psicologia entrevistados apresentaram idade que variou de 24 a 55 anos. Em relação ao tempo de formação, este variou de três a 32 anos. No que concerne instituição na qual cursaram Psicologia, os profissionais fizeram referência a universidades privadas e públicas estaduais e federais, predominando as universidades privadas.

No que se referem aos equipamentos da Política da Assistência Social na qual o profissional estava atuando no momento da realização do estudo, como pode ser visualizado na Figura 2, oito estavam atuando no CRAS, dois no CREAS e um na Casa de Acolhimento.

Figura 2 - Equipamento do Serviço de Proteção Social da política de Assistência Social que o profissional de Psicologia atua



Fonte: Entrevistas com os profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense.

Conforme pode ser visualizado na Figura 2, dos oito profissionais de Psicologia que estavam atuando no CRAS, apenas dois profissionais não tinham outro vínculo empregatício, havendo outros dois profissionais que tinham além do CRAS outros dois vínculo empregatício (Semiliberdade e Clínica; e outro CRAS e Companhia Hidro

Elétrica de São Francisco - CHESF) e um profissional que acumulava outros três vínculos de trabalho (CREAS, CAPS e instituição do ensino superior).

Das duas profissionais de Psicologia que atuavam no CREAS, uma não tinha outro vínculo empregatício e a outra trabalhava também em outro CREAS. O profissional de Psicologia da Casa de Acolhimento também trabalhava no CREAS.

Quanto ao tempo de atuação na Política da Assistência social, a mesma variou de oito meses a oito anos, predominando o intervalo de um a dois anos. Em relação a outras experiências de trabalho antes de começar a atuar na Política da Assistência Social apenas uma participante não a possuía. As demais experiências variaram desde atuação em outros equipamentos da Política da Assistência Social, passando por atuações em equipamentos da Política da Saúde, da Educação, em clínica particular, empresas e docência do ensino superior.

No tocante a pós-graduação apenas uma participante não a possuía. Das pós-graduações realizadas pelos profissionais de Psicologia, todas eram *latu senso* na modalidade especialização, havendo um predomínio da saúde mental, com apenas uma profissional apresentando especialização direcionada para as Políticas Públicas, sendo que nenhum profissional apresentava formação complementar voltada para questão da infância e adolescência.

4.4.2- Blocos de Análise

As falas que emergiram a partir das entrevistas semi-estruturadas com os onze profissionais de Psicologia foram submetidas ao *software* ALCESTE. Este gerou três blocos de análise: Atuação dos profissionais de Psicologia, Formação dos profissionais

de Psicologia e Infância, Adolescência e Direitos. Tais blocos receberam essas denominações em função das análises dos radicais compõem as classes de cada um dos blocos, sendo, portanto, representativo das falas dos profissionais de Psicologia a partir dos questionamentos evocados no processo de entrevista, os quais contemplam o objeto de estudo da presente tese. A figura a seguir, reúne os três blocos de análise e as várias classes temáticas que emergiram pelas diferentes falas dos profissionais de Psicologia, acerca da sua atuação nos equipamentos da Política de Assistência Social.

Figura 3 - Temas e classes obtidos por meio do Alceste

Conjuntos de temas e classes obtidos por meio da CHD do Alceste	
Temas	Classes
Atuação dos profissionais de Psicologia	<i>Limitadores da atuação do profissional de Psicologia</i>
	<i>Como se dá atuação dos profissionais de Psicologia</i>
	<i>Para quem se dá atuação</i>
Formação dos profissionais de Psicologia	<i>Capacitação disponibilizada</i>
	<i>Formação acadêmica em Psicologia</i>
	<i>Direcionamento da formação acadêmica</i>
	<i>Início da vida profissional</i>
Infância, Adolescência e Direitos	<i>Direitos violados</i>
	<i>Dinâmica da família das crianças e dos adolescentes</i>
	<i>Atuação dos profissionais</i>
	<i>Concepção acerca da Infância e Adolescência</i>

Fonte: Análise das entrevistas dos profissionais de Psicologia por meio do ALCESTE

Em cada bloco de análise, primeiramente estão descritas as informações preliminares, no que concerne à formação das u.c.e's, a partir dos radicais das palavras. No que diz respeito aos radicais descritos pelo ALCESTE, estes foram descritos em

cada bloco, por meio do dicionário das formas reduzidas, específico de cada classe, disponibilizado pelo ALCESTE. Posteriormente, estão apresentadas as classes formadas pela temática de cada bloco de análise, bem como suas relações interclasses a partir da análise clássica do ALCESTE que leva em consideração o Dendograma de Classificação Hierárquica Descendente.

4.4.3- Atuação dos profissionais de Psicologia

Em relação à categoria Atuação dos profissionais de Psicologia, relativa às perguntas que versavam sobre o que os profissionais de Psicologia fazem numa semana típica de trabalho, referencial teórico-metodológico utilizado, dificuldades enfrentadas na atuação profissional e atuação em rede, apresenta 11 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 40499 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 3823 consistem em formas distintas, com uma divisão do *corpus* em 955 u.c.e's. O *corpus* foi definido, a partir de uma média ($X = 11$).

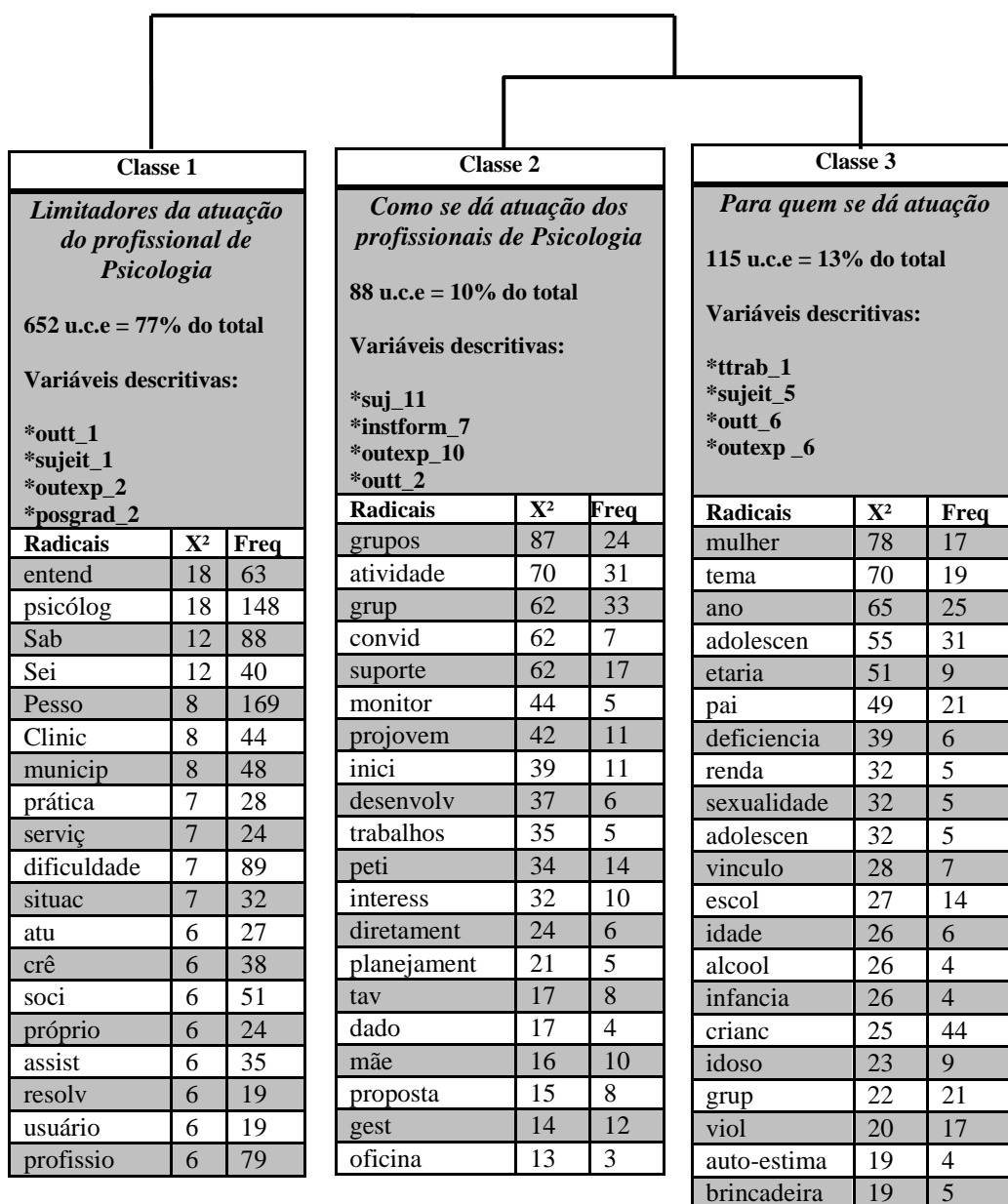
Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais que, das 3823 palavras, 712 eram analisáveis e 228 eram palavras instrumentos. As 712 palavras analisáveis ocorreram 28 vezes para definir uma u.c.e. As 955 u.c.e's do *corpus* foram divididas em três classes principais, o que corresponde a 98,77% do aproveitamento total.

A Figura 4 refere-se à distribuição das três classes relativas à Atuação dos profissionais de Psicologia nos equipamentos da Política de Assistência Social, das seguintes cidades Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte,

Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri. Pode-se observar que o *software* dividiu o material em dois *subcorpus*, ocorrendo a partir daí, outra divisão.

As classes dois e três possuem significados comuns, uma vez que versam sobre a prática dos profissionais de Psicologia e aspectos que são contemplados nesse fazer profissional. O que as diferenciam da classe um, haja vista fato de esta contemplar os aspectos que dificultam essa prática. Portanto a classe um possui uma ligação de oposição às outras classes. Desse modo, a Figura 4 apresenta as classes em dois campos representacionais.

Figura 4 – Dendograma1 – Distribuição das Classes: Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Análise das entrevistas dos profissionais de Psicologia por meio do ALCESTE

Classe 1 – Limitadores da atuação do profissional de Psicologia

Como pode ser observado na Figura 4, a classe “*Limitadores da atuação do profissional de Psicologia*”, foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 18$ (entend) e $\chi^2 = 6$ (profissio). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 652, correspondente a 77% do total, sendo composta por 62 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: profissionais que não apresentavam outro vínculo empregatício, o participante um, profissionais que apresentavam outras experiências de trabalho na educação especial e que possuem especialização em Políticas Públicas. A significativa contribuição para a classe 1 do participante um, profissional de Psicologia formado em uma instituição federal há quatro anos, que atua num CRAS há menos de dois anos e está em processo de conclusão de uma especialização em Políticas Públicas, explica a representatividade das variáveis atributos que contribuíram para formação dessa classe uma vez que tais variáveis compõem os dados biosociodemográfico do profissional em questão. O fato de este profissional estar concluindo uma pós-graduação em Políticas Públicas, parece despertar no mesmo uma percepção mais apurada acerca das dificuldades que perpassam a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

A partir do dendograma apresentado na Figura 4, pode-se perceber que o radical “entend”, juntamente com “psicologic”, apresentaram maiores valores do χ^2 (18) desta classe. O que faz deles os radicais mais representativas, seguidos dos radicais “sab” e

“sei”, ambos com $\chi^2 = 12$. O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e's e o Dendograma, observa-se que os radicais “entend”, “sab”, “sei”, “cre” estão associados e remetem ao conhecimento que se tem acerca do profissional de Psicologia. Conhecimento este que, pelas falas dos profissionais de Psicologia, parte dos integrantes da sociedade, conforme pode ser identificado a partir dos radicais “pessoas”, “munici” e “usua”. Havendo também uma associação entre os radicais “psicolog”, “clinic”, “pratica” e “serviço”, uma vez que estes remetem ao fazer do profissional em questão.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem aos aspectos que dificultam a atuação do profissional de Psicologia, tanto em relação aos outros profissionais, gestores e usuários do município, quanto aos aspectos relacionados com o próprio profissional, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e n° 80 , $\chi^2 = 5$

Então assim, são visões até mesmo da própria categoria profissional que já ta [sic] há mais tempo. Às vezes, até mesmo os gestores, eles não lêem, eles não lêem, porque vem um pessoal muito despreparado, vem um pessoal que chega para trabalhar mas não conhecem a política, porque eles só são colocados (Psicólogo 1: 32 anos, que atua no CRAS há menos de dois anos, formado há quatro anos em instituição pública).

u.c.e. n° 286, $\chi^2 = 9$

Então são essas, né [sic]? E vamos dizer assim os guias do ministério. Mas assim da Psicologia que eu possa te dizer, alguma coisa de organizacional que, às vezes, eu coloco em prática, mas, assim, apontar um eixo que eu sigo, não sei te dizer (Psicólogo 3: 24 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há quatro anos em instituição pública).

u.c.e. n° 807, $\chi^2 = 7$

Não! Vamos buscar o cidadão mesmo, vamos transformar a realidade. Então acho que talvez seja até essa a dificuldade, porque a gente como profissional da área social a gente tinha que ter esse anseio político, esse anseio de mudança, de transformação e, às vezes, a gente não tem, a gente fica meio engessado (Psicólogo 10: 30 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há oito anos em instituição privada).

Através dos conteúdos das u.c.e's apresentadas e dos radicais típicos dessa classe, percebe-se que o profissional de Psicologia em sua prática nos equipamentos da Política da Assistência Social se depara com alguns aspectos que limitam sua atuação profissional, a saber: despreparo dos gestores e dos técnicos, que não conhecem o papel do profissional de Psicologia; falta de envolvimento de alguns profissionais com a política em questão; uma formação acadêmica inadequada, que não possibilita um norte teórico claro para atuação; ausência de uma formação política e comprometimento

social por parte dos profissionais de Psicologia; e desarticulação da rede de atendimento, que inviabiliza encaminhamentos e alimenta demanda por um atendimento clínico individualizado em ambientes como o CRAS.

Classe 2 – Como se dá atuação dos profissionais de Psicologia

A classe 2, denominada “*Como se dá atuação dos profissionais de Psicologia*” foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 88, correspondente a 10% do total e composto a partir de 85 palavras analisáveis. Esta classe agrupou palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 87$ (Grupos) e $\chi^2 = 13$ (oficina). As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: o participante 11, profissionais que tinham realizado formação acadêmica em instituição privada, profissionais de Psicologia que trabalhavam em outro equipamento das Políticas da Assistência Social e que possuíam outras experiências de trabalho em equipamentos das Políticas da Saúde e da Educação.

O participante 11 trata-se de um profissional de Psicologia de 32 anos, formado há oito anos em uma faculdade particular. O mesmo trabalha em um CRAS há quatro anos e acumula outros três vínculos empregatícios, sendo eles em outros equipamentos, tanto das Políticas de Assistência Social (CREAS), quanto das Políticas da Saúde (CAPS) e também é docente de uma faculdade particular. A significativa contribuição do participante 11 justifica-se pelo fato de este, ao longo da entrevista semiestruturada, ter detalhado todas as atuações prescritas pelo MDS e CFP, considerando serem atividades que a mesma põe em prática, apesar de sua reduzida carga horária no CRAS, haja vista fato de trabalhar em quatro lugares ao mesmo tempo.

A partir do dendograma apresentado na Figura 4, pode-se perceber que o radical “grupos”, juntamente com “atividade”, apresentaram maiores valores do Qui-quadrado, sendo respectivamente $\chi^2 = 87$ e $\chi^2 = 70$. O que faz delas as palavras mais representativas, seguidos dos radicais “grup”, “convid” e “soporte”, todos com $\chi^2 = 62$. O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e’s e o Dendograma, observa-se que as palavras “trabalhos” e “atividade”, e o radical “desenvolv” estão associados, uma vez que semanticamente remetem a um fazer. Bem como há uma associação entre o radical “grup” e as palavras “grupos”, “oficina”, “suporte” que remetem a como se dá esse fazer dos profissionais de Psicologia. E entre as palavras “monitor”, “projovem”, “peti” e o radical “convid”, que apresentam outras personagens envolvidos nessa atuação dos profissionais de Psicologia em uma semana típica de trabalho nos equipamentos que compõem a Política de Assistência Social.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem às atividades desenvolvidas pelos profissionais de Psicologia, conforme podem ser visualizadas a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e. n° 188, $\chi^2 = 15$

Pronto, no próprio estabelecimento funciona o grupo de idoso, funciona às quartas-feiras, tem o Projovem que funciona dois dias na semana. E o outro dia, no outro CRAS, lá são dois dias. Tem o grupo das gestantes, que também é na quarta-feira, tem o crazinho [sic] que são dois dias na semana, são estes

grupos (Psicólogo 2: 30 anos, que atua no CRAS há menos de dois anos, formado há quatro anos em instituição privada).

u.c.e.n° 856, $\chi^2 = 14$

E dai a gente monta a atividade na hora que essa atividade que tá [sic] sendo desenvolvida eu também estou presente, então a gente tá [sic] sempre trabalhando. E também eu tenho a obrigação de dar suporte em outros grupos, como o grupo de idosos, o grupo de mães que precisa falar do comportamento dos filhos, né [sic]? (Psicólogo 11: 32 anos, que atua no CRAS há quatro anos, formado há oito anos em instituição privada).

A partir dos radicais e das u.c.e's, que compõem a classe dois, percebe-se que pelas colocações dos profissionais de Psicologia, nas atividades voltadas para as crianças e adolescentes, realizadas por meio das Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, esses profissionais desenvolvem um trabalho que gira em torno de intervenções nos grupos de crianças, adolescentes, gestantes e idosos, seja o profissional de Psicologia atuando diretamente, ou por meio de cooperação com técnicos convidados, monitores dos programas Projovem e PETI e outros profissionais que estão responsáveis pelas atividades realizadas pelos CRAS, CREAS e Casa de Acolhimento. Percebe-se, dessa forma, que os profissionais em suas falas demonstram domínio de uma base técnica de uma atuação. Uma vez que relatam realizarem um

trabalho conforme está prescrito nos marcos legais da Política de Assistência Social e pelas orientações técnicas do Conselho Federal de Psicologia.

Classe 3 – Para quem se dá atuação

Esta classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 115, correspondente a 13% do total, sendo a mesma composta a partir de 100 palavras analisáveis. Esta classe agrupou palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 78$ (mulher) e $\chi^2 = 19$ (brincadeira). A partir da Figura 4 que apresenta as palavras e radicais evocadas nesta classe, pode-se perceber que “mulher” e “tema” apresentaram, respectivamente um $\chi^2 = 78$ e $\chi^2 = 70$ e constituem as palavras mais representativa desta classe, seguida dos radicais e palavras “adolescência” ($\chi^2 = 55$), “pai” ($\chi^2 = 49$), “etária” ($\chi^2 = 51$), “deficiência” ($\chi^2 = 39$), “renda” ($\chi^2 = 32$), “sexualidade” ($\chi^2 = 32$) e “adolescência” ($\chi^2 = 32$).

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: tempo de trabalho na Política de Assistência Social de zero a um ano; participante cinco; profissionais que trabalhavam também em outro CRAS e em empresa; e que já tiveram outras experiências de trabalho em CREAS, clínica e na docência do ensino superior.

O participante cinco refere-se a um profissional de Psicologia de 31 anos, que atua num CRAS há dois anos. O mesmo formou-se há seis anos em uma instituição privada e trabalha também em outro CRAS e numa empresa. As outras experiências de trabalho deram-se numa empresa e na clínica, tendo o mesmo possui pós-graduação em Gestalt-terapia. A significativa contribuição do participante cinco para a formação da

classe três explica a contribuição das variáveis atributos para esta classe, uma vez que estas variáveis contemplam o profissional em questão e tal profissional, por ter uma carga horária de apenas 20 horas no CRAS, teve sua atuação direcionada para um grupo de crianças, que vai de zero a seis anos, e para um grupo de mulheres, o que o levou, ao longo da entrevista, a focar muito nas atividades realizadas frente a tais grupos, contemplando os temas trabalhados nesses encontros.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e's e o Dendograma, observam-se que as palavras “mulher”, “pai”, “infância”, “criança” e “idoso” e o radical “adolescên”, estão associados, uma vez que referem-se aos usuários da Política da Assistência Social. O mesmo valendo para as palavras “deficiência”, “renda”, “sexualidade”, “vínculo” e “alcool”, e os radicais “escol” e “viol”, que remetem ao foco das intervenções dos profissionais de Psicologia, uma vez que estão relacionados com a condição de vulnerabilidade social, decorrentes da condição de vida dos usuários.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem ao foco das intervenções dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e. n° 458, $\chi^2 = 25$

Eu acho assim, que a questão do CRAS é bem importante, porque, por exemplo, eu trabalho com essas crianças de zero a seis anos. Eles trazem muitas questões de dentro de casa, da família, então a gente trabalha com os

pais também, então é um trabalho positivo porque a gente tenta realmente trazer essas questão de fortalecer o vínculo mãe e filho, pai é difícil vim (Psicólogo 5: 31 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há seis anos em instituição privada).

u.c.e. n° 367, $\chi^2 = 25$

Na verdade a gente trabalha a questão da autoestima, a questão da violência doméstica, os maus-tratos infantis, e também trabalha a questão dos direitos, de como exercer a sua cidadania, então são vários temas (Psicólogo 4: 28 anos, que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

Percebe-se, dessa forma, que há uma atuação dos profissionais de Psicologia mais focada nas crianças, adolescentes e mulheres, havendo também intervenções voltadas para os pais e idosos. Essas intervenções contemplam os temas deficiência, renda, sexualidade, vínculo familiar, escola, consumo de álcool e violência. Ou seja, configura-se, nas falas dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, como se dá esta atuação, conforme apresentado na classe dois, e para quem, conforme apresentado acima. Sendo que esse discurso limita-se a questões técnicas dessa atuação, o que evidencia uma atuação pouco investigativa e sem uma fundamentação teórica consistente, dando-se, basicamente por meio de reprodução de práticas tradicionais. Não sendo manifestada, por parte dos

profissionais que participaram do presente estudo, importância da questão política dessa atuação.

Diante do exposto, pode-se observar na Figura 4, os *subcorpus* apresentados no tema Atuação dos profissionais de Psicologia. O primeiro deles, formado pelas classes 2 (*Como se dá atuação dos profissionais de Psicologia*) e 3 (*Para quem se dá atuação*), apresenta associação entre as classes, por estas descreverem prática do profissional de Psicologia nos equipamentos das Políticas da Assistência Social. Nesta divisão, são destacados: o que é feito, para quem e como se dá esse fazer. A partir desta primeira divisão, forma-se o segundo *subcorpus* com a classe 1 (*Limitadores da atuação do profissional de Psicologia*), o qual discorre sobre aspectos que dificultam essa atuação do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

Vele salientar que a classe 1, *Limitadores da atuação do profissional de Psicologia*, representou 77% de todas as 955 u.c.e's aproveitadas pelo *software* ALCESTE, o que denota que esses aspectos sobressaíram-se nas falas dos entrevistados ao longo das entrevistas semiestruturadas. Percebe-se, portanto, necessidade, por parte dos profissionais de Psicologia, de destacar que em sua atuação na Política da Assistência Social se deparam com uma série de fatores que limitam sua atuação profissional.

Por meio das análises sobre os limitadores da atuação dos profissionais de Psicologia, na realização de atividades voltadas para crianças e adolescentes, por meio das Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social podem-se destacar alguns elementos necessários à reflexão do objeto de estudo proposto nesta tese. Observa-se, de modo geral, que os profissionais de Psicologia consideram que há

uma falta de clareza acerca do papel do profissional de Psicologia no âmbito dessa Política Pública, tanto por parte dos gestores, quanto de outros técnicos e usuários. Essa questão, na perspectiva dos profissionais de Psicologia, se soma tanto a uma falha na articulação com outras políticas, o que compromete intersectorialidade, quanto com uma formação acadêmica, que não dá suporte para esse tipo de atuação e que possibilita limitada formação política por parte dos profissionais de Psicologia, conforme pode ser visualizado a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e. n° 702, $\chi^2 = 6$

A prática da Psicologia com a do Serviço Social se confunde muito, porque a gente não pode fazer o atendimento clínico, aí a gente vai fazer o quê? Porque na, na minha formação eu não tive a, a disciplina de, de, de, de Psicologia comunitária (Psicólogo 9: 33 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há dez anos em instituição pública).

Percebe-se, dessa forma, que esses aspectos que limitam a atuação do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, somam-se a um pobre repertório de ferramentas e técnicas de intervenção oriundas de um modelo de intervenção clínico individualizante. Somam-se e acabam por comprometer a contribuição dos profissionais de Psicologia para efetivar a Assistência Social como um direito dos usuários, sobretudo quando se pensa a realidade das crianças e dos adolescentes brasileiros.

4.4.4- Formação dos profissionais de Psicologia

Em relação à categoria Formação dos profissionais de Psicologia, relativa às perguntas que versavam sobre, área da Psicologia na qual o profissional se formou, porque deu esse direcionamento para a formação acadêmica, e se tiveram acesso a alguma capacitação ou formação específica para atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, apresenta 11 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 4825 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1056 consistem em formas distintas, com uma divisão do corpus em 131 u.c.e's. O corpus foi definido, a partir de uma média ($X = 5$).

Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais que, das 1056 palavras, 139 eram analisáveis e 97 eram palavras instrumentos. As 139 palavras analisáveis ocorreram 26 vezes para definir uma u.c.e. As 131 u.c.e's do *corpus* foram divididas em quatro classes principais, o que corresponde a 95.83% do aproveitamento total.

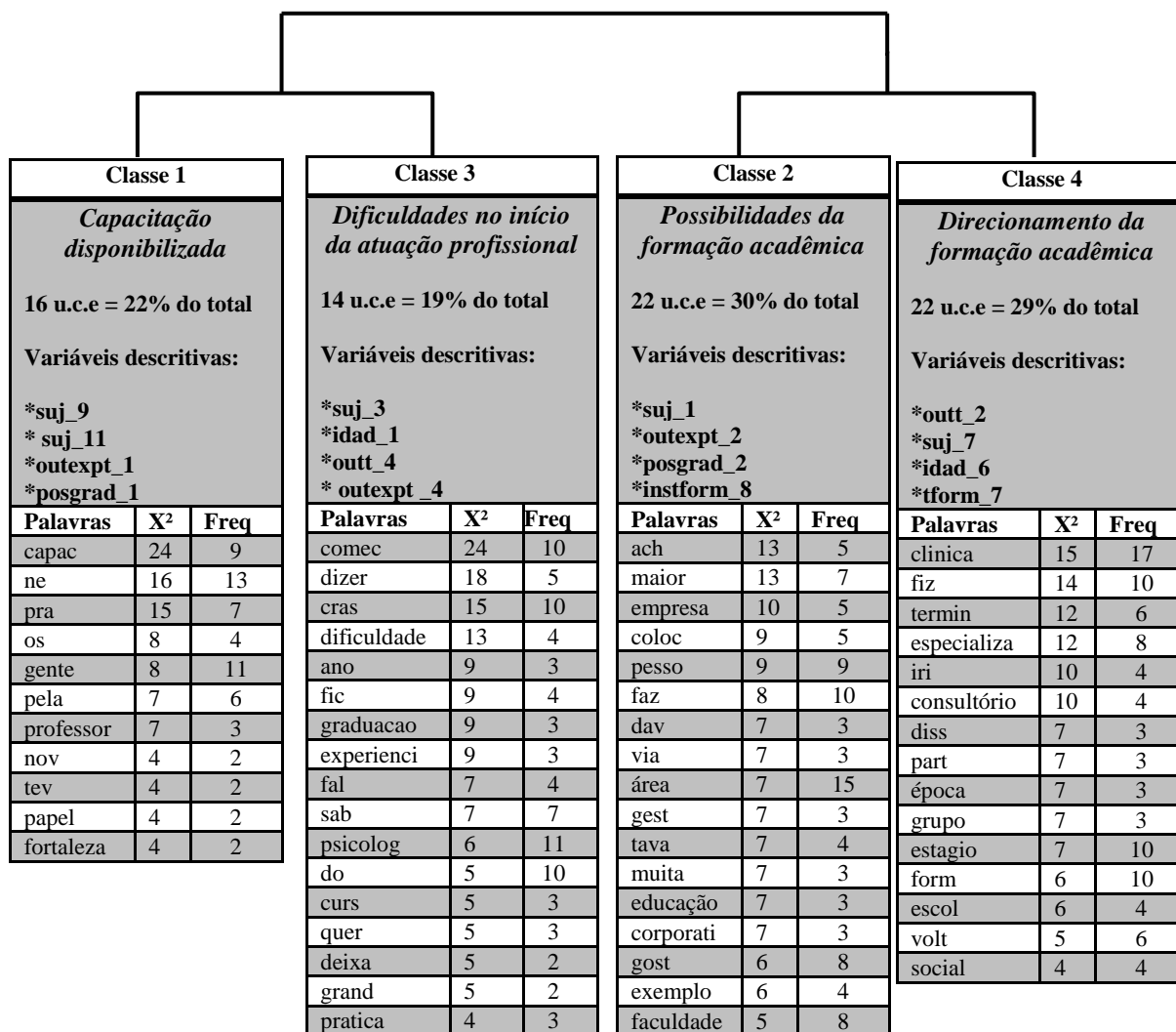
A Figura 5 refere-se à distribuição das quatro classes relativas à Formação dos profissionais de Psicologia para atuar nos equipamentos da Política de Assistência Social. Pode-se observar que o *software* dividiu o material em dois *subcorpus*, ocorrendo a partir daí, outra divisão em cada *subcorpus*.

As classes um e três possuem significados comuns, o mesmo ocorrendo com as classes dois e quatro. A partir das u.c.e's e dos radicais, percebe-se que as classes um e três contemplam repercussão da formação dos profissionais de Psicologia no início da prática desses profissionais nos equipamentos da Política de Assistência Social, sendo

que a classe um versa sobre uma formação que se deu no meio acadêmico, enquanto que a classe três versa sobre uma formação após término do curso, via capacitações oferecidas pelos gestores municipais ou via Estado. No que se referem às classes dois e quatro, aproximam-se pelo fato de a classe dois apresentar como foi o direcionamento dado à formação acadêmica no fim do curso e a classe quatro contemplar o início da atuação desses profissionais.

Figura 5 – Dendograma 2 – Distribuição das Classes: Classificação Hierárquica

Descendente



Fonte: Análise das entrevistas dos profissionais de Psicologia por meio do ALCESTE

Classe 1 – Capacitação disponibilizada

Como pode ser observado na Figura 5, a classe “*Capacitação disponibilizada*”, foi composta por radicais e palavras no intervalo entre $\chi^2 = 24$ (capac) e $\chi^2 = 2$ (fortaleza). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 16, correspondente a 22% do total, sendo composta por 18 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: os participantes nove e onze; profissionais que não apresentavam outras experiências prévias de trabalho; nem pós-graduação. O participante nove refere-se a um profissional de Psicologia de 33 anos, formado há dez anos numa universidade pública. O mesmo trabalha em um CREAS há três anos, não possui outro vínculo empregatício e não realizou nenhuma pós-graduação. O participante 11 trata-se de um profissional de Psicologia de 32 anos, formado há oito anos em uma faculdade particular. O mesmo trabalha em um CRAS há quatro anos e acumula outros três vínculos empregatícios, sendo eles em outros equipamentos, tanto das Políticas de Assistência Social (CREAS), quanto da Política de Saúde (CAPS) e também é docente de uma faculdade particular. O referido profissional possui especialização em Docência do Ensino Superior.

A partir do dendograma apresentado na Figura 5, pode-se perceber que o radical “capacit”, apresentou maior valor do χ^2 (24) desta classe. O que faz dele o radical mais representativo, seguido dos radicais e palavras “ne” ($\chi^2=16$), “pra” ($\chi^2=15$), “os” ($\chi^2=8$), “gente” ($\chi^2=8$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e’s e pelo Dendograma, observa-se que os radicais “capacit” e “aprend” e as palavras “início” e

“fortaleza”, estão associados e remetem às capacitações oferecidas pelos gestores municipais ou pelo Estado na capital do estado do Ceará, Fortaleza e aprendizados adquiridos por parte dos profissionais de Psicologia no início de sua atuação na Política de Assistência Social, por meio dessas capacitações. Verifica-se, também, uma associação entre os radicais “pra”, “gente”, “particip”, “profission”, uma vez que se reportam aos sujeitos alvos dessas capacitações, referindo-se a eles e seus pares que atuam na Política de Assistência Social.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem às percepções acerca dessas capacitações que os profissionais tiveram acesso no início de sua atuação profissional, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e. n° 103 , $\chi^2 = 16$

*Tive, tive. uma capacitação em Fortaleza pra falar sobre os CRAS, né [sic]?
Logo no inicio teve essa capacitação pra gente, pra explicar o que era, né [sic]?
O que deveria trabalhar, deram, deram instrumentais pra gente trabalhar, a questão das famílias, tudo (Psicólogo 9: 33 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há dez anos em instituição pública).*

u.c.e. n° 16, $\chi^2 = 3$

O do MDS, que é especificamente para CRAS, então não tivemos nenhuma formação assim a mais que os livros não pudessem é, é, reportar. Não foram

informações adicionais, foi só mesmo para mostrar o que era. Mas capacitação mesmo não. Isso a própria secretaria (Psicólogo1: 32 anos, que atua no CRAS há menos de dois anos, formado há quatro anos em instituição pública).

Através dos conteúdos das u.c.e's e das palavras e radicais típicos dessa classe, percebe-se que alguns dos profissionais de Psicologia que atuam nos equipamentos da Política de Assistência Social, se deparam com capacitações oferecidas tanto pelos gestores municipais, quanto pelo Estado. Vale destacar que esse acesso às capacitações não foi generalizado, alguns profissionais afirmaram ter aprendido a trabalhar na prática ou estudando por conta própria.

No que se referem às avaliações acerca dessas capacitações esta se configura, nas falas dos profissionais de Psicologia, de duas formas. Tanto no sentido de considerá-las como propiciadoras de ferramentas para atuação, por parte daqueles profissionais que afirmaram não ter nenhum conhecimento sobre a política em questão, quanto de considerá-las incipientes, meramente informativas, pouco contribuindo para a formação do profissional, por parte daqueles que já tinham tido algum contato com tal política, mesmo sendo por meio de livros e cartilhas. Os profissionais também chamaram atenção para limitações referentes a uma carga horária reduzida, bem como para uma falta de clareza acerca dos critérios de escolha dos profissionais que tiveram acesso às capacitações oferecidas pelo MDS, uma vez que nem todos os profissionais que atuam em um determinado município foram contemplados.

Classe 3 – Dificuldades no início da atuação profissional

Como pode ser observado na Figura 5, a classe “*Dificuldades no início da atuação profissional*”, foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 24$ (comec) e $\chi^2 = 3$ (profissio). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 14, correspondente a 19% do total, sendo composta por 20 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: o participante três; profissionais com idade no intervalo de 21 a 25 anos; e que além do equipamento da Política de Assistência Social trabalhava em hospital. O participante três refere-se a uma psicóloga de 24 anos, formada há três anos numa universidade privada. A mesma trabalha em um CRAS há oito meses, realizou uma especialização em acupuntura e possui outro vínculo empregatício em um hospital.

A partir do dendograma apresentado na Figura 5, pode-se perceber que o radical “comec”, apresentou maior valor do χ^2 (24) desta classe. O que faz dele o radical mais representativo, seguidas das palavras “dizer” ($\chi^2 = 18$), “cras” ($\chi^2 = 15$), “dificuldade” ($\chi^2 = 13$) e “graduacao” ($\chi^2 = 9$). O que demonstra o grau de relevância destas palavras e radical para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e’s e o Dendograma, observa-se que o radical “comec” e as palavras “dificuldade” e “grande”, estão associados e remetem ao início da atuação dos profissionais. Atuação essa que se refere ao âmbito da Política da Assistência Social voltada para crianças e adolescentes, conforme pode ser verificado por meio das palavras “pratica”, “experiencia” e “cras”. Verifica-se também uma associação entre as palavras “graduacao” e “curso” e o radical

“psicolog”, uma vez que remetem às vivências dos profissionais de Psicologia antes de inserirem-se nesse campo de atuação.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem às percepções acerca dessas vivências no meio acadêmico e a forma como a mesma repercutiu na atuação desses profissionais de Psicologia na Política da Assistência Social, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e. n° 37 , $\chi^2 = 30$

(...) e não tive essa instrução, vamos dizer assim, de como é uma psicóloga do CRAS, eu não tive essa instrução. Então essa foi uma grande dificuldade quando eu entrei e de certa forma, deixa brecha até hoje, porque hoje eu fico me questionando: tá [sic] certo o que eu estou fazendo? (Psicólogo 4: 24 anos, que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

u.c.e.n° 24, $\chi^2 = 30$

Então comecei realmente do zero, na graduação eu não tive essa, vamos dizer assim, esse contato com algum CRAS, eu não sabia do serviço. Então essa foi uma grande dificuldade para mim no começo (Psicólogo 3: 24 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há três anos em instituição pública).

Através dos conteúdos das u.c.e.'s e dos radicais típicos dessa classe, percebe-se que os profissionais de Psicologia referem-se a um início de atuação profissional marcado por dificuldades. Situação esta que, na fala dos profissionais de Psicologia, relaciona-se com uma formação acadêmica que não os preparou para atuarem nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. Vale destacar que apenas uma profissional concluiu curso de Psicologia antes de aprovação da Lei Orgânica da Assistência social e da implementação do Sistema Único da Assistência Social. Outros aspectos salientados pelos profissionais, como sendo fatores que dificultaram o início da atuação na Política de Assistência Social, dizem respeito, tanto à ausência de um direcionamento claro para atuação dos profissionais de Psicologia, por parte do MDS, quanto ao reduzido número de profissionais de Psicologia em alguns municípios; o que, às vezes, inviabiliza troca de experiências. Conforme podem ser visualizados nas u.c.e.'s a seguir: *então não tinha nem como trocar experiência com psicólogos que já ocupavam o cargo, então assim foi muito difícil, o começo. Foi muito difícil* (Psicólogo3: 24 anos, que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

u.c.e. n° 38, $\chi^2 = 12$

(...) eu realmente estou fazendo meu papel de psicóloga do CRAS? Porque as informações que o ministério (MDS) oferece, deixa muito a critério do psicólogo, cabe ao psicólogo isso e isso, então informações que são coisas assim seca, pouco profunda, vamos dizer assim, e para aqueles que não teve [sic] na graduação uma prática, uma vivência, um esclarecimento do que realmente o psicólogo faz, você chega e fica em dúvida (Psicólogo 4: 28 anos,

que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

Percebe-se, dessa forma que, nas falas dos profissionais de Psicologia, outros aspectos somam-se a uma formação acadêmica inadequada, o que dificulta início da atuação desses profissionais junto às crianças, aos adolescentes e seus familiares, usuários dos serviços de Proteção Social da Política de Assistência Social.

Classe 2 – Possibilidades da formação acadêmica

Como pode ser observado na Figura 5, a classe “*Possibilidades da formação acadêmica*”, foi composta por radicais e palavras no intervalo entre $\chi^2 = 13$ (ach) e $\chi^2 = 5$ (facultad). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 22, correspondente a 30% do total, sendo composta por 25 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: o participante um; profissionais que tinham outra experiência de trabalho na área de educação especial; formação em uma instituição pública; e com especialização em Políticas Públicas. O participante um da pesquisa refere-se a um profissional de Psicologia formada em uma instituição federal há quatro anos, que atua num CRAS há menos de dois anos e está em processo de conclusão de uma pós-graduação em Políticas Públicas. A grande contribuição do profissional em questão para a formação da classe *Possibilidade da formação acadêmica*, explica a representatividade das variáveis

atributos que contribuíram para formação dessa classe uma vez que tais variáveis compõem os dados biosociodemográfico da profissional em questão.

A partir do dendograma apresentado na Figura 5, pode-se perceber que o radical “ach” e “maior”, apresentaram maior valor do χ^2 (13) desta classe. O que faz deles os radicais mais representativas, seguidas dos radicais “empresa” ($\chi^2 = 10$), “coloc” ($\chi^2 = 9$), “pessoa” ($\chi^2 = 9$) e “faz” ($\chi^2 = 8$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e's e o Dendograma, observa-se que os radicais “ach”, “gost”, “interest”, estão associados e remetem às aspirações dos profissionais em relação às suas formações acadêmicas. Percebe-se, também, associação em relação às palavras “maior”, “area” e “faculdade” e aos radicais, “coloc”, e “dav”, sendo que aqui a referência gira em torno do que as instituições formadoras desses profissionais disponibilizavam para eles em termos de possibilidades de direcionamento da formação acadêmica.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem às percepções dos profissionais de Psicologia acerca do que os levou a direcionarem suas formações para determinadas áreas, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e. n° 1 , $\chi^2 = 29$

A que eu mais me dediquei mesmo, que eu atuei inclusive na empresa júnior, na Psicologia foi a de recursos humanos, em gestão de pessoas, era minha área de maior interesse (Psicólogo 1: 32 anos, que atua no CRAS há um ano e oito meses, formado há quatro anos em instituição pública).

u.c.e. n° 107, $\chi^2 = 16$

Então a gente fazia o que a faculdade colocava. A área clínica tinha uma carga horária maior, uma exigência maior. E a gente fazia porque tinha que fazer (Psicólogo 10: 30 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há oito anos em instituição pública).

Através dos conteúdos das u.c.e's e dos radicais típicos dessa classe, percebe-se que os profissionais de Psicologia referem-se a um direcionamento da formação acadêmica influenciado tanto por questões de interesses pessoais por determinadas áreas da Psicologia, quanto por questões institucionais, pois, em alguns casos não houve essa possibilidade de escolha, sendo o direcionamento da formação acadêmica determinado pela instituição, predominando Psicologia Clínica, seguido de Psicologia Organizacional. Outros aspectos salientados pelos profissionais, como sendo fatores que influenciaram no direcionamento da formação acadêmica, dizem respeito ao processo de identificação com alguns professores e a realização de estágio, tanto curricular quanto extracurricular, que acabou despertando o interesse por uma determinada área da Psicologia.

Vale destacar que ao longo das entrevistas semiestruturadas apenas dois profissionais revelaram terem tido contato ao longo da graduação, por meio de estágios, extensão ou pesquisa, com as Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, sendo que uma delas refere-se à experiência de estágio como tendo sido limitada porque, segundo o profissional em questão:

u.c.e. n° 35, $\chi^2 = 1$

A pessoa que estava lá (referindo-se ao profissional de Psicologia que atuava no CRAS) tava muito perdida, então era uma pessoa querendo aprender com uma perdida, um tanto quanto pouco construtiva, vamos dizer assim, para não dizer frustrante (Psicólogo 4: 28 anos, que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

Evidencia-se, dessa forma, uma necessidade, não apenas de serem disponibilizadas aos estudantes de Psicologia, maiores oportunidades de contato com as Políticas Públicas, quanto de se pensar a qualidade dos estágios, pesquisa e extensão em tal contexto, de forma a possibilitar uma formação acadêmica que dê maior subsídio para a atuação desses profissionais.

Classe 4 – Direcionamento da formação acadêmica

Como pode ser observado na Figura 5, a classe “*Direcionamento da formação acadêmica*”, foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 15$ (clínica) e $\chi^2 = 4$ (social). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 22, correspondente a 29% do total, sendo composta por 21 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: profissionais que tinham outro trabalho ligado aos equipamentos da Política de

Assistência Social; o participante sete; idade entre 51 e 55 anos; e tempo de formação no intervalo entre 31 e 35 anos. O participante sete da pesquisa refere-se a um profissional de Psicologia formado em uma instituição privada há trinta e dois anos, que atua num CREAS há três anos. A grande contribuição do profissional em questão para a formação da classe *Direcionamento da formação acadêmica*, explica a representatividade das variáveis atributos que contribuíram para formação dessa classe uma vez que tais variáveis compõem os dados biosociodemográfico da profissional em questão.

A partir do dendograma apresentado na Figura 5, pode-se perceber que a palavra “clínica” apresenta maior valor do χ^2 (15) desta classe. O que faz dele a mais representativa, seguida de “fiz” ($\chi^2 = 14$), e dos radicais “termin” ($\chi^2 = 12$) e “especializa” ($\chi^2 = 12$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e's e o Dendograma observa-se que as palavras “consultorio”, “social” e “epoca” e os radicais “clínic”, “iri”, e “volt” estão associados e remetem às aspirações dos profissionais em relação à sua atuação profissional. Percebe-se, também, associação em relação às palavras “especializacao”, “estagio”, “concurso”, sendo que aqui a referência gira em torno de vivências que influenciaram no direcionamento dado, por parte dos profissionais, para determinadas áreas de atuação.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras e radicais, que se referem às repercussões do curso de Psicologia no direcionamento das atuações dos profissionais de Psicologia para determinadas áreas, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e. n° 38 , $\chi^2 = 17$

Eu gostaria de fazer em escolar, só que na entrevista eu falei que iria direcionar minha formação para clinica e eu queria realmente montar consultório em Recife, mas as circunstancias me direcionaram para outro jeito, pronto (Psicólogo 7: 55 anos, que atua no CREAS há um ano, formado há 32 anos em instituição privada).

u.c.e. n° 60, $\chi^2 = 9$

Aí desde então eu já entrei na faculdade pensando na clínica, mas quando eu terminei, já fui direto, já montei consultório e ao mesmo tempo eu fui fazer essa especialização (com um enfoque psicossocial) (Psicólogo 6: 37 anos, que atua na Casa de Acolhimento há oito anos, formado há doze anos em instituição privada).

Através dos conteúdos das u.c.e's e dos radicais típicos dessa classe, percebe-se que os profissionais de Psicologia referem-se a um anseio por atuar na área clínica, o que se explica tanto por interesse de alguns dos profissionais de Psicologia nessa área, quanto pelo fato de a própria formação acadêmica direcionar para tal campo de atuação, por meio dos estágios e disciplinas. No entanto as circunstancias não possibilitaram que tais profissionais atuassem em sua área de interesse no início de vida profissional ou iniciassem e tivessem que abandoná-la, levando-os a atuarem nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. Vale destacar que quando os

profissionais referiram-se às especializações que realizaram apenas um revelou ter direcionado tal formação complementar para atuação na Política de Assistência Social.

Diante do exposto, podem-se observar na Figura 5, dois *subcorpos* apresentados no tema Formação dos profissionais de Psicologia. O primeiro deles, formado pelas classes 1 (*Capacitação disponibilizada*) e 3 (*Dificuldades no início da atuação profissional*), apresenta associação entre as classes, uma vez que estas descreverem a formação que os profissionais de Psicologia tiveram acesso, seja por meio da academia, seja por meio das capacitações oferecidas pelos gestores municipais ou Estado e repercussão da mesma no início da atuação desses profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. Já o *subcorpo* composto pelas classes 2 (*Possibilidades da formação acadêmica*) e 4 (*Direcionamento da formação acadêmica*) apresenta os aspectos que influenciaram no direcionamento que a formação acadêmica teve no fim do curso.

Por meio das análises da formação dos profissionais de Psicologia que atuam na Política de Assistência Social podem-se destacar alguns elementos necessários à reflexão do objeto de estudo proposto nesta tese. Observa-se, de modo geral, tanto o interesse por parte dos profissionais, quanto uma formação acadêmica que direcionam para atuação no âmbito da clínica. Dessa forma esses profissionais estão atuando junto às crianças, aos adolescentes e seus pais, bem como outros adultos e idosos usuários da Política de Assistência Social, sendo que a maioria não apresentava interesse nem foi formado para tal. O que se relaciona com o fato de apenas um profissional ter realizado pós-graduação *latu senso* (especialização) direcionado para seu contexto de atuação. Essa ausência de uma formação no meio acadêmico soma-se a uma capacitação oferecida pelos gestores municipais e Estado, avaliada pelos profissionais como

insuficiente e que não contempla todos os profissionais que estão atuando nas Políticas da Assistência Social, repercutindo, inevitavelmente, na atuação desses profissionais.

4.4.5- Infância, Adolescência e Direitos

Em relação à categoria Infância, Adolescência e Direitos, relativa às perguntas que versavam sobre concepção dos profissionais de Psicologia acerca de infância e adolescência, o que eles entendiam por direitos das crianças e dos adolescentes e como avaliavam contribuição de sua atuação, enquanto profissional de Psicologia, para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, apresenta 11 u.c.i's, que foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, com 12288 ocorrências de palavras, sendo que, dessas, 1190 consistem em formas distintas, com uma divisão do *corpus* em 285 u.c.e's. O *corpus* foi definido, a partir de uma média ($X = 6$).

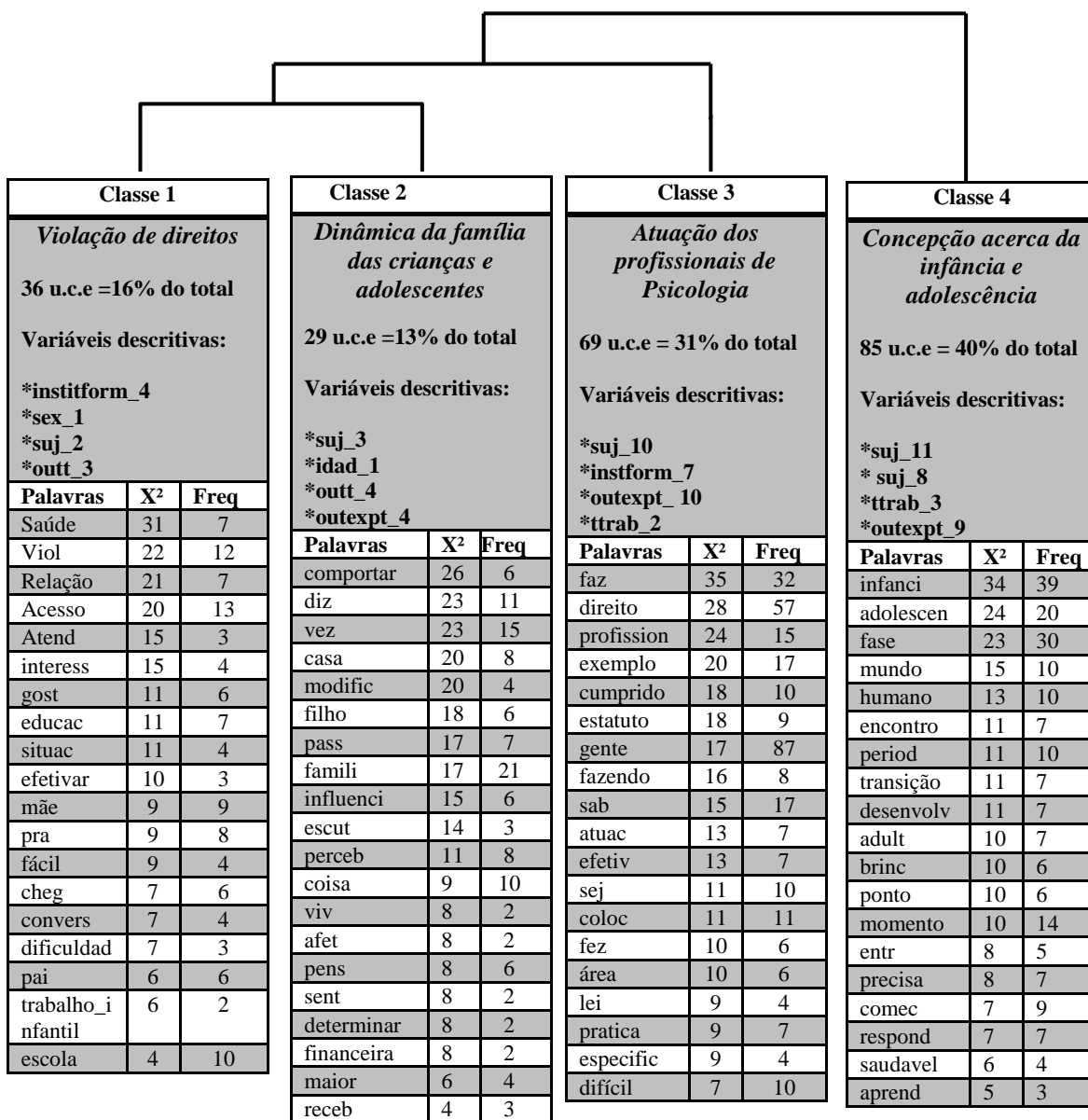
Pode-se observar que, após a redução das palavras em suas raízes lexicais que, das 1190 palavras, 287 eram analisáveis e 152 eram palavras instrumentos. As 287 palavras analisáveis ocorreram 28 vezes para definir uma u.c.e. As 285 u.c.e's do *corpus* foram divididas em quatro classes principais, o que corresponde a 97,70% do aproveitamento total.

A Figura 6 refere-se à distribuição das quatro classes relativas à Infância, Adolescência e Direitos. Pode-se observar que o *software* dividiu o material em dois *subcorpus*, ocorrendo a partir daí, outra divisão em um dos *subcorpus* e em seguida uma terceira divisão.

As classes um e dois possuem significados comuns, uma vez que versam sobre a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes e sobre a dinâmica familiar destes sujeitos. O que as diferenciam da classe três, haja vista fato de esta abordar a prática dos profissionais de Psicologia frente a essas questões contempladas nas classes anteriores. Já a classe quatro apresenta as concepções dos profissionais de Psicologia acerca da infância e adolescência. Desse modo, a Figura 6 apresenta três subdivisões do *corpus*.

Figura 6 – Dendograma 3 – Distribuição das Classes: Classificação Hierárquica

Descendente



Fonte: Análise das entrevistas dos profissionais de Psicologia por meio do ALCESTE

Classe 1 – Violação de direitos

Como pode ser observado na Figura 6, a classe “*Violação de direitos*”, foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 31$ (saude) e $\chi^2 = 4$ (escola). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e’s igual a 36, correspondente a 16% do total, sendo composta por 42 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: profissionais formados em instituições privadas; profissional de Psicologia do sexo masculino; participante dois; e profissionais que apresentavam outras experiências de trabalho na docência do ensino superior. A significativa contribuição para a classe 1 do participante dois, profissional de Psicologia formada em uma instituição privada há cinco anos, que atua num CRAS há dois anos e que realizou uma especialização em grupos em situação de risco, explica a representatividade das variáveis atributos que contribuíram para formação dessa classe uma vez que tais variáveis compõem os dados biosociodemográfico do profissional em questão.

A partir do dendograma apresentado na Figura 6, pode-se perceber que a palavra “saude”, apresentou maior valor do χ^2 (31) desta classe. O que faz dela a palavra mais representativa, seguida do radical “viol” ($\chi^2 = 22$), e das palavras “relacao” ($\chi^2 = 12$) e “acesso” ($\chi^2 = 20$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e’s e o Dendograma, observa-se que as palavras “saude”, “escola” e “trabalho_infantil” e os radicais “viol” d “educac”, estão associados e remetem à percepção dos profissionais de Psicologia acerca de quais são os direitos das crianças e adolescentes que são violados. Há também

uma associação entre as palavras “acesso”, “atendi”, “conversa”, uma vez que estes remetem ao fazer do profissional em questão frente às violações desses direitos.

Há algumas conexões importantes entre os referidas palavras e radicais, que se referem aos direitos violados das crianças e dos adolescentes e a atuação do profissional de Psicologia frente a essas questões, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e. n° 56 , $\chi^2 = 16$

Ainda falta na minha realidade, acho que na comunidade, ainda falta muito acesso das crianças aos seus direitos. Ainda falta. Já atendi mães que vem com os filhos ah eu não consegui matricular meus filhos na escola, a senhora tem obrigação, a escola tem obrigação de aceitar seu filho, mas a diretora não aceita, quer dizer, é um acesso que a criança tem a educação (Psicólogo 2: 30 anos, que atua no CRAS há um ano, formado há cinco anos em instituição privada).

u.c.e. n° 219, $\chi^2 = 6$

Então nisso também a gente está atuando nessa questão da violência, da escolaridade, de eles terem essa continuidade, do direito à escola. Do trabalho infantil. Da questão de tá [sic], muitas crianças até mais de 10 h da noite na rua, às vezes, sendo prostituídas, sendo usadas por pessoas que, entre aspas, contratam essas crianças e adolescentes para venderem o corpo e essa pessoa

receber dinheiro (Psicólogo 8: 30 anos, que atua no CREAS há três anos, formado há oito anos em instituição pública)

Através dos conteúdos das u.c.e's apresentadas e das palavras e radicais típicos dessa classe, percebe-se que os profissionais de Psicologia em sua prática na Política de Assistência Social identificam várias formas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, o que envolve desde questões relacionadas ao não acesso à saúde, ao lazer e à educação formal, passando pela exploração do trabalho infantil e outras formas de violência como a exploração sexual e violência física vivenciada no âmbito familiar e comunitário. Frente a essas questões os profissionais de Psicologia apresentam como se dá sua atuação e consideram que esta ocorre por meio de uma busca por garantir, às crianças e aos adolescentes, convivência familiar, ou intervindo por meio de palestras e conversas em escolas, com os pais, sobre temáticas que envolvem essas violações. Alguns profissionais também apontaram contato com determinadas instituições buscando sensibilizar os responsáveis por estas para necessidade de serem revistas determinadas posturas institucionais ou mesmo acionando órgãos como o Ministério Público, para tentar efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes.

Classe 2 – Dinâmica da família das crianças e dos adolescentes

A classe 2, denominada “*Dinâmica da família das crianças e dos adolescentes*” foi estruturada com o número mínimo de u.c.e's igual a 29, correspondente a 30% do

total e composto a partir de 35 palavras analisáveis. Esta classe agrupou palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 26$ (comportar) e $\chi^2 = 4$ (receb). As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: o participante três; profissionais que tinham idade no intervalo de 21 a 25 anos; e profissionais de Psicologia que trabalhavam órgão ligado a Políticas da Justiça e na clínica. O participante três trata-se de um profissional de Psicologia de 24 anos, formada há três anos em uma universidade pública. O mesmo trabalha em um CRAS há dois anos, exercendo também outra atividade remunerada em um hospital.

A partir do dendograma apresentado na Figura 6, pode-se perceber que a palavra “comportar” apresentou maior valor do χ^2 (26), juntamente com “diz” e “vez”, ambas apresentando mesmo valor do χ^2 (23). O que faz delas as palavras mais representativas, seguidos das palavras “casa” ($\chi^2 = 20$) e “filho” ($\chi^2 = 18$) e do radical “modific” ($\chi^2 = 20$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e's e o Dendograma, observa-se que os radicais “comportar”, “afet”, “pensament” estão associados, uma vez que semanticamente remetem à forma como as crianças e os adolescentes interagem com a realidade objetiva. Bem como há uma associação entre os radicais “modific”, “influenci”, “determin” e “receb”, que remetem a como se dá esse processo de constituição das crianças e dos adolescentes a partir das dinâmicas familiares nas quais estão inseridos.

Há algumas conexões importantes entre os referidos radicais, que se referem à forma como os profissionais de Psicologia concebem a relação entre dinâmica familiar, com o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, e as violações dos direitos destes sujeitos, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e's a seguir:

u.c.e. n° 72, $\chi^2 = 23$

Assim tanto tem o papel de ajudar como muitas vezes é um empecilho. É triste falar, mas, às vezes é. A gente trabalha, às vezes, com essa criança, você percebe que ela não tá [sic] num feedback com você, assim uma coisa que você tá [sic] falando, tá [sic] passando para ela e a família faz tudo diferente (Psicólogo 3: 24 anos, que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

u.c.e. n° 173, $\chi^2 = 7$

O que a gente percebe, é tudo criança que chega para a gente, agressiva, quer dizer, consideradas agressivas, rebeldes, exatamente porque falta muito afeto, né [sic]? Falta assistência, falta um limite, entende? Um limite da forma correta. O não de uma forma firme, mas sem violência. Elas têm esse não, de uma forma violenta, que elas protestam e se tornam cada vez mais violenta (Psicólogo 7: 55 anos, que atua no CREAS há um ano, formado há trinta e dois anos em instituição privada).

As u.c.e's, contempladas na classe dois, revelam o que os profissionais de Psicologia consideram que a dinâmica das famílias das crianças e dos adolescentes é um fator que tanto pode repercutir positivamente quanto negativamente na vida desses

sujeitos, sobressaindo concepção de influência negativa. Uma vez que os profissionais explicam os afetos, pensamentos e comportamentos das crianças e adolescentes que não se enquadram em um padrão esperado, como sendo reflexos de falta de afeto, de posturas violentas e atritos entre os pais.

Vale destacar que uma profissional recorre ao Programa Bolsa Família para explicar tanto o grande número de filhos quanto o comodismo por parte de alguns sujeitos, como pode ser visualizado abaixo:

u.c.e.n°106, $\chi^2 = 21$

Vamos participar de uma oficina, vamos fazer um artesanato em casa, não quer. Se pensa assim vai trabalhar, não quer. Porquê? Porque tem o Bolsa Família aí, por conta do Bolsa Família aí, vamos dizer assim, bota banca para fazer um determinado tipo de trabalho, porque naquele trabalho vai se cansar e vai ganhar a mesma coisa estando em casa (Psicólogo 3: 24 anos, que atua no CRAS há oito meses, formado há cinco anos em instituição privada).

Esse mesmo profissional de Psicologia, em outro trecho da entrevista, chega a afirmar:

Outra coisa, virou também, eu não sei o nome, mas tem um benefício que eles recebem por filho que nasce. Eu não lembro não, mas sei que tem um benefício não sei por quantos filhos que nascem. Então a gente conhece famílias que

fazem casa, mobília casa tendo filho. Então assim, o que é família? É um meio de você comprar um sofá, uma geladeira, né?

Percebe-se, dessa forma, que além de caracterizarem as famílias das crianças e dos adolescentes, como um empecilho para efetivação dos direitos desses sujeitos, alguns profissionais avaliam que o Programa Bolsa Família gera comodismo e incentiva a fecundidade, o que subentende que os mesmos, na perspectiva desses profissionais, por serem pobres não têm o direito de escolha, tanto em relação com o número de filhos quanto ao tipo de trabalho que realizam.

Classe 3 – Atuação dos profissionais de Psicologia

Como pode ser observado na Figura 7, a classe “*Atuação dos profissionais de Psicologia*”, foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 35$ (faz) e $\chi^2 = 7$ (difícil). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e’s igual a 69, correspondente a 31% do total, sendo composta por 50 palavras analisáveis.

As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: o participante dez; profissionais que realizaram formação acadêmica numa instituição privada; que apresentavam outras experiências prévia de trabalho na Educação e no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; e que estavam trabalhando nos Serviços de Proteção Social da Política de Assistência Social no intervalo de um a dois anos. A significativa contribuição para a classe 1 do participante dez, um profissional de Psicologia formado em uma instituição privada há oito anos, que atua num CRAS há

dois anos e cursou pós-graduação em Saúde Mental, explica a representatividade das variáveis atributos que contribuíram para formação dessa classe uma vez que tais variáveis compõem os dados biosociodemográfico da profissional em questão.

A partir do dendograma apresentado na Figura 6, pode-se perceber que a palavra “faz” apresentou maior valor do χ^2 (35) desta classe. O que faz delz a palavra mais representativa, seguida de “direito” ($\chi^2 = 26$), “profission” ($\chi^2 = 24$), “exemplo” ($\chi^2 = 20$), “cumprido” ($\chi^2 = 18$) e “estatuto” ($\chi^2 = 18$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e’s e o Dendograma, observa-se que as palavras “faz”, “atua”, “fazendo”, “pratica”, estão associados e remetem ao fazer do profissional de Psicologia. Essa atuação que se dá por meio de efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes, conforme pode ser identificado a partir das palavras “cumprido” e “efetiva”, bem como de “direito”, “estatuto” e “lei”, que também estão associados e remetem aos marcos legais como uma orientação para atuação dos profissionais de Psicologia no âmbito da Política de Assistência Social.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras, que se referem à atuação dos profissionais de Psicologia objetivando efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e. n° 239 , $\chi^2 = 21$

Por exemplo, ah são coisas que tem que cumprir para poder receber o Bolsa Família porque está atrelado a isso. Mas a gente sabe que não é só isso, a intenção e mostrar para eles que são cidadãos, que têm como se desenvolver em diversas áreas, de buscar coisas para eles, não depender só de um cartão

(Psicólogo 10: 30 anos, que atua no CRAS há dois anos, formado há oito anos em instituição pública).

u.c.e. n° 28, $\chi^2 = 10$

Então eu vejo que é muito mais com ações do dia a dia, que a gente pode efetivamente colocar em prática as leis, assim, os direitos deles. Ficou claro? Nunca parei para pensar, sobre isso! Porque o que a gente faz é tão automático, que, sei lá, é difícil explicar (Psicólogo 1: 32 anos, que atua no CRAS há um ano e oito meses, formado há quatro anos em instituição pública)

Através dos conteúdos das u.c.e's apresentadas e das palavras e radicais típicos dessa classe, percebe-se que alguns profissionais de Psicologia em sua prática na Política de Assistência Social buscam efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes por meio de articulação com outros Serviços e Programas tanto das Políticas de Assistência Social quanto de outras políticas, bem como por meio de informações e orientações acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal, tentando, também, fazer com que as famílias tanto cumpram as condicionalidades do PBF, quanto compreendam a repercussão de tal programa em longo prazo.

Vale destacar que, quando os profissionais de Psicologia foram questionados acerca de sua contribuição para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, foi unânime uma reação de surpresa, e a partir do momento que eles paravam para pensar e falar sobre sua atuação foi possível ressignificá-la, como pôde ser visualizado

na u.c.e nº 28. Foram destacados, também, por parte dos profissionais de Psicologia, os riscos aos quais eles estão expostos nessa tentativa de efetivar os direitos sociais das crianças e dos adolescentes e a dificuldade com as quais se deparam nessa tentativa de fazê-lo, uma vez que, na grande maioria das vezes a violação dos direitos são decorrentes de aspectos macroeconômicos, sociais e políticos, que interferem na dinâmica familiar e comunitária, repercutindo na forma como os sujeitos percebem e interagem com profissionais que tentam intervir nessa realidade.

Classe 4 – Concepção acerca da infância e adolescência

Como pode ser observado na Figura 7, a classe “*Concepção acerca da infância e adolescência*”, foi composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 34$ (infância) e $\chi^2 = 5$ (aprend). Essa classe foi estruturada com o número mínimo de u.c.e igual a 85, correspondente a 40% do total, sendo composta por 50 palavras analisáveis. As variáveis-atributos que mais contribuíram com esta classe foram: profissionais que não apresentavam outro vínculo empregatício; os sujeitos onze e oito; profissionais que trabalhavam na Política de Assistência Social no intervalo de dois a três anos; e que tinham outro vínculo empregatício tanto em outro CRAS, quanto em um CAPS.

O participante onze refere-se a um profissional de Psicologia de 32 anos, formado há oito anos em uma faculdade particular. O mesmo trabalha em um CRAS há quatro anos e acumula outros três vínculos empregatícios, sendo eles em CREAS, num CAPS e uma faculdade particular, como docente. Já o participante oito refere-se a um profissional de Psicologia de 30 anos, formado há oito anos em uma universidade

pública. Esse profissional trabalha exclusivamente no CREAS e está a um ano trabalhando nesse serviço de média complexidade da Proteção Social.

A partir do dendograma apresentado na Figura 6, pode-se perceber que a palavra “infância” apresentou maior valor do χ^2 (34) desta classe. O que faz dela a mais representativa, seguidas dos radicais “adolescen” ($\chi^2 = 34$), e das palavras “fase” ($\chi^2 = 23$), “mundo” ($\chi^2 = 15$) e “humano” ($\chi^2 = 13$). O que demonstra o grau de relevância dos mesmos para esta classe.

Em relação ao significado emergido nesta classe pelas u.c.e’s e o Dendograma, observa-se que as palavras “fase”, “período”, “momento” associados e remetem a um aspecto temporal do desenvolvimento humano. Havendo também uma associação entre as palavras “infância” e “adolescência”, por serem entendidas como fases desse desenvolvimento.

Há algumas conexões importantes entre as referidas palavras, que se referem às concepções dos profissionais de Psicologia acerca da infância e adolescência, o que pode ser visualizados a partir das u.c.e’s a seguir:

u.c.e. n° 232, $\chi^2 = 16$

Adolescência também é um processo de desenvolvimento, uma fase de mudanças, com crises naturais, né [sic]? E que também aí vai depender da infância para que ele esteja naquele ponto, e aí, né [sic]? (Psicólogo 10: 30 anos, atua no CRAS há dois anos, formado há quatro anos em instituição privada).

u.c.e. n° 6, $\chi^2 = 15$

De novo os dois lados (referindo-se tanto a uma visão pessoal quanto uma acadêmica). *Não, mas agora eu estou falando sério, adolescência é um momento de transição da vida adulta, cheia de compromisso, é uma fase de perdas, porque ele tá perdendo toda aquela atenção de criancinha, que tinha aquela atenção exclusiva dos pais* (Psicólogo1: 32 anos, atua no CRAS há um ano e oito meses, formado há quatro anos em instituição pública).

Através dos conteúdos das u.c.e's apresentadas e dos radicais típicos dessa classe, percebe-se que os profissionais de Psicologia concebem a infância e adolescência a partir de uma perspectiva naturalizante e generalista, o que se identifica, de uma forma mais clara, por meio das percepções desses profissionais acerca da adolescência; considerada pelos profissionais de Psicologia como uma fase de transição, como sendo complicada, marcada por crises, perdas e rebeldia. Vale destacar que dos onze profissionais de Psicologia entrevistados apenas uma chamou atenção para repercussão das questões de ordem social e cultural como sendo aspectos importantes para se compreender tanto a infância, quanto a adolescência.

Diante do exposto, podem-se observar na Figura 6, os três *subcorpos* apresentados no tema Infância, Adolescência e Direitos. O primeiro deles, formado pelas classes 1 (*Violação dos direitos*) e 2 (*Dinâmica da família das crianças e dos adolescentes*), apresenta associação entre as classes, por estas descreverem os direitos violados das crianças e dos adolescente e como esta violação está relacionada com a dinâmica familiar desses sujeitos. A partir desta primeira divisão, forma-se o segundo *subcorpos* com a classe 3 (*Atuação dos profissionais de Psicologia*), a qual discorre sobre como se dá a atuação do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de

Proteção Social no âmbito da Assistência Social frente a essa violação dos direitos e junto às famílias. O terceiro *subcorpos* é formado com a classe 4 (*Concepção acerca da infância e adolescência*), que apresenta a forma como os profissionais de Psicologia entendem essas duas categorias: infância e adolescência, concepção esta que repercute na forma do profissional interagir com esses sujeitos e seus familiares.

Por meio das análises sobre a temática infância, adolescência e direitos podem-se destacar alguns elementos necessários à reflexão do objeto de estudo proposto nesta tese. Observa-se, de modo geral, que os profissionais de Psicologia que atuam na Política de Assistência Social identificam vários direitos das crianças e dos adolescentes que estão sendo violados e sinalizam para uma atuação pautada numa perspectiva de efetivação desses direitos por meio de intervenções psicossociais. Por outro lado percebe-se, configurar-se, na fala dos profissionais de Psicologia, uma concepção naturalizante, universalista e descontextualizada acerca da infância e adolescência, o que denota uma dificuldade por parte desses profissionais em compreender o desenvolvimento humano a partir da realidade objetiva na qual os sujeitos estão inseridos, subestimando influência de questões sócias, culturais, econômicas e políticas nesse processo, o que pode estar relacionado com o fato de os profissionais considerarem as famílias das crianças e dos adolescentes como um dos aspectos que dificulta sua atuação.

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO: GESTORES DAS POLÍTICAS DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATUAÇÃO DA

PSICOLOGIA

Esta tese teve como objetivo geral analisar a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Com o propósito de atingir tal objetivo, considerou-se imprescindível analisar concepção dos gestores das Políticas de Assistência Social acerca dessa atuação. Dessa forma, buscou-se, especificamente: identificar o perfil dos gestores das políticas de Assistência Social do Cariri cearense; conhecer concepção dos gestores, das políticas de Assistência Social, acerca do papel do profissional de Psicologia, nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, em torno da infância e adolescência.

Estima-se que tais objetivos foram alcançados. No presente capítulo, procurou-se discutir os resultados relativos a esses objetivos específicos apresentados no parágrafo acima.

5.1 – Perfil dos Gestores

A partir dos dados biossociodemográfico dos gestores, percebe-se que o tempo que os mesmos ocupavam tal cargo na Política de Assistência Social variou de um a quatro anos. Levando em consideração o fato de as entrevistas terem sido realizadas pouco mais de um ano após as eleições municipais, percebe-se que permaneceram nos respectivos cargos, apenas aqueles gestores que trabalhavam para prefeitos que foram reeleitos.

Tal dado empírico que evidencia uma rotatividade no cargo de gestor em função da transição de partido à frente dos municípios decorrente de processo eleitoral. O que corrobora constatação de Yamamoto e Oliveira (2010), referente às condições de

trabalho nas Políticas de Assistência Social, uma vez que tais autores caracterizam esse trabalho como sendo marcado por alta rotatividade de profissionais, baseadas em vínculos de “confiança”, ao invés de competência. Sobre essa questão, Medeiros (2011) alerta para o fato de a rotatividade, normalmente, implicar perda de pessoas estratégicas, o que gera fator de ruptura e, conseqüentemente, prejudica a eficiência organizacional.

Identificou-se, também, que um gestor da Política de Assistência Social não apresentava formação superior completa. E que apenas um gestor tinha realizado pós-graduação na modalidade de especialização relacionada com a Política de Assistência Social. O que denota certo despreparo de alguns gestores para ocuparem o cargo em questão. Tal afirmação ganha mais consistência quando se leva em consideração o fato de terem negado-se a participar do presente estudo, seis dos onze representantes dos municípios que compõem o Cariri. Pois tais gestores indicaram um técnico para ser o alvo das entrevistas, por considerarem que o profissional indicado poderia “falar melhor” sobre as Políticas de Assistência Social daquele município.

5.2 – Concepções dos Gestores acerca de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social

A partir dos resultados acerca das concepções dos gestores das Políticas de Assistência Social em relação com o papel do profissional de Psicologia na Proteção Social Básica da Política de Assistência Social, que contemplam, direta ou indiretamente, crianças e adolescentes, percebe-se que sobressai concepção de uma atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante* (Acompanhamento, Atendimento psicológico, Escuta/acolhida, Aconselhamento e

Avaliação psicológica), seguida de uma atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial* (Fortalecer Vínculo Familiar e Comunitário, Evitar violação de direitos, Conscientizar e Encaminhar). O que corrobora o estudo de Alberto et al (2008), na medida em que tais autoras identificaram que o papel do psicólogo, na perspectiva dos responsáveis pelas entidades que atuam junto às crianças e aos adolescentes, ainda é o de técnico que só atua do ponto de vista do conhecimento específico, sem considerar a criança e o adolescente como sujeitos de sua história, como sujeitos de direitos, protagonistas.

O fato de sobressair concepções de atuações dos profissionais de Psicologia pautadas em tecnologias da clínica numa perspectiva individualizante, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, em detrimento da concepção de uma atuação da Psicologia pautada na promoção e garantia dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes. Dista do proposto pelas diretrizes para a atuação dos profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social (CFP & CFSS, 2007; CFP, 2008; CFP, 2009a; CFP, 2009b).

Tais referências técnicas consideram que a atuação dos profissionais de Psicologia deve ocorrer de forma diferenciada em relação com modelo clínico tradicional. Recomendam que o profissional de Psicologia trabalhe com a coletividade, com os grupos, não apenas a partir da perspectiva do indivíduo, entendendo o sujeito em sua integralidade, enquanto um todo indissociável da situação em que vive. Devendo a atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social ocorrer por meio de atuação interdisciplinar, podendo-se atender a crianças, adolescentes e adultos, de forma individual e/ou em grupo. Sendo que deve ser priorizado o trabalho coletivo, possibilitando encaminhamentos psicológicos quando necessário, e desenvolvendo métodos e instrumentais para atendimento e pesquisa com um olhar para o grupo familiar (CFP,

2011b).

Gonçalves (2010) acrescenta que a Psicologia deve partir das demandas da realidade social, por meio de uma perspectiva histórica, procurando a desnaturalização dos fenômenos sociais, norteadas por uma perspectiva de transformação da sociedade. Esse enfoque psicossocial também é prescrito pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2009), uma vez que orienta que os profissionais de Psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS, mas sim “fazer encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde, quando necessário” (BRASIL, 2009, p.62). Considera-se, dessa forma, que a concepção dos gestores da Política de Assistência Social acerca do papel dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Básica, está ligada a uma visão estereotipada de Psicologia, que limita a atuação a um modelo clínico, individualizante. O que restringe possibilidades outras de contribuição da Psicologia, fazendo com que uma atuação numa perspectiva psicossocial fique em segundo plano.

Quando os gestores das Políticas de Assistência Social concebem atuação numa perspectiva psicossocial, ideia de o profissional de Psicologia contribuir no sentido de os usuários da política de Assistência Social desenvolverem uma perspectiva mais protagônica, autônoma, fica em terceiro plano, uma vez que sobressai, uma atuação mais relacionada a um controle social, por meio das categorias Fortalecer Vínculo Familiar e Comunitário e Evitar violação de direitos. Vale destacar que, por mais que as questões norteadoras das entrevistas semiestruturadas fossem relacionadas ao papel da atuação do profissional de Psicologia frente às crianças e aos adolescentes, as falas dos gestores das Políticas de Assistência Social abordaram concepções relacionadas a uma atuação voltadas para os pais e outros adultos das comunidades referenciadas pelo CRAS.

O fortalecimento do vínculo familiar e comunitário, que os gestores das Políticas de Assistência Social referiram-se ao longo das entrevistas, é apontado pelo MDS (2009), como sendo um dos objetivos da Proteção Social Básica. No entanto, na medida em que, por meio das falas dos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, não se evidencia expectativa de uma atuação dos profissionais de Psicologia pautadas, também, no desenvolvimento e aquisições de potencialidades por parte das crianças e dos adolescentes, com o propósito de prevenir as situações de risco, percebe-se concepção de atuação dos Profissionais de Psicologia norteadas pelo controle social das crianças e dos adolescentes, por meio da família. Buscando-se, apenas, prevenir as violações dos direitos desses sujeitos. Sobre essa questão, Hillesheim e Cruz (2009) consideram que prevenir é, antes de tudo, vigiar, ou seja, antecipar o surgimento de acontecimentos indesejáveis naquelas populações definidas como portadoras de risco. Sendo a noção de risco, aliada ao esforço de por ordem em uma sociedade, numa perspectiva de responsabilização, na qual o risco deve ser gerenciado.

Evidencia-se, portanto, a partir dos resultados encontrados por meio dos depoimentos dos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, que eles consideram que os profissionais de Psicologia podem contribuir resolvendo conflitos intrafamiliar, melhorando dinâmica dessas famílias. Por entenderem que, dessa forma, reduz-se ou anula-se os riscos aos quais as crianças e os adolescentes estão submetidos, sobretudo quando os gestores das Políticas de Assistência Social levam em consideração a problemática da drogadição e do tráfico de entorpecentes. Por considerarem que, dessa forma, evitam que essas crianças e adolescentes venham a se tornar um risco para a sociedade. No entanto, nessa perspectiva dos gestores, reduzir ou anular esse risco para a sociedade é controlar, o que faz com que estes concebam os profissionais de Psicologia como um técnico responsável por exercer esse controle

sobre as crianças, sobre os adolescentes e suas respectivas famílias.

Identifica-se, assim, que paradigma de direito não vem sendo completamente efetivado, uma vez que se busca apenas controlar as sequelas decorrentes das questões sociais, que se manifestam por meio das violações dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, distancia-se de uma perspectiva de proteção, de direito e cidadania, preconizados por meio da Constituição Federal, da doutrina de proteção integral do ECA e da Política Nacional de Assistência Social. O que pode implicar ações de caráter paliativo, assistencialista, como aponta Faleiros (2011). Ou em ações dispersas e de baixo alcance, como chama atenção Sales (2010). Comprometendo-se, assim, o paradigma educativo e de direitos que começou a ser implementado a partir do final da década de 1980 nas políticas voltadas para as crianças e para os adolescentes (Faleiros, 2011).

Considera-se que essa concepção dos gestores da Política de Assistência Social acerca do papel dos profissionais de Psicologia, reduzindo-a a uma perspectiva clínica individualizante, é fruto da consciência dos mesmos. Sendo a consciência entendida no presente estudo como integrada e multideterminada, marcada por uma processualidade constante. E constituída a partir da interação destes profissionais com questões objetivas mediadas pela atividade de trabalho, levando-se em consideração como cada gestor a partir de sua história, marcada pela singularidade, configura a realidade social.

Dessa forma, o entendimento dos gestores de que o papel do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, em torno da infância e da adolescência, configura-se fundamentado numa perspectiva clínica individualizante, distante de uma perspectiva de efetivação dos direitos, foi constituída a partir da realidade social que compartilha da concepção de profissional de Psicologia como um profissional liberal que atende individualmente em consultórios

particulares. Sendo a constituição desses sujeitos um processo e a consciência, um sistema integrado, determinada pelas condições sociais e históricas, em um processo que converte produções simbólicas em construções singulares, por meio de uma relação dialética. Pois, como afirmara Vigotski (2008), todo fluxo do desenvolvimento humano vai do social para o individual.

Levando-se em consideração essa constituição dos sujeitos, como chama atenção Aguiar (2011), cada um configura a realidade social de uma forma particular, a partir de sua história de vida - que também é social, na medida em que se constrói com outros, demarcada em um contexto e tempo histórico - e tal configuração pode ocorrer “sem desconstruir velhas concepções calcadas em preconceitos, visões ideologizadas, fragmentadas, de modo a não se apreender o novo com toda a novidade que pode conter” (p. 108). Os gestores das Políticas de Assistência Social reproduzem, portanto, expectativa de uma tradição classificatória e adaptativa que vinha sendo hegemonicamente desenvolvida na Psicologia por meio de um modelo clínico individualizante. No entanto, o fazem pensando a atuação da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas, como chamara atenção Bettoi (2003), numa espécie de tentativa de levar a psicoterapia para os mais pobres. Em detrimento da concepção de uma atuação psicossocial, pautada numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais e desenvolvimento do protagonismo e autonomia das crianças e dos adolescentes.

Considera-se, assim, que essa concepção dos gestores acerca da atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social, no âmbito da Assistência Social junto às crianças e aos adolescentes por meio da Proteção Social Básica, não emergem das profundezas de indivíduos singulares, com uma força interior, autodeterminada (Delari Junior, 2000). Mas sim, constituem-se por meio das relações sociais das quais emergem processos de singularização, sendo resultado das práticas sociais, históricas e

culturalmente situadas. Concepções essas que, quando relacionadas à atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Especial ganham outro contorno, apesar de manter mesma essência, conforme será apresentado a seguir.

5.3 – Concepção dos Gestores acerca de atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social

No que se referem às concepções dos gestores das Políticas de Assistência Social em relação com a atuação dos profissionais de Psicologia na Proteção Social Especial, que contemplam, direta ou indiretamente, crianças e adolescentes, percebe-se que sobressai uma perspectiva de uma atuação *Pautada numa perspectiva psicossocial* (Encaminhar, Acompanhar casos, Atividades socioeducativa, Organizar e facilitar grupos, Conscientizar, Identificar violação de direitos e Solucionar problemas), seguida de uma atuação *Fundamentada em tecnologias oriundas de um modelo clínico individualizante* (Acolhida). Digno de nota o fato de haver, aqui, predomínio de uma perspectiva psicossocial, ficando em segundo plano, concepção de uma atuação pautada numa perspectiva individualizante.

Levando-se em consideração o fato de predominar, na Proteção Social Especial, concepção de que a atuação dos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes deve dar-se numa perspectiva psicossocial, considera-se que a mesma aproxima-se, em parte, do prescrito pelo CFP (2011b). No entanto, mais uma vez, uma perspectiva promotora de protagonismo social e autonomia por parte das crianças e dos

adolescentes não têm destaque nessa atuação psicossocial, ficando a categoria conscientizar em quinto plano.

O fato de esta atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, numa perspectiva promotora de protagonismo social e autonomia por parte das crianças e dos adolescentes, ficar em quinto plano, na perspectiva dos gestores das Políticas de Assistência Social, diverge do entendimento de Saadallah (2007). Pois a autora considera que a atuação da Psicologia no contexto das Políticas Públicas, deve valorizar o protagonismo social e a construção da autonomia dos sujeitos atendidos. Concepção esta também compartilhada pelo CFP (2011b), que destaca que as intervenções da Psicologia podem ser realizadas por meio de várias estratégias, como oficinas, encontros, orientações, entre outros, devendo-se priorizar ações coletivas, com o propósito de viabilizar espaços de expressão, autonomia e protagonismo, promovendo cidadania e direito. Intervenções estas realizadas com o objetivo de enfrentar e superar situações de violação de direitos, identificando o campo de trabalho como lugar de expressão da realidade social.

Percebe-se, dessa forma, que falta clareza, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social, acerca da atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, mesmo se tratando de sujeitos responsáveis por tal política na esfera dos municípios em questão. E como chama atenção Toassa (2006), perceber de modo diferente significa, também, ganhar novas possibilidades de agir. Com esse propósito o CFP (2011b), em documento destinado aos gestores das Políticas de Assistência Social, chamou atenção para importância da atuação da Psicologia estar sempre pautada em uma perspectiva psicossocial, ampliando olhar e campo de intervenção, pois tal atuação parte do

pressuposto de que, embora o sofrimento seja vivido pelo indivíduo, sua gênese é social, está na intersubjetividade. Necessitando, portanto, de se ter essa clareza, na forma de compreender a pobreza e na maneira de atuar sobre ela.

Nesse sentido, aponta-se para a importância da Psicologia na construção de espaços de organização social e familiar de modo a contribuir para a quebra dos ciclos de vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos, as redes de apoio social e a autonomia dos sujeitos. Pois diante da vulnerabilidade, a maneira de intervenção, implica promoção e o fortalecimento no desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, criando oportunidades para que eles sejam participantes ativos, deixando a situação de vulnerabilidade a qual se encontram. Por isso, a importância do psicólogo estudar e conhecer a necessidade desta população (CFP, 2008).

O entendimento é de que a Psicologia deve nortear-se pela compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão, e pelo respeito à ética nas relações com os usuários (CFP, 2011b). Assumindo, assim, os profissionais de Psicologia uma postura mais comprometida com a efetivação dos direitos sociais dos usuários, garantindo espaço para participação desses sujeitos nas Políticas de Assistência Social, pois as Políticas Públicas podem ser entendidas como um campo em disputa, já que foram constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica, quanto ao protagonismo proletário, conforme destacara Netto (2011).

Apesar de o tema em questão ser atuação dos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, novamente, as falas dos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense giraram em torno de intervenções voltadas para os adultos. Pela ênfase atribuída, ao longo das entrevistas semiestruturadas, para a atuação

dos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, considera-se que o fato de os gestores direcionarem suas falas para as intervenções realizadas pelos profissionais de Psicologia voltadas para adultos, reflete uma carência de atividades voltadas para tais sujeitos. O que corrobora as constatações de Sales (2010), na medida em que o autor, analisando as políticas destinadas às crianças e aos adolescentes, considera-as dispersas e de baixo alcance.

Levando-se em consideração tanto esse direcionamento das ações para os adultos, bem como concepção de atuação da Psicologia distante de uma perspectiva de efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, por parte dos gestores das políticas de Assistência Social. Considera-se que a política em questão, apesar de poder ser entendida como conquistas parciais e significativas para a classe operária e o conjunto de trabalhadores, por meio de avanços no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania, conforme destacou Sposati (2011). Não tem possibilitado alcançar ganhos plenos, sobretudo quando se pensa, tanto a realidade socioeconômica das crianças e dos adolescentes usuários de tal política, quanto a visão que se tem de crianças e adolescentes como ingênuos ou incapazes, bem como quando se analisa a Política de Assistência Social como um processo e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (Behring & Boschetti, 2011).

Essas relações que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil, serão melhor evidenciadas, a partir das falas dos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, acerca das dificuldades que os mesmos encontram na tentativa de implementar a política em questão. Tais aspectos serão abordados na seção seguinte.

5.4 – Dificuldades nas Políticas de Assistência Social

Conforme sinalizado no capítulo anterior, por mais que não houvesse esse direcionamento nas questões norteadoras do estudo, apenas um dos gestores entrevistados, não abordou ao longo das entrevistas, aspectos que repercutem negativamente na Política de Assistência Social. Os resultados encontrados evidenciam aspectos que vão, desde limitação de recursos destinados às Políticas de Assistência Social, até interesses político-partidários, que repercutem no processo seletivo dos profissionais que atuam nas Políticas de Assistência e na forma como esses atuam. Esses aspectos que dificultam funcionamento da política em questão, na concepção dos gestores das Políticas de Assistência Social, também passam pela postura tanto dos profissionais, quanto dos usuários. Bem como por um mau funcionamento da rede socioassistencial.

A partir dos resultados referentes aos recursos destinados às Políticas de Assistência Social, percebe-se que os gestores de tal política do Cariri cearense, consideram que o orçamento destinado é insuficiente. Levando-os a reduzir carga horária de alguns profissionais, dentre eles o de Psicologia, como estratégia de contenção de gastos por parte dos municípios. Sendo identificados casos em que a carga horária do profissional de Psicologia não totaliza 20 horas semanais. Dados semelhantes a estes também foram identificados por Cruz (2009). Essa reduzida carga horária pode ser considerada “uma armadilha para a gestão, pois gera ausência de vínculos, fragiliza o serviço e produz problemas administrativos” (CFP, 2011b, p. 23).

Sobre essa questão a NOB-RH/SUAS (2011) recomenda que seja previsto, em cada esfera de governo, recursos próprios nos orçamentos, especialmente para a realização de concursos públicos e para o desenvolvimento, qualificação e capacitação dos trabalhadores. Bem como, que seja assegurada uma rubrica específica na Lei Orçamentária, com a designação de Gestão do Trabalho, com recursos destinados especificamente para a garantia das condições de trabalho e para a remuneração de trabalhadores concursados nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.

No entanto, o que se evidencia, a partir das falas dos gestores das Políticas de Assistência Social, é uma impossibilidade de contratar mais profissionais, por mais que haja demanda para tal. O que repercute negativamente nos serviços oferecidos aos usuários, tanto limitando a quantidade de crianças, adolescentes e famílias atendidas, quanto comprometendo a qualidade dos serviços oferecidos. Alguns autores (Viana & Levcovitz, 2005; Macedo, 2007; Yamamoto, 2007), consideram ser esse um dos impactos decorrentes de um programa neoliberal, que vem desmontando as estruturas produtivas e executoras de Políticas Públicas do aparato estatal reduzindo cobertura e seu grau de eficácia. Pois, mesmo diante do quadro de miséria e violência que vivenciamos no país, as perspectivas atuais apontam para a redução do gasto público destinado às políticas sociais (Paiva & Yamamoto, 2010). O que evidencia o Estado, como instância da política econômica do monopólio, guardião da ordem do capital.

Sobre esse comprometimento na qualidade de serviços oferecidos à população, por meio das Políticas de Assistência Social, Yamamoto e Olivera (2010), analisando a transferência da responsabilidade pela oferta de serviços aos níveis locais do governo, consideram estar havendo um processo de precarização e focalização da política, haja visto serviços deteriorados e sem financiamento, bem como corte de natureza

discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da “condição de pobreza”.

Diante dessa conjuntura e devido à profunda desigualdade de classes, no contexto brasileiro, as Políticas de Assistência Social não são de acesso universal, conforme apontam alguns autores (Faleiros, 2004; Gonçalves, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010). Podendo tais políticas ser caracterizadas como políticas que tem como alvo certas categorias específicas da população, segundo critérios clientelísticos e burocráticos. Continuando a Política de Assistência Social marcada como uma política “pobre” voltada aos mais pobres (Yamamoto & Oliveira, 2010). Tais autores acrescentam que os investimentos, além de insuficientes, são mal aplicados, dessa forma consideram que as políticas são fragmentadas e sem a articulação necessária para efetivamente retirar os indivíduos da situação de pobreza. Uma vez que, como considera Yasbek (2004), deixa-se lado as questões estruturais vinculadas à situação de pobreza para priorizar práticas de caráter eminentemente assistencialista.

Outros aspectos, elencados pelos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, como limitadores da política em questão, referem-se à postura tanto dos familiares dos usuários, quanto dos próprios profissionais de Psicologia. No que se referem às posturas dos profissionais de Psicologia, os gestores chegaram ao ponto de fazer denúncias graves relacionadas com posturas antiéticas, ao consideram que alguns profissionais de Psicologia, por atuarem em municípios de pequeno porte, nos quais grande parcela da população se conhece, têm dificuldade em garantir sigilo frente aos casos com os quais se deparam. Chamaram, também, atenção para o fato de alguns profissionais de Psicologia, por morarem e trabalharem em outros municípios, não cumprirem carga horária, apesar de a mesma ser reduzida.

Esse descumprimento da carga horária também foi identificado por Macedo (2007), analisando atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas de Assistência Social e da Saúde em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. O autor explica tal questão a partir de uma precarização das condições de trabalho do profissional de Psicologia, considerando que esses profissionais, ao invés de se mobilizarem e reivindicarem por melhoria, acabam por firmar acordos que trazem apenas benefício próprio, ou parte deles tentam dividir seu tempo atuando na iniciativa privada, em outros equipamentos da Política de Assistência Social, ou em equipamentos de outras políticas, como uma estratégia para complementar renda.

Os gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, também destacaram a formação que os profissionais de Psicologia tiveram acesso, com sendo outro fator que faz com que os mesmos tenham uma contribuição limitada na efetivação da Política de Assistência Social. Essa limitada formação que os profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência tiveram acesso, também foi identificada por Dimenstein (2000), Fonseca e Ozella (2010), Macedo (2007) e Spink (2007).

No caso da postura das famílias dos usuários, identifica-se um processo de responsabilização da família, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social. Revelador dessa questão é o fato de os gestores relatarem ter que adotar ações com caráter caritativo e assistencialista, como uma estratégia para fazer com que as famílias participem das atividades desenvolvidas pelos CRAS e pelos CREAS, alegando que se não adotarem tal postura há reduzida participação das famílias em tais ações.

Sobre essa questão, Cruz (2007) considera que sujeitos pobres, pouco acessam a assistência social para garantir seus direitos e muitas vezes se colocam na situação de

“pedintes”. No entanto, considera-se que o comprometimento de postura mais protagonista e reivindicatória, por parte destes usuários, pode estar mais relacionado com a pouca organização e capacidade de resistência das classes subalternas, conforme apontado por Yamamoto (2009).

Frente a tal análise acerca da postura dos familiares das crianças e dos adolescentes usuários das Políticas de Assistência, percebe-se, que há não uma preocupação, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social, em instigar os profissionais para que os mesmos realizem análise investigativa, com o propósito de entender o porquê da pouca participação das famílias nas atividades realizadas, ou mesmo de analisar grau de pertinência dessas atividades, levando em consideração as demandas dos usuários. Esse desconhecimento da realidade concreta na qual atua pode comprometer a eficácia das ações postas em prática pelos profissionais de Psicologia, pois, como chamam atenção alguns autores (Bernardes, 2006; Bock, 2009; Coimbra, 2001; Dimenstain, 2003; Macedo, 2007; Silva, 2005; Yamamoto, 2009), a atuação da Psicologia no contexto das Políticas Públicas não deve limitar-se a uma ação que seja estritamente técnica, deve ser sim dotada de um aspecto crítico, reflexivo, investigativo e, acima de tudo, político.

Outro aspecto que pode comprometer as ações postas em prática pelas equipes, tanto do CRAS, quanto dos CREAS, refere-se à falha na rede socioassistencial. Esse foi outro fator abordado pelos gestores das Políticas de Assistência Social como sendo um empecilho. O que corrobora constatação de Freire (2012) acerca da falta de articulação com o sistema de defesa, na rede de proteção e garantia dos direitos dos CREAS no estado da Paraíba, bem como os estudos de Andrade e Romagnoli (2010), Leonardoni, Gimenes, Santos e Nozabielli (2006) e do CFP (2009). Sobre essa questão Cruz e

Guareshi (2009), consideram que, caso a integração da rede não se efetive, corre-se o risco de se ter mais um sistema que só fica bonito no papel. Ficando comprometida a proposta da Política de Assistência Social.

Percebe-se, também, a partir dos resultados que emergiram por meio dos depoimentos dos gestores, que, em alguns municípios do Cariri cearense, a Política de Assistência Social continua sendo considerada, peça fundamental de um jogo cujo objetivo principal é perpetuar um determinado grupo político no poder. O que se evidencia tanto pelo clientelismo nas escolhas dos profissionais que atuam nas Políticas de Assistência Social, quanto pelo pouco empenho em implementar novos programas e projetos, apesar de haver demanda para tal, bem como pelo estímulo a prática assistencialista, por parte de alguns prefeitos. Tal constatação corrobora achados de Barros (2007), na medida em que este identificou existência de interesses eleitoreiros, que segundo autor, interferem no trabalho do profissional de Psicologia no CRAS, que pode implicar obliteração de canais efetivamente dialógicos com os atores sociais.

Sobre a forma por meio da qual os profissionais de Psicologia são contratados para atuarem na Política de Assistência Social, a partir dos resultados encontrados por meio das entrevistas com os gestores, percebe-se que, diferentemente do que a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS, 2011) recomenda, o acesso à carreira de profissional de Psicologia dos CRAS e dos CREAS, no Cariri cearense, não está condicionado à aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Uma vez que apenas dois profissionais, dos onze que participaram do estudo, eram concursados. O que evidencia que os municípios, representantes do Estado, contribuem para limitar o alcance e a qualidade dos serviços oferecidos por meio das Políticas de Assistência Social.

Dados semelhantes a estes foram encontrados por Freire (2012), Ribeiro (2010), Yamamoto (2003) e também estão de acordo com estudo realizado pelo CREPOP (2010). Destaca-se, dessa forma, a falta de concursos públicos efetivos para os profissionais de Psicologia na Política de Assistência Social, como uma fragilidade de tal política. Uma vez que denota certa insegurança dos profissionais que trabalham nos CRAS e CREAS.

Essa falta de estabilidade no trabalho dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, associada aos limitados recursos, reduzida carga horária, limitada formação dos profissionais e falha na rede de atendimento socioassistencial, comprometem a qualidade dos serviços disponibilizados para os usuários de tal política. Contribuindo para permanência de caráter assistencialista na Política de Assistência Social.

As Políticas Públicas, resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. São constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo proletário (Netto, 2011). Essas lutas e as confluências dos protagonistas, segundo o autor, não se encerram na formulação, uma vez que a implementação das políticas sociais é outro campo de tensões e alianças, no qual frequentemente jogam papel não desprezível categorias técnico-profissionais especializadas (Netto, 2011). O que reforça importância de uma dimensão política na atuação dos profissionais de Psicologia.

Considera-se, portanto, que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, a Política Nacional de Assistência Social de 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, representaram grandes conquistas para a classe

trabalhadora, por ter criado e fortalecido sistemas de garantia de direitos. No entanto, levando-se em consideração esses aspectos abordados pelos gestores da Política de Assistência Social do Cariri cearense, considera-se que tal política, pouco tem se distanciado do caráter assistencialista, caritativo e higiênico, que vem, historicamente, marcando as políticas voltadas para crianças e adolescentes pobres (Faleiros, 2011; Rizini & Pillotti, 2011; Sales, 2010). O que faz com que tal política, como chama atenção Netto (2011), apenas procure administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica, operando como um vigoroso suporte da ordem sócio-política capitalista; distando-se, dessa forma, das reais necessidades das crianças e dos adolescentes brasileiros usuários da Política de Assistência Social.

Não é o propósito do presente estudo responsabilizar os gestores por tal realidade das Políticas de Assistência Social no Cariri cearense. Pois, além de questões administrativas, questões sociais, culturais, econômicas e políticas, estão envolvidas nessas limitações das Políticas de Assistência Social. De forma que, para pensarmos políticas que contribuam, de fato, para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, entendendo-os como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento e prioridade do Estado, faz-se necessário a criação de condições por meio de reformas e mudanças estruturais, conforme apontou Sales (2010). Sobre essa realidade da Política de Assistência Social, Yamamoto e Oliveira (2010) consideram que o delineamento das políticas de corte contribui sem medida para fazer com que esses problemas e dificuldades ainda sejam múltiplos. Dentre estes limites, os autores destacam a ciência psicológica e a formação de seus profissionais. Tal aspecto será abordado no próximo

capítulo da presente tese, por meio de análise da atuação dos profissionais de Psicologia.

A partir dessas análises, percebe-se que limites decorrentes da própria Política de Assistência Social - decorrentes da postura do Estado, que apesar da pobreza, desemprego e desigualdade, apresenta forte disciplina orçamentária e contenção dos gastos sociais - repercutem diretamente na atuação dos profissionais de Psicologia, reduzindo carga horária, comprometendo as condições de trabalho e o funcionamento da rede socioassistencial. Tal realidade, associada a uma limitada formação acadêmica e expectativa, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social, de uma atuação do profissional de Psicologia, pautada num modelo clínico individualizante. Fazem com que tais profissionais se distanciem das reais necessidades das crianças e dos adolescentes brasileiros usuários da Política de Assistência Social, por meio de intervenções de pouco alcance, uma vez que suas ações estão mais focadas nas famílias das crianças e dos adolescentes, por meio de uma perspectiva tutelar, de controle social. Ao desconsiderarem a realidade concreta das crianças e adolescentes do Cariri cearense, o que eles pensam, o que necessitam, riscos e vulnerabilidades a que estão suscetíveis, distancia-se de uma perspectiva de efetivação dos direitos dessas crianças e adolescentes, sendo, portanto, possível caracterizar essa atuação como uma ferramenta a mais de controle das crianças e adolescentes por meio de intervenções funcionais à lógica do capital.

CAPÍTULO 6

DISCUSSÃO: ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente capítulo propõe-se a analisar a atuação do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O texto encontra-se organizado em cinco seções, em função dos objetivos propostos na presente pesquisa.

6.1- Perfil dos profissionais de Psicologia

Dos onze participantes do estudo, apenas um profissional era do sexo masculino. Essa prevalência de profissionais de Psicologia do sexo feminino atuando na Política de Assistência Social, também foi identificada no estudo realizado por Cruz (2009), Macedo (2007), Ribeiro (2010), e no estudo do CFP e CREPOP (2010). Percebe-se, que apesar de avanços alcançados pela legislação da Assistência Social, situando-a como uma Política Pública, alguns traços de suas raízes permanecem na atualidade, pois essa feminização da Política de Assistência Social remete ao primeiro-damismo da LBA dos anos 1940, que vinculava as mulheres com os problemas sociais por meio de práticas de caridade e ajuda, como estratégia para controlar socialmente a classe trabalhadora.

A idade dos participantes variou de 24 a 55 anos e o tempo de formação, variou de três a 32 anos. A partir das falas percebe-se consonância em relação às dificuldades relatadas pelos profissionais de Psicologia, o que denota que mesmo os profissionais formados recentemente não se sentem aptos para atuarem nessa Política Pública de Proteção Social do âmbito da Assistência Social. O que também foi identificado por Noronha (2003) e Bastos e Gomide (2010). Identificou-se, também, predomínio de formação acadêmica em universidades privadas. Percebe-se que, por meio de uma

lógica neoliberal, o Estado se exime da sua responsabilidade de formar profissionais para intervirem na questão social, transferindo essa responsabilidade para a iniciativa privada.

Por meio dos relatos dos profissionais de Psicologia identificou-se que tanto nas instituições privadas quanto nas públicas continua havendo um direcionamento dos cursos de Psicologia para a área clínica, numa perspectiva individualizante. Considere-se, dessa forma, que alguns aspectos da formação acadêmica em Psicologia parecem não ter acompanhado as mudanças que vêm acontecendo em nossa sociedade e, conseqüentemente, na realidade com que o profissional de Psicologia se depara (Andrade e Romagnoli, 2010; Cruz, 2009; Lima, 2012, Lisboa & Barbosa, 2009; Paiva & Yamamoto, 2010; Silva, Gomes, Meira, & Weise, 2010; Silva, Silva, Brustolin, & Pessini, 2011; Vieira, 2012). Pois a formação acadêmica é um dos aspectos que influencia na postura dos profissionais, limitando ações nortadas por uma perspectiva de efetivação dos direitos dos usuários da Política de Assistência Social, já que as bases de análise e intervenção estão ligadas a tecnologias oriundas de um modelo clínico tradicional, cuja centralidade está no indivíduo, e não nas condições sociais dos usuários da política em questão.

Percebe-se, também, que esses profissionais tentam dividir seu tempo entre a atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social e em outros espaços, pois apenas dois, dos onze profissionais de Psicologia que foram entrevistados, não tinham outro vínculo empregatício. O que também foi identificado por Cruz (2009) e Macedo (2007). Segundo tais autores, por uma lado, tal fato pode ser explicado por uma necessidade, por parte desses profissionais, de complementar a renda mensal, devido aos baixos salários que eles recebem para desenvolver suas funções na Política de Assistência Social. Mas, por outro lado, pode comprometer a qualidade das

ações desenvolvidas, haja vista limitação de tempo tanto para planejar atividades, quanto para realizarem intervenções em parceria com outros profissionais que compõem a equipe do CRAS, CREAS e Casa de Acolhimento.

Percebe-se que os baixos salários, um dos aspectos de um processo de precarização das condições de trabalho nas Políticas de Assistência Social, repercutem diretamente na qualidade dos serviços oferecidos, o que é reflexo do tratamento neoliberal destinado às Políticas Públicas. Nesse sentido Macedo (2007) chama atenção para necessidade de mobilização por parte da categoria em busca de melhoria nas condições de trabalho, em detrimento de acordos locais, por meio dos quais gestores, justificando não ter dotação orçamentária para regularizar os baixos salários dos profissionais de Psicologia, flexibilizam os horários, por meio de um “jogo de faz de contas” que prejudica a população usuária.

No que se referem às especializações realizadas pelos profissionais de Psicologia, apenas um profissional havia realizado especialização direcionada para as Políticas Públicas. Outros estudos (Alberto et al, 2008b; CFP, 2009) também evidenciaram uma busca por qualificar-se por meio de uma formação complementar, recorrendo a cursos de pós-graduação. Sendo que tais profissionais o fazem na área que direcionaram sua formação acadêmica ao longo da graduação.

Sobre essa questão, Cruz (2009) considera que a qualificação profissional se tornou uma exigência, pré-condição para quem deseja ingressar no mercado de trabalho. E acrescenta que tais buscas por especializações têm acontecido de forma desordenada, por entender que falta foco e clareza quanto aos saberes complementares que eles irão precisar para consubstanciar sua vida profissional. No entanto, considera-se que, no caso específico do Cariri cearense, tal questão pode ser explicada pela limitada oferta de cursos de pós-graduação, haja vista fato de haver apenas um curso de Psicologia na

região, o que nem sempre permite aos profissionais formados buscarem formação complementar, por meio de especializações, relacionados com as suas respectivas áreas de maior interesse.

Vale destacar que a área de maior interesse dos profissionais que participaram do presente estudo, apesar de estarem atuando nas Políticas de Assistência Social, não é a política no qual estão atuando. O que somado a uma formação acadêmica que não prepara atuar em tal contexto, haja vista seu foco clínico individualizante, repercute na forma como esse profissional atua. Essa formação dos profissionais de Psicologia será objeto de análise na próxima seção.

6.2 - Formação dos profissionais de Psicologia para atuar nas Políticas de Assistência Social

Conforme apresentado na classe 1 (*Limitadores da atuação do profissional de Psicologia*) do bloco *Atuação dos profissionais de Psicologia*, a formação acadêmica não possibilitou uma formação política e compromisso social aos profissionais de Psicologia, tampouco um norte teórico claro para atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. Tal formação acadêmica explica, em parte, o fato de os profissionais que participaram do presente estudo, ao serem questionados acerca do referencial teórico-metodológico que utilizavam para nortear suas ações profissionais, revelarem não utilizar nenhuma base teórica. O que aconteceu com oito dos onze participantes, sendo que tais sujeitos afirmaram buscar suporte nos referenciamentos técnicos do CFP ou nos marcos legais da Política de Assistência

Social.

Identifica-se, portanto outro limite na formação acadêmica pela falta de articulação entre teoria e prática. Pensando a relação dialética entre teoria e prática, Paiva e Yamamoto (2010) consideram que a Psicologia precisa de um corpo teórico-conceitual consistente e coerente, que fundamente e guie ações dos profissionais. De forma a deixar claro para o profissional de Psicologia de que lugar ele parte e aonde quer chegar.

Essa limitada fundamentação teórico-metodológica, identificada no presente estudo, corrobora constatações de Araújo (2002), Azevedo (2001), Cruz (2009), Pfeiffer e Salvagni (2005) e Silva et al (2011) acerca da necessidade de capacitações especializadas para os profissionais que atuam no âmbito das Políticas Públicas. Catharino (2012), discutindo a formação acadêmica em Psicologia, chama atenção, tanto para a dissociação entre teoria e prática, quanto para a impotência do ensino superior para formar profissionais que prestem serviços à comunidade. Acrescenta que tanto a história quanto a situação atual da Psicologia no Brasil, enquanto ensino e enquanto profissão, encontram as origens de suas dificuldades numa separação entre ciência e técnica. De acordo com esse autor, historicamente, no caso brasileiro, existe uma anterioridade da prática com relação à teoria, verificando-se que a técnica precede o conhecimento.

Considera-se necessário, portanto, que as aprendizagens ao longo da graduação em Psicologia se aproximem das demandas de exercício profissional, que possibilitem formação científica e competências para os profissionais de Psicologia trabalharem com unidades mais complexas, como grupos e organizações, e não apenas indivíduos, como chamaram atenção Bastos, Gondin e Borges-Andrade (2010). De forma a possibilitar ações, por parte dos profissionais de Psicologia, pautadas numa análise das relações

política, ética, econômica, social e de poder das realidades com as quais trabalha, identificando a dimensão subjetiva dessas. Partindo-se da compreensão das crianças, dos adolescentes e dos familiares destes como sujeitos de direitos. Buscando-se compreender o processo histórico em que as crianças, adolescentes e as famílias destes se constituem, de forma a ressignificar o papel dos sujeitos na direção da autonomia e participação nos processos políticos e na resolução das dificuldades vivenciada. No entanto, o direcionamento da formação acadêmica não oferece tal suporte. E o Estado não supre essa carência da formação acadêmica por meio das capacitações que disponibilizam para esses profissionais atuarem nas Políticas de Assistência Social.

Em relação ao direcionamento da formação acadêmica, oito apontaram a área Clínica e três para área Organizacional e do Trabalho. Profissionais de Psicologia trabalhando nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência social, cujas formações acadêmicas foram direcionadas, predominante, para área clínica, também foram identificados por Andrade e Romagnoli (2010), Cruz (2009), Lima (2012), Freire (2012), Paiva e Yamamoto (2010). Questões de interesses pessoais do profissional de Psicologia, em consequência de um anseio por atuar na área clínica, bem como questões institucionais, haja vista predomínio de estágios e disciplinas na área clínica, deram esse direcionamento na formação acadêmica dos participantes do presente estudo. Conforme pode ser visualizado na Classe 2 (*Possibilidades da formação acadêmica*) e 4 (*Direcionamento da formação acadêmica*) do bloco *Formação dos profissionais de Psicologia*. Vale destacar que apenas dois profissionais revelaram terem tido contato, ao longo da graduação, com a Política de Assistência Social.

Dessa forma, alguns dos profissionais de Psicologia que estão atuando nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, não apresentavam interesse tampouco foram formados para atuar em tal contexto. Constatase, portanto, que a formação em Psicologia mesmo atualmente disponibilizando uma formação generalista, continua se voltando, predominantemente, para a área clínica. Como considera Noronha (2003), quando não, volta-se principalmente para a prática organizacional e escolar. O que se percebe é que o que é aprendido na graduação não oferece subsídios suficientes para atuação dos profissionais em diferentes contextos (Carvalho & Sampaio, 1997). Além de não atender às demandas com as quais os profissionais se deparam, o que Cruz (2009), Martinez (2009), Lisboa e Barbosa (2009), Paiva e Yamamoto (2010), Yamamoto e Oliveira (2010) e Vieira (2012) também constataram.

Percebe-se que a formação acadêmica não tem assegurado uma formação baseada nos princípios e compromissos das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia (2004). Sobretudo quando se levam em consideração as diretrizes relacionadas à formação acadêmica que possibilite tanto a compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais, quanto uma atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos.

Diante dessa realidade da formação acadêmica, alguns dos profissionais que participaram do estudo, relataram terem tido acesso a capacitações, oferecidas com o propósito de disponibilizar subsídios para que os profissionais de Psicologia pudessem atuar nas Políticas de Assistência Social. Capacitações essas oferecidas tanto pelo MDS quanto pelos gestores municipais. No entanto, quando os participantes do estudo foram

solicitados a avaliarem as capacitações que tiveram acesso, sobressaiu concepção de que as capacitações eram incipientes, meramente informativas, pouco contribuindo para a formação do profissional. Conforme apresentado na Classe 1 (*Capacitação disponibilizada*), do bloco *Formação dos Profissionais de Psicologia*. Dados semelhantes a estes, foram encontrados por Freire (2012), na medida em que a autora identificou, por parte de profissionais de Psicologia que atuavam na Proteção Social Especial da Política de Assistência Social, necessidade de capacitações específicas, para conseguirem atuar com os casos de violência sexual, bem como desejo de que as mesmas fossem mais prolongadas.

Percebe-se, dessa forma, que a formação acadêmica, baseada em um modelo positivista de ciência, fundamenta ações profissionais voltada para cura e tratamento, por meio de intervenções individualizantes voltadas para segmentos sociais mais abastados da sociedade (Bock, Furtado & Teixeira, 2001). Analisando a repercussão desse modelo de formação acadêmica nas ações dos profissionais de Psicologia junto às crianças, aos adolescentes e aos jovens, Alberto (2012) destaca que esse modelo de Psicologia está baseado Biologia Evolucionista, fundamentado em supostas características internas dos sujeitos, por meio de uma visão inatista. Daí “emergiram práticas psicológicas destinadas ao controle dos sujeitos por meio da disciplina ou valorização de um suposto indivíduo autônomo, que, por sua vez, remetia a uma ordem natural” (Alberto, 2012, p. 421).

Essa formação acadêmica fundamentada numa concepção de homem como biológico e natural, não prepara o profissional de Psicologia para atuar nas Políticas de Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, uma vez que não responde às necessidades da sociedade, na qual os direitos sociais foram positivados, mas continua pautada numa cultura do favor, de caridade e de pouca participação nas

decisões políticas, sobretudo quando se considera realidade de sujeitos pobres usuários das Políticas de Assistência Social. Dessa forma, a formação acadêmica repercute em ações, por parte dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, que pouco contribui para empoderar politicamente a sociedade civil, especialmente a classe trabalhadora, uma vez que não estimula uma cidadania crítica e participativa.

Frente a essa realidade da formação acadêmica em Psicologia, os profissionais se deparam com uma capacitação oferecida pelos gestores municipais e pelo MDS. No entanto, estas capacitações não conseguem dar conta da deficiência apresentada por estes profissionais em decorrência desse modelo de formação que tiveram acesso. O que nos ajuda a compreender o processo de constituição dos profissionais de Psicologia que atuam na Política de Assistência Social, pois como destacou Vigotski (2007) sujeito é resultado das forças de relação e só dessa forma pode ser compreendido. Sendo, portanto, esses profissionais de Psicologia, constituído a partir desse movimento com a coletividade, relacionando consigo mesmo e com os outros numa dada cultura. E sendo atravessado, nesse processo, também, por motivos e necessidades pessoais, nessa sua relação com o mundo objetivo.

Diante dessa conjuntura os referenciamentos do CFP configuram-se como tábua de salvação para tais profissionais. No entanto, como chamam atenção Yamamoto e Oliveira (2010), tais documentos embora façam constante menção ao discurso da transformação social e da emancipação, percebe-se que o papel da Psicologia permanece vinculado ao indivíduo e à sua subjetividade. E acrescentam que esse material resulta de investigações do Conselho sobre a prática profissional nesses espaços, dessa forma, os dados levantados não retratam novidades, pois mesmo com

grupos diferenciados, a psicoterapia individual ocupa mais da metade das ações dos psicólogos.

Apesar das limitações dessas referências técnicas para atuação dos profissionais de Psicologia, se reconhece a relevância de tais documentos elaborados pelo CREPOP para os profissionais de Psicologia. No entanto considera-se que essas referências técnicas para atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas, não têm conseguido dar conta da lacuna existente em decorrência dessas formações e capacitações disponibilizadas para esses profissionais, já que os profissionais sequer conseguem operacionalizá-las em sua prática cotidiana. Revelador dessa questão é a dificuldade que esses profissionais apresentam no contexto no qual atuam, conforme será discutido a seguir.

6.3- Dificuldades da atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social

A partir dos resultados encontrados no presente estudo, percebe-se que os profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social deparam-se com uma série de aspectos que dificultam sua atuação profissional frente às crianças e aos adolescentes usuárias de tal política. O que se evidencia tanto pelo fato de, no bloco *Atuação dos profissionais de Psicologia*, a classe *Limitadores da atuação do profissional de Psicologia* ter representado 77% de todas as 955 u.c.e's aproveitadas pelo *software* ALCESTE, quanto pelo fato de essa temática se fazer presente em outros

blocos, mesmo não havendo questões norteadoras na entrevista que direcionassem para o tema em questão.

De acordo com os relatos dos profissionais de Psicologia, questões como postura dos profissionais que atuam nas Políticas de Assistência Social, dinâmica da família das crianças e dos adolescentes, falha na rede de atendimento, tipo de formação acadêmica que tiveram acesso e ausência de um norte claro para atuação, são aspectos que limitam sua atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social junto às crianças e aos adolescentes. Na classe *Limitadores da atuação do profissional de Psicologia*, do bloco *Atuação dos profissionais de Psicologia*, os participantes do estudo chamaram atenção para: o despreparo dos gestores das Políticas de Assistência Social e dos técnicos que atuam em tal política, uma vez que os mesmos desconhecem o papel do profissional de Psicologia em tal campo de atuação.

Resultados semelhantes a estes também foram encontrados por Andrade e Romagnoli (2010) e Alberto et al (2008). Estas últimas autoras, ao analisarem o papel que dirigentes e responsáveis de entidades que trabalham junto às crianças e aos adolescentes em situação de risco atribuem ao papel da Psicologia, identificaram expectativas de ações por meio de psicoterapias individuais, trabalho de escuta e aconselhamento. O que levou tais autoras a considerarem que, na maioria das entidades, o papel atribuído aos profissionais de Psicologia, se restringe a uma atuação técnica, que só atua do ponto de vista do conhecimento específico, por meio de um modelo clínico com uma intervenção de caráter individual. Em detrimento de uma atuação pautada na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando a criança e o

adolescente como sujeitos de sua história, como sujeitos de direitos, protagonista. Pois o profissional de Psicologia não está atuando no âmbito do contexto, mas do indivíduo.

Os profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense consideraram, ainda, que alguns profissionais assumem postura descompromissada com a Política de Assistência Social. Outro aspecto abordado nessa classe *Limitadores da atuação do profissional de Psicologia* envolve a forma como a política está sendo implementada nos municípios que os profissionais de Psicologia atuam, uma vez que consideraram que a desarticulação da rede de atendimento inviabiliza encaminhamentos e alimenta demanda por um atendimento clínico individualizado em ambientes como o CRAS. Tais achados corroboram estudo de Freire (2012) e do CFP (2009). Essa falha na rede socioassistencial, que também foi apontada pelos gestores como sendo um aspecto que limita Política de Assistência Social, é um dos elementos essenciais à execução da Política de Assistência Social. Concepção esta também compartilhada por Cruz e Guareshi (2009).

Percebe-se que o sistema de garantia dos direitos ainda não funciona na prática. Assegurar direito remete ao poder público, é um dever do Estado. No entanto, como destacara Netto (2011), o Estado, por meio das Políticas Públicas, consegue respaldo como “social”, mediador de interesses conflitantes. E o faz, apenas preservando e controlando a força de trabalho, administrando as expressões das questões sociais, atendendo às demandas da ordem monopólica.

Na classe *Dificuldades no início da atuação profissional*, do bloco Formação dos profissionais de Psicologia, os participantes do estudo destacaram: Ausência de um direcionamento claro para atuação, por parte do MDS; reduzido número de profissionais de Psicologia em alguns municípios, e uma formação acadêmica inadequada para

atuarem nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, como sendo outros aspectos que dificultam atuação nas Políticas de Assistência Social junto às crianças e aos adolescentes.

A ausência de um direcionamento claro para atuação, por parte do MDS, destacada por parte dos participantes do presente estudo, também foi apontada por Andrade e Romagnoli (2010). Tais autores consideram que o Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, ora indica que as práticas devem estar relacionadas à interdisciplinaridade, ora aconselha que o trabalho no CRAS seja norteado pela transdisciplinaridade. Na primeira orientação, parte-se de concepção que deve haver uma relação pactual entre saberes conexos que produzem uma intenção comum, possuindo um eixo hierarquicamente superior que redefine tais saberes. No caso da transdisciplinaridade, o entendimento é que todos os saberes envolvidos devem abandonar suas identidades em prol da criação de um campo de saber autônomo e próprio, fabricando intercessores entre as disciplinas. Estimula-se, aqui, uma atitude empática de abertura ao outro e seu conhecimento.

Atuar numa perspectiva inter e transdisciplinar, no caso específico da Psicologia, consiste em um grande desafio, haja vista formação acadêmica tradicional, insuficiente para dar subsídios teórico-práticos ao trabalho nas Políticas de Assistência Social, pelo direcionamento que a formação acadêmica continua apresentando para uma atuação profissional fundamentada em práticas liberais, de cunho clínico-terapêuticas. Cujas intervenções fundamentam-se em análises reducionista, psicologizante, limitado as expressões das questões sociais, a questões ligadas à ordem interna ao indivíduo.

Dessa forma, falar em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, segundo Andrade e Romagnoli (2010), significa dizer que tais propostas, além de serem

compreendidas como confusas pelos profissionais que ali atuam, constituem também um desafio no dia a dia do serviço. Acrescentam que, na prática, essa indistinção dos saberes conduziu, em alguns momentos, na insistência na identidade de cada campo, ao endurecimento da referência corporativa, ao plano de organização, em vez da formação de um território entre as disciplinas, levando a movimentos de indiferenciação e especificidades tanto da Psicologia quanto do Serviço Social no cotidiano do CRAS, sendo compostos ora planos de organização estratificados, segmentados, ora planos de composição em que agenciamentos criaram dimensões impensadas (Andrade & Romagnoli, 2010).

O fato de os profissionais de Psicologia que participaram do estudo revelarem que a formação acadêmica que tiveram acesso é um fator que dificulta sua atuação na Política de Assistência Social, corrobora as constatações de Cruz e Guareshi (2009), Fernandes et al. (2009), Fontenele (2008), Silva et al. (2011) e Yamamoto e Oliveira (2010). Estes autores constataram haver uma discrepância entre formação acadêmica e demandas com as quais os profissionais se deparam em sua atuação profissional.

Essa dificuldade por parte dos profissionais de Psicologia em atuar nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, por considerarem formação acadêmica inadequada, pode ser resquício de uma formação que historicamente vinha priorizando outros segmentos da sociedade, por meio de uma intervenção individualizante em consultórios particulares (Ansara & Dantas, 2010; Lima, 2012; Silva et al., 2011). Essa tradição elitista da Psicologia, pouco tem possibilitado avançar no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania, haja vista foco numa clientela de alto poder aquisitivo, “capaz de remunerar ricamente nossos serviços” (Silva, 2005, p.14). Realidade bem diferente dos usuários das Políticas de

Assistência Social, que em sua maioria provém de uma classe social cujos direitos sociais são constantemente negados ou violados como decorrência da condição de vida ao qual estão submetidos.

Dessa forma, formação acadêmica limita teórico-metodologicamente tais profissionais, haja vista predomínio de práticas mais tradicionais, sem espaço para inovação, ao longo dessa formação acadêmica defasada, marcada por um viés individualizante (Gonçalves, 2010). O que dificulta uma atuação nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, junto às crianças e aos adolescentes, numa perspectiva promotora de autonomia e de efetivação dos direitos sociais.

Essa discrepância entre formação acadêmica e demandas que o profissional de Psicologia se depara em sua atuação profissional, podem estar sinalizando que a formação acadêmica não contempla aspectos pertinentes a realidade e as demandas que a sociedade tem de um profissional para atuar nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, junto às crianças e aos adolescentes. Pois as universidades e faculdades de Psicologia não têm conseguido incorporar elementos que façam a mediação entre a existência desses espaços institucionais e formação acadêmica, de forma a contemplar as demandas de atuação profissional numa perspectiva psicossocial, que promova autonomia e efetive os direitos dos usuários, garantindo cidadania.

Dessa forma, os elementos apresentados pelos profissionais, são constitutivos de suas concepções (Vigotski, 1928-1933/1996) e respaldam-se na cultura, nos coletivos de que partilham, nas relações com os outros, na formação acadêmica, nas capacitações que tiveram acesso, nas relações desses profissionais gestores e as correlações de força

que perpassam essas relações. O que repercute na atuação desses profissionais, na condição de prática social.

Na classe *Dinâmica da família das crianças e dos adolescentes*, do bloco Infância, Adolescência e Direitos, os profissionais de Psicologia consideram a dinâmica das famílias das crianças e dos adolescentes como sendo outro fator que dificulta atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. O que justificam por considerarem tais famílias como sendo marcadas por atritos, posturas violentas e pela falta de afeto.

Essa análise desconsidera a realidade objetiva que interfere no processo de constituição das famílias das crianças e dos adolescentes usuários das Políticas de Assistência Social. Tais profissionais, por não terem tido acesso a uma formação específica para atuarem junto a sujeitos pobres, bem como por não terem acumulado, ao longo da graduação em Psicologia, reflexão crítica sobre as dinâmicas sociais da realidade brasileira, partem de um modelo de família nuclear burguesa. Ignorando realidade familiar dos usuários das Políticas de Assistência Social, geralmente marcada pela privação, instabilidade, esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade (Gomes & Pereira, 2005).

Em consequência dessa análise descontextualizada, os profissionais de Psicologia consideraram que as famílias repercutem negativamente no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes usuárias da Política de Assistência Social, culpabilizando-as. O que corrobora constatações de Alberto et. al. (2008), Andrade e Romagnoli (2010) e Cruz, Hillesheim, e Guareschi (2005). Estes últimos autores consideraram que o discurso científico, em especial do campo da Psicologia, vem produzir subjetividades desqualificadas, considerando as famílias como incompetentes e

negligentes. Colocando os sujeitos em uma posição de tutela em relação com os conhecimentos dos especialistas.

Sobre a atuação frente a essa realidade, Silva (2003) explica a dinâmica da família com as quais os profissionais de Psicologia interagem, atuando por meio das Políticas Públicas, são estranhas para eles, já que geralmente esses profissionais fazem parte da classe média. E acrescenta que as intervenções realizadas pelos profissionais de Psicologia, não devem ser feitas de uma forma etnocêntrica, projetando, nesses sujeitos pobres, o ideal de que sejam convertidos ou trazidos aos modelos dos profissionais de Psicologia. Mas sim, realizada de uma forma que respeite esses sujeitos como portadores de uma verdade cultural, portadores de sentidos e significação para suas vidas, que devem ser pacientemente conhecidos para que se possa trabalhar com eles.

Além de caracterizarem as famílias das crianças e dos adolescentes, como um empecilho para efetivação dos direitos desses sujeitos, alguns profissionais avaliam que o Programa Bolsa Família gera comodismo e incentiva a fecundidade. Percebe-se, que os profissionais de Psicologia da Política de Assistência Social, analisam as famílias das crianças e dos adolescentes usuários da política em questão, a partir de uma concepção deslocada da realidade na qual os mesmos estão inseridos, reproduzindo concepção liberal de que auxílios sociais contribuem para reproduzir miséria e que desestimulam o interesse pelo trabalho, gerando acomodação. Ao negarem as diferenças concretas das condições de vida existentes na sociedade brasileira, recorrem a modos de vida hegemônicos, elitistas. Buscando “ajustar” tais sujeitos a um padrão de “normalidade”, tentando fazer com que as famílias pobres assimilem valores e posturas das classes dominantes.

Esse tipo de intervenção, como destacara Bock (2003), atende aos interesses da elite de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, interesses esses necessários à

manutenção ou incremento do lucro e reprodução do capital. Haja vista atuação compromissada com a normalização, com a adaptação, com a adequação dos indivíduos (Gonçalves, 2010).

Percebe-se, como chamara atenção Caniato (1988), uma espécie de "amnésia social" por parte desses profissionais de Psicologia, o que os leva a tais análises descontextualizadas e uma psicologização dos problemas sociais, que os impedem de perceber o caráter histórico dos fenômenos sociais e suas implicações político-ideológicas. Considera-se, assim, que essa análise das dinâmicas das famílias das crianças e dos adolescentes usuários das Políticas de Assistência Social, ao desconsiderar o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira, abre precedente para a Psicologia atuar nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, norteadas por uma preocupação em moldar os usuários de tal política às circunstâncias ambientais, controlando-os socialmente e fazendo-os assumir valores relativos, como normas para seu comportamento. Buscando-se produzir, assim, cidadãos exemplares, como afirmara Massimi (1990; 1996).

Esse deslocamento do foco das questões sociais para os aspectos individuais, apoia-se em concepções naturalistas do conhecimento, calcadas na objetividade e neutralidade, oriundas de uma concepção positivista de ciência. Essa concepção de saber científico, tido como inquestionável, produz "verdades" em referência à dinâmica familiar e às formas de ser e viver a infância e a adolescência. Dessa forma, os profissionais de Psicologia recorrem à noção normal *versus* patológico; família estruturada *versus* desestruturada. O que aproxima a atual prática da Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social das práticas dos psicólogos e das psicólogas, das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, cujas ações focavam a avaliação e o atendimento

de indivíduos, servindo, muitas vezes, à mera classificação, estigmatização e normalização dos sujeitos.

Dessa forma, a Psicologia acaba por contribuir para que o Estado administre as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica. Fornecendo sua parcela de contribuição para que o Estado desempenhe seu papel de ocioso guardião das condições da produção capitalista (Netto, 2011). Haja vista fato de a Psicologia contribuir regulando disponibilidade dos sujeitos para ocupações em funções das necessidades e projetos dos monopólios, em detrimento de uma atuação técnica qualificada teoricamente e pautada por preceitos ético-político, fundamentada numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais.

Essa análise acerca do papel da Psicologia será retomada na seção atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. De forma a esclarecer contribuição da Psicologia por meio da atuação junto às crianças e aos adolescentes na Política de Assistência Social, na seção seguinte serão analisadas e discutidas as concepções de infância e adolescência, por parte dos Profissionais de Psicologia, encontradas nos resultados do presente estudo.

6.4- Concepção de infância e adolescência por parte dos profissionais de Psicologia

A partir dos resultados apresentados em relação às concepções de infância e adolescência, por parte dos profissionais de Psicologia, percebe-se que dos onze participantes do estudo apenas um profissional de Psicologia chamou atenção para repercussão das questões de ordem social e cultural como sendo aspectos importantes

para se compreender tanto a infância, quanto a adolescência. Identifica-se, dessa forma, conforme pode ser visualizado na Classe 4 (*Concepção acerca da infância e adolescência*) do bloco *Infância, adolescência e direitos*, que os profissionais de Psicologia que atuam na Política de Assistência Social concebem a infância e adolescência a partir de uma perspectiva naturalizante e generalista, desconsiderando a realidade concreta na qual o sujeito está inserido. O que corrobora constatação de Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), na medida em que estes autores consideram que a atuação da Psicologia junto à infância e à adolescência geralmente se dá “(...) fortemente apoiada em concepções naturalistas do conhecimento” (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005, p. 46).

A partir do referencial teórico adotado no presente estudo, considera-se que cada profissional, interagindo com questões objetivas mediadas pela atividade de trabalho, a partir de sua história, marcada pela singularidade, configura a realidade social, desenvolvendo por meio desse processo suas concepções de infância e de adolescência. O que, como destacara Aguiar (2011), pode ocorrer sem desconstruir velhas concepções calcadas em preconceitos, visões ideologizadas e fragmentadas.

Dessa forma, levando-se em consideração as concepções naturalizantes e generalistas apresentadas pelos participantes do presente estudo, considera-se que os profissionais de Psicologia da Política de Assistência Social, isolam o mundo psíquico no interior nas crianças e dos adolescentes, como algo natural, universal, atribuindo-lhes uma essência definitiva. Dessa forma, como chamam atenção Macedo e Dimenstein (2012), fazem o jogo da reprodução de modelos que serializam e fixam identidades.

Produzem, assim, uma “verdade” sobre determinados modos de ser e viver a infância (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005). Bem como reproduzem perspectivas de adolescência existentes na Psicologia desde o início do século XX, considerando-a

como fase repleta de dificuldades, conflitos, perdas e rebeldia (Aberastury, 1980; Erik Erikson, 1968/1976; Freud, 1905/1972; Piaget, 1994; Stanley Hall, 1904). O que reforça visão estereotipada e estigmatizante acerca dos adolescentes, na medida em que as práticas profissionais de Psicologia, forjam, além de conceitos e objetos, novas subjetividades, novos sujeitos (Lima, 2012).

Ao conceberem infância e adolescência de forma descontextualizada, os profissionais de Psicologia, dissociam esses sujeitos da situação em que vivem, como se fosse possível essas crianças e adolescentes desenvolverem-se num vácuo social. O que se distancia de uma perspectiva histórico-cultural que compartilha da ideia de que não há essência anterior ou superior ao humano que o defina enquanto tal, uma vez que parte-se do entendimento de que os sujeitos só se definem enquanto tal quando vão se tornando o que é. Considerando a constituição desses sujeitos enquanto um processo, um sistema integrado, determinada pelas condições sociais e históricas, em um processo que converte produções simbólicas em construções singulares (Vigotski, 2009).

Dessa forma, buscou-se identificar até que ponto atuação dos profissionais de Psicologia continua ligada a uma atuação pautada em técnicas oriundas de modelo clínico individualizante que tem sido hegemônico na profissão desde a década de 1960. Ou se atuação dos profissionais nas Políticas de Assistência Social tem se baseado numa perspectiva promotora de autonomia e efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

A unânime reação de surpresa, por parte dos profissionais de Psicologia que participaram do estudo, ao serem questionado acerca de sua contribuição para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes por meio da Política de Assistência Social, reforça constatação de que a atuação dos profissionais de Psicologia distancia-se de uma perspectiva promotora de autonomia. Conforme abordado nos

subtópicos anteriores, tal fato relaciona-se com formação acadêmica, capacitações disponibilizadas e questões da própria Política de Assistência Social.

Por outro lado, levando-se em consideração essa reação de surpresa e o fato de os profissionais de Psicologia pararem para pensar sobre sua atuação, pode levá-los a ressignificar seu fazer, pois, como afirmara Toassa (2006), a palavra falada pelo sujeito um é um reflexo que cria excitações a serem ouvidos pelo outro e pelo próprio sujeito. Nesse sentido Vigotski (1934/2001a), considera ser possível tomar consciência de uma operação transportando-a do plano da operação ao plano da linguagem, pois os motivos e necessidades que atravessam a consciência são mutáveis dentro da atividade de cada pessoa (Vigotski, 1928-1933/1996).

Pode-se, dessa forma, pensar na possibilidade de uma tomada de consciência por parte dos profissionais de Psicologia, no sentido de romper com um estado vigente de coisas, criando possibilidade de outras relações, conduzindo-os a um maior domínio sobre o mundo e sobre suas próprias ações no mundo (Delari Junior, 2000). Para tanto, faz-se necessário que a realidade objetiva que constituem tais profissionais favoreça tal processo ou que os profissionais sejam provocados no sentido de analisarem criticamente o alcance de suas ações, levando-se em consideração contribuição das mesmas para efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O que implica necessidade de: os profissionais de Psicologia repensarem forma como vem se dando atuação; redirecionamento da formação acadêmica e das capacitações, valorizando a dimensão política e possibilitando suporte teórico-metodológico para atuação dos profissionais; serem revistas concepções dos gestores das Políticas de Assistência Social em relação ao papel dos profissionais de Psicologia; melhorar as condições de trabalho; e garantir acesso ao trabalho nas Políticas de Assistência Social por meio de concursos públicos. Pois, com chama atenção Vigotski

(2000) a constituição do sujeito é vista como resultado de um processo de conversão do social no individual.

No presente estudo o ser humano está sendo considerado em permanente movimento, síntese e mudança histórico-cultural pelos quais o sujeito reconhece-se como objeto social no meio, elaborando relações singulares com as condições particulares encontradas (Toassa & Sousa, 2010). Dessa forma, para se analisar atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, junto às crianças e aos adolescentes, requer levar em consideração o processo de constituição desses sujeitos, que se dá a partir da interação destes com questões objetivas mediadas pela atividade de trabalho, levando-se em consideração como cada profissional a partir de sua história, marcada pela singularidade, configura a realidade social.

Pois para Vigotski (2000) as relações de compreensão que estabelecemos com o meio, inscreve-se no desenvolvimento das vivências. Considerando as vivências como unidades da relação com a personalidade/consciência e o meio, a relação interior do sujeito com um ou outro acontecimento externo, ou as circunstâncias particulares que a envolvem. E analisando essa relação do sujeito com a realidade objetiva, Vigotski (2000) considera que toda penetração mais profunda na realidade exige uma atitude mais livre da consciência para com os elementos dessa realidade, sendo possível processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece.

Dessa forma, considera-se que a concepção dos participantes do estudo acerca de infância e adolescência, bem como a maneira como os profissionais de Psicologia relacionam-se com as questões objetivas com as quais se deparam em sua atuação, nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, repercutem

diretamente em sua atuação profissional junto às crianças e aos adolescentes. Entendo essa atuação enquanto um processo, por meio do qual os profissionais de Psicologia se apropriam da realidade e se transformam através desta para, a seguir, transformá-la e novamente apropriar-se dela e assim transformar-se novamente.

Dessa forma, considera-se que, atuando, os profissionais de Psicologia se apropriam do mundo físico-social, adaptam-se, transformando a si mesmo e ao mundo, a partir do contexto de sua atividade. Essa atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social junto às crianças e aos adolescentes será alvo de análises da próxima seção.

6.5- Atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social

Mesmo apresentando concepção generalista e universalizante acerca da infância e adolescência, quando os profissionais falaram sobre suas ações na Política de Assistência Social, consideraram que a mesma dá-se pautada numa perspectiva de efetivar os direitos, buscando garantir convivência familiar das crianças e dos adolescentes, articular Serviços e Programas, bem como intervir por meio de palestras e conversas em escolas, com os pais, informando e orientando acerca do ECA e da Constituição Federal, conforme pode ser identificado na classe 3 (*Atuação dos profissionais de Psicologia*) do bloco *Infância, adolescência e direitos*.

Por meio da classe 1 (*Violação dos direitos*) desse mesmo bloco, percebe-se, também, que os profissionais de Psicologia, atuando nas Políticas de Proteção Social no

âmbito da Assistência Social, identificam várias formas de violação dos direitos das crianças e dos adolescentes (não acesso à saúde, ao lazer e à educação formal, trabalho infantil, exploração sexual e violência física). Tal aspecto corrobora a constatação de Santos (2007) e Salles (2005) acerca da realidade social brasileira extremamente desigual, que faz com que as crianças e os adolescentes, pertencentes às classes de baixo poder aquisitivo, convivam cotidianamente com a negação dos seus direitos. Isso também demonstra uma pluralidade de infâncias e adolescências, em função das diferenças concretas das condições de vida existentes na sociedade brasileira (Alberto et al, 2008; Faleiros, 2005).

Frente a tal realidade, que repercute diretamente na vida das crianças e dos adolescentes, os depoimentos dos profissionais de Psicologia revelaram que os mesmos desenvolvem um trabalho que gira em torno de intervenções nos grupos de crianças, adolescentes, gestantes e idosos, seja o profissional de Psicologia atuando diretamente, ou por meio de cooperação com técnicos convidados, monitores dos programas Projovem e PETI e outros profissionais que estão responsáveis pelas atividades realizadas pelos CRAS, CREAS e Casa de Acolhimento, conforme pode ser visualizado na classe 2 (*Como se dá atuação dos profissionais de Psicologia*), do bloco Atuação dos profissionais de Psicologia.

Percebe-se que os profissionais em suas falas demonstram uma *expertise*, considerada por Freidson (1998), como sendo o domínio de uma base técnica de uma atuação. Uma vez que relatam realizarem um trabalho que busca adequar-se ao que está prescrito nos marcos legais da política de Assistência Social e nas orientações técnicas do Conselho Federal de Psicologia.

Buscando adequar as ações realizadas, aos marcos legais das Políticas de Assistência Social, bem como as orientações técnicas do CFP, as falas dos profissionais

revelaram que há um direcionamento maior das intervenções para as crianças, adolescentes e mulheres das comunidades referenciadas pelos equipamentos da Política de Assistência Social que os profissionais de Psicologia trabalham. Mas há, também, intervenções voltadas para os pais e idosos, que contemplam os seguintes temas: deficiência, renda, sexualidade, vínculo familiar, escola, consumo de álcool e violência, conforme pode ser visualizado na classe (*Para quem se dá atuação*) do bloco *Atuação dos profissionais de Psicologia*.

No entanto, percebe-se, a partir das falas dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, que a ação limita-se a questões técnicas dessa atuação. Uma vez que os profissionais de Psicologia descrevem o que é feito, como é feito e para quem, ocultando-se o para quê, a dimensão política. Reproduzem, assim, um fazer estritamente técnico, pondo em prática ações sem refletir acerca do propósito e alcance das mesmas. Tais ações distanciam-se, portanto, de uma atuação crítica, reflexiva e investigativa recomendada por alguns autores (Alberto et al, 2008a; Andrade & Romagnoli, 2010; Bastos & Rocha, 2011; Bock, 2009; Macedo & Dimenstein, 2012; Oliveira et al, 2011; Yamamoto, 2009) como necessárias no contexto das Políticas Públicas.

Destaca-se, dessa forma, a importância de se pensar numa atuação que conjugue um posicionamento político mais crítico por parte dos psicólogos, com novos referenciais teóricos e técnicos (Yamamoto & Oliveira, 2010). O que possibilita pensar-se tanto em quão discrepante se encontram as ações dos profissionais de Psicologia diante do idealizado para a atuação na Política Nacional de Assistência Social, quanto na importância das bases teóricas, ferramentas e técnicas, para subsidiar outro fazer psicossocial no contexto das Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social.

Sobre atuação técnica e descontextualizada, Bock (2009) considera que os profissionais aprendem a atuar, de certa forma, em determinada situação, não desenvolvendo a capacidade de lidar com o desconhecido, o que engessa as práticas da Psicologia. Considera-se, dessa forma, que as ações postas em prática pelos profissionais de Psicologia deveriam atribuir maior relevo às dimensões cultural, social, econômica e política que repercutem na realidade concreta das crianças e dos adolescentes, aproximando-se, assim, de fato, das reais necessidades desses sujeitos. Uma vez que tanto os marcos legais do SUAS, quanto as referências técnicas do CFP, sinalizam que é a partir desses princípios de atuação geral que devem estar norteadas as ações do profissional de Psicologia no âmbito das Políticas de Assistência Social.

Nesse sentido, as ações devem ser pautadas nas necessidades e experiências dos usuários, não no sentido de se proceder classificações, culpabilizando as famílias pelas violações de direitos dos seus filhos, mas, sim, de compreender o processo histórico em que as crianças, adolescentes e as famílias destes se constituem, de forma a ressignificar o papel dos sujeitos na direção da autonomia e participação nos processos políticos e na resolução das dificuldades vivenciadas. Pensando-se a família, a partir dos diferentes arranjos familiares, com vistas ao protagonismo dos membros no fortalecimento dos referidos vínculos (MDS, 2012). Compreendendo as crianças e os adolescentes em suas relações de pertença e socialização, e também em seu papel de construtores e protagonistas na realidade em que se inserem, conforme sinalizam Cruz e Guareshi (2009).

Nesse sentido aponta-se a necessidade de se pensar uma atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social em consonância com as reais necessidades das crianças e dos adolescentes em condição de vulnerabilidade social. Com ações baseadas nas demandas de sujeitos concretos, vivos e

historicamente constituídos (Paiva & Yamamoto, 2010). Por meio de ações pautadas em: análise da situação, no sentido de diagnosticar a realidade através de pesquisas que possibilitem a análise e o planejamento de ações e recursos para o enfrentamento das situações de risco, que as crianças e adolescentes estão submetidos; mobilização e articulação dos vários segmentos (governamentais, não-governamentais, sociedade civil nos níveis nacionais, regionais e locais); promoção, defesa e responsabilização por meio de mecanismos de exigibilidade dos direitos e humanização dos serviços; promoção, atendimento e prevenção, através de ações especializadas de atendimento, com a inclusão social das crianças, adolescentes e suas famílias; e promoção de ações que possibilitem às crianças e aos adolescentes o empoderamento com vistas ao protagonismo social (Alberto et al, 2008a).

No entanto identifica-se, por um lado, uma formação acadêmica técnica e apolítica, capacitações que não sanam as deficiências dessa formação acadêmica que os profissionais de Psicologia tiveram acesso, e gestores que desconhecem possibilidades de contribuição da Psicologia no âmbito das Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social. Por outro lado, há um processo de desmantelamento das políticas do Sistema de Proteção Social, decorrente de arranjos neoliberais, que repercutem negativamente no modo de trabalho dos profissionais de Psicologia em tal contexto.

Diante dessa conjuntura, como chama atenção Gonçalves (2010), faz-se necessário que a Psicologia traga para cena o embate entre interesses contraditórios que se fazem presentes nas Políticas Públicas, optando pelo lado dos trabalhadores na luta por uma sociedade igualitária, que reúna liberdade e solidariedade. A autora acrescenta que não se trata apenas de garantir sobrevivência e reprodução da força de trabalho,

tampouco assistir apenas aos menos favorecidos ou aos excluídos do processo social. Deve sim, a Psicologia, contribuir no sentido de criar espaço social necessário ao desenvolvimento de todos e todas, para que alcancem as mais avançadas conquistas humanas presente neste momento histórico, por meio de uma atuação pautada na promoção e garantia dos direitos sociais.

Evidencia-se, dessa forma importância de uma dimensão política na atuação dos profissionais de Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, bem como necessidade que a mesma esteja pautada em análises críticas e investigativas, fundamentadas teoricamente. De forma a possibilitar que os profissionais de Psicologia percebam o que demandam as Políticas Públicas e mais especificamente as crianças e os adolescentes usuários das políticas da Política de Assistência Social. Pois política social opera nos espaços das lutas de classes, com seus sujeitos histórico-sociais em movimentos concretos (Netto, 2011).

Essa postura defendida para a Psicologia nas Políticas Públicas pode possibilitar desenvolvimento de novas formas de agir, levando a um novo fazer por parte dos profissionais de Psicologia. Fazer este, preocupado em provocar a reflexão pelo usuário, ampliar suas perspectivas de mundo, estimulando o autoconhecimento, a busca da autonomia, a emancipação dos sujeitos, o posicionamento frente a sua realidade e conseqüentemente, possibilitando que os usuários encontrem autonomia dos serviços, superando as vulnerabilidades em que se encontram (Silva et al, 2011). Superando, dessa forma, ações comprometidas com a normatização, adaptação e adequação dos indivíduos, por parte da Psicologia, e aproximando-se de tentativas de criar espaços de atuação que promovam formas de expressão questionadoras, inovadoras, que

possibilitem aos usuários superação das condições que impedem o seu pleno desenvolvimento, conforme destacou Gonçalves (2010).

Por meio dessas respostas mais efetivas às reais necessidades das crianças e dos adolescentes usuárias das Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, pode-se pensar em contribuições da Psicologia para estes sujeitos. Como afirmaram Paiva e Yamamoto (2010), não é o profissional de Psicologia quem vai mudar o mundo, mas, uma ação comprometida, contextualizada, política, articulada, que vise à emancipação dos sujeitos, poderá iniciar alguma transformação. Pois se entende que, por meio das Políticas Públicas não é possível atingir uma profunda transformação social, no entanto considera-se que elas podem significar avanços no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania.

Diante do exposto considera-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido pela Psicologia para que a mesma possa, de fato, contribuir para esse avanço no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania. Pois os dados empíricos revelaram que: os profissionais de Psicologia, que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, não consideram infância e adolescência a partir das especificidades e da realidade objetiva que constitui tais sujeitos; atuam junto a sujeitos em condição de vulnerabilidade, mas o fazem numa perspectiva higienista, cujas ações não visam à autonomia, ao protagonismo, à organização ou à participação política. O que demonstra que a atuação da Psicologia nas Políticas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social pode ser caracterizada como uma ferramenta a mais de controle das crianças e adolescentes por meio de intervenções que sejam funcionais a lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto, nessas considerações finais do presente estudo, é retomar a questão-problema que iniciou esta tese: a Psicologia tem conseguido atuar nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, de forma a efetivar direitos das crianças e dos adolescentes? Norteado por esta questão-problema objetivou-se analisar a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Partindo-se do pressuposto de que a atuação da Psicologia na efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes se dá distante das reais necessidades desses sujeitos.

Por meio das análises de conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, bem como por meio das análises realizadas pelo *software* ALCESTE, a partir do conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas com os profissionais de Psicologia; percebe-se, que a atuação da Psicologia, continua pautada num modelo de atuação de profissional liberal, no molde clínico individualizante; recorrendo a intervenções fundamentadas em análises descontextualizadas, pouco investigativa e sem fundamento teórico. Uma atuação meramente técnica, cuja dimensão política é negligenciada. O que faz com que a atuação da Psicologia diste das reais necessidades das crianças e dos adolescentes.

Fazendo um retrospecto destas considerações, a partir dos objetivos específicos, o primeiro que tínhamos era identificar o perfil dos gestores das políticas de Assistência Social do Cariri cearense. Identificou-se uma alta rotatividade dos gestores em função de vínculos de confiança, e despreparo dos gestores das Políticas de Assistência Social para ocuparem seus respectivos cargos.

Sobre o nosso segundo objetivo específico, que consistia em conhecer concepção dos gestores das políticas de Assistência Social, acerca do papel do

profissional de Psicologia, nas Políticas Públicas de Proteção Social, no âmbito da Assistência Social, em torno da infância e adolescência. Foi possível identificar que há uma expectativa, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, de uma atuação da Psicologia pautada em um modelo clínico individualizante, e quando se referem a uma atuação psicossocial, sobressai perspectiva de controle social por meio da família.

Levando-se em consideração os dados empíricos encontrados por meio dos objetivos um e dois, percebe-se necessidade de maior domínio, por parte dos gestores das Políticas de Assistência Social sobre proposta da política, sobretudo no que se refere às possibilidades de atuação da Psicologia nesse contexto. Apreendemos que, contraditoriamente ao sentido de criança e de adolescente como sujeitos de direito e protagonista, que vem sendo incorporado desde a década de 1990 nas Leis e Políticas, por meio da doutrina de proteção integral, os gestores das Políticas de Assistência Social do Cariri cearense, vêm cobrando, dos profissionais de Psicologia, ações de caráter paliativo, assistencialista; distante de uma perspectiva de proteção, de direito e cidadania.

Não se trata aqui, de responsabilizar os gestores pelas limitações das ações da Psicologia junto às crianças e aos adolescentes por meio das Políticas de Assistência Social. No entanto, considera-se que, diante do desmonte dos direitos sociais e quebra de vinculação entre política social e direito, realizado pelo Estado, no contexto de crise do capitalismo. A concepção dos gestores acerca da atuação da Psicologia associa-se à esse desmonte das Políticas Públicas, deixa claro possíveis cobranças que chegam aos profissionais de Psicologia, o que se agrava pelo fato de, por não serem concursados,

tenderem a submeterem-se a esse tipo de cobrança, sobretudo por não terem uma formação política consistente.

Outro aspecto que os gestores das Políticas de Assistência Social destacaram, diz respeito às dificuldades enfrentadas na política em questão. O que evidenciou recursos limitados, falha na rede de atendimento socioassistencial, falta de estabilidade no trabalho dos profissionais, bem como uma reduzida carga horária, o que tanto provoca, como é consequência de baixos salários; e uma inadequada formação acadêmica dos profissionais de Psicologia para atuarem em tal contexto. Considera-se que tais aspectos somam-se e resultam fazendo com que a Política de Assistência Social, pouco se distancie do caráter assistencialista, caritativo e higiênico, que vem, historicamente, marcando as políticas voltadas para crianças e adolescentes pobres.

O terceiro objetivo específico que tínhamos era identificar o perfil dos profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense. Observou-se, a partir dos dados biosociodemográfico desses profissionais que: há predomínio de formação em faculdades privadas, mesmo os profissionais formados recentemente não se sentem aptos para atuarem nesse contexto, pois continua havendo um direcionamento dos cursos de Psicologia para a área clínica, numa perspectiva individualizante; os profissionais tentam dividir seu tempo com outros vínculos empregatícios, e apesar de não terem tido acesso a uma formação acadêmica adequada para atuarem nas Políticas de Assistência Social, realizam formação complementar por meio de especialização em áreas outras. Tais aspectos somam-se com o desmonte das Políticas Públicas realizada pelo Estado, com a concepção dos gestores acerca da atuação dos profissionais de Psicologia e resulta numa atuação limitada da Psicologia, distante de uma perspectiva de efetivação dos direitos sociais das crianças e dos

adolescentes, controlando socialmente, por meio de intervenções funcionais à lógica do capital.

Percebe-se que o despreparo dos gestores das Políticas de Assistência Social, somam-se com as dificuldades da própria política e com um perfil de profissional de Psicologia inadequado para atuar em tal contexto. O que resulta em ações pouco consistentes.

Os objetivos quatro e cinco, estão relacionados entre si, tendo em vista que se referem ao referencial teórico e metodológico utilizado pelos profissionais de Psicologia e como percebem a contribuição dos referenciais teórico-metodológicos utilizados em sua atuação junto à infância e à adolescência. Identificou-se que a grande maioria dos participantes não utilizam nenhuma base teórica, uma vez que buscam suporte apenas nos referenciamentos técnicos do CFP ou nos marcos legais da Política de Assistência Social. O que evidencia uma atuação técnica, que pouco articula teoria e prática.

Questiona-se, dessa forma, qual a relevância da formação acadêmica em Psicologia para a atuação dos profissionais nas Políticas Públicas de Proteção Social, no âmbito da Assistência Social? E qual a contribuição da Psicologia nessa atuação junto as crianças e adolescentes pobres?

O objetivo seis era mapear as dificuldades institucionais enfrentadas para atuar na Política de Assistência Social. Os dados empíricos oriundos das entrevistas com os profissionais de Psicologia reforçaram constatação de que despreparo dos gestores das Políticas de Assistência Social, somam-se com formação acadêmica inadequada dos profissionais de Psicologia. Falhas na rede socioassistencial e cultura do favor e clientelismo foram fatores considerados nessa equação cujo resultado consiste em um desafio ainda maior para se pensar uma atuação da Psicologia numa perspectiva de

efetivação dos direitos, que promova autonomia e cidadania para as crianças e os adolescentes.

O objetivo seis era o de conhecer as concepções sobre a infância e a adolescência por parte dos profissionais de Psicologia. Sobre esse aspecto identificou-se que os profissionais de Psicologia que atuam nas Políticas de Assistência Social do Cariri cearense concebem a infância e a adolescência a partir de uma perspectiva naturalizante e generalista, desconsiderando a realidade concreta na qual os sujeitos estão inseridos. Percebe-se que há uma dissociação das crianças e dos adolescentes da situação em que vivem, o que repercute diretamente na atuação desses profissionais, pois os mesmos partem de análises descontextualizadas, distanciando-se das reais necessidades desses sujeitos para quem a atuação se volta.

E por último, buscou-se no presente estudo, identificar o tipo de prática desenvolvida pelos profissionais de Psicologia junto às crianças e aos adolescentes, por meio da Política de Assistência Social. Sobre esse aspecto os depoimentos dos profissionais de Psicologia revelaram o que eles fazem, como fazem e para quem. No entanto a dimensão política dessa atuação não foi evidenciada. Dimensão essa fundamental para se pensar uma atuação que provoque a reflexão pelo usuário, estimulando o autoconhecimento, a busca da autonomia e a emancipação. Elementos esses necessários a uma atuação pautada numa perspectiva de efetivação dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes.

Partindo dessas análises dos dados considera-se confirmada a tese de que a atuação da Psicologia nas Políticas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, não tem levado em consideração as dimensões cultural, social, econômica e política que repercutem na Política de Assistência Social e na realidade concreta das crianças e dos

adolescentes para quem a atuação se volta. O que permite caracterizarmos tal atuação como uma ferramenta a mais de controle das crianças e dos adolescentes pobres por meio de intervenções que sejam funcionais a lógica do capital.

Partindo dessas reflexões, identificamos que as discussões sobre a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Proteção Social no âmbito da Assistência Social, no que se refere à formação acadêmica e atuação desses profissionais em tal contexto junto às crianças e adolescentes, não podem se restringir ao meio acadêmico, é preciso pôr em debate, levar ao CFP/CREPOP, aos próprios profissionais, às Secretarias de Assistência Social, de modo a levantar possibilidades, repensar essa atuação e concepções em torno da formação e atuação junto às crianças e aos adolescentes. Também os dados apontam a necessidade de uma série de estudos outros que aprofundem algumas questões, tais como o impacto das reformas curriculares que vêm acontecendo nos cursos de Psicologia, a questão dos conteúdos contemplados nas capacitações disponibilizadas para os profissionais que estão atuando nas Políticas de Assistência Social, as formas de contratação nesse contexto, as concepções dos crianças, dos adolescentes e de outros usuários das Políticas de Assistência social acerca da atuação da Psicologia, além de muitos outros estudos necessários à avaliação desta Política.

Espera-se que essas discussões desta Tese não terminem aqui, mesmo após a conclusão deste trabalho; que esses resultados contribuam para os processos de resignificação e produção de novos sentidos, em termos de melhorias das Políticas de Assistência Social, efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, e formação de profissionais de Psicologia, por meio de realização de outras pesquisas e projetos de extensão, por parte do autor da presente tese e envolvendo discentes do curso de Psicologia como pesquisadores e extensionistas.

Os resultados do presente estudo, também, serão publicados por meio de artigos e capítulos de livro, apresentados e discutidos com os gestores e profissionais de Psicologia das Políticas de Assistência Social. Utilizados pelo autor da presente tese para provocar reflexões e discussões junto aos discentes, membros de colegiados do curso de Psicologia e Núcleo Docente Estruturante, para pensarmos estratégias para superar descompasso entre formação acadêmica e mundo social.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. (1980). *Adolescência*. Porto Alegre. Artes Médicas.
- Aguiar, W. M. J. (2011). Consciência e atividade: categorias fundamentais de Psicologia Sócio-Histórica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em Psicologia)*. (pp. 95-112). São Paulo: Cortez.
- Alberto, M. F. P. ; Almeida, D. R.; Dória, L. C.; Guedes, P. C. ;Sousa, T. R. & França, W. L. P. (2008a). O Papel do Psicólogo e das Entidades Junto a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28, 558-573.
- Alberto, M. F. P., Mota, R. V., Gomes, V. C., Paixão, G. P., Araújo, T. T. V., & Serafim, A. C. (2008b). Avaliação da Metodologia PAIR em Campina Grande – PB. In: *Avaliação do processo de implementação do PAIR*. (pp. 144-175) Campo Grande, MG. UFMS.
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos1. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (3), 604-619.
- Ansara, S. & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22, 95-103.

- Araújo, M. de F. (2002) *Violência e abuso sexual na família*. Psicologia em Estudo, Maringá, 7 (2), 3-11.
- Araújo, L. F.; Coutinho M.P.; Santos, M.F.S. (2006). O idoso nas instituições gerontológicas: um estudo na perspectiva das Representações Sociais. *Psicologia & Sociedade*, 18, 89-98.
- Azevedo, E. C. (2001). Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília, 21 (4).
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, J. P. P. (2007). *Psicologia e políticas públicas: um estudo sobre a práxis do(a) psicólogo(a) no projeto Raízes de Cidadania e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza*. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Bastos, A. V. B; Gomide, P. I. C., & Borges-Andrade, J. E. (2010). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nas últimas décadas? In Yamamoto, O. H., & Costa, A. L. F. (Orgs.). *Escritos sobre a profissão do psicólogo no Brasil*. Natal-RN: EDUFRN.
- Bastos, C. P. S. & Rocha, M. I. (2011). Territórios em comum nas políticas públicas: psicologia e assistência social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 634-636.

Behring, E. R. (2003). *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez.

Behring, E. R. (2009). *Política Social no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Cortez.

Behring, E. R. & Boshetti, I. (2011). *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez.

Bernardes, J. S. (2006). Formação generalista em Psicologia e Sistema único da Saúde. *In I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública: contribuições técnicas e políticas para avançar no SUS*. (pp. 17-40). Brasília: CFP.

Bertussi, D. (2009). O matriciamento no cuidado e na gestão em João Pessoa. *Cadernos temáticos CRP SP – NASF. Núcleo de Apoio à Família*. São Paulo: CRP SP.

Betto, W (2003). *Natureza e construção de representações sobre a profissão na cultura profissional dos psicólogos*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bobbio, N. (1988). *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense.

Bock, A. M. B. (2003). *A perspectiva sócio-histórica na formação em Psicologia*. Petrópolis: Vozes.

Bock, A. M. B. (2009). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Orgs.). *Psicologia e o compromisso social*. (pp. 15-28) São Paulo: Cortez.

Brasil (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica (NOB/Suas)*. Brasília: MDS.

Brasil (1996). Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996. Recuperado de <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/reso196.doc>

Brasil/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2005). Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília DF: Autor.

Brasil (2009). Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília: MDS.

Camargo, B.V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, J. C. Jesuino, & B. V. Camargo (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). EdUEPB: João Pessoa.

- Campos, G. W. S. (1998). O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. *Caderno de Saúde Pública*, 14, 863-870.
- Caniato, A. (1988). Implicações do enfoque social na prática do psicólogo em saúde mental. *Psicologia e Sociedade*, III (4), 178-188.
- Carvalho, M. T. M., & Sampaio, J. R. (1997) A Formação do Psicólogo e as Áreas Emergentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(1), 14-19.
- Catharino, T. R. (2012). Fragmentos da História da Psicologia no Brasil: algumas notações sobre teoria e prática. In A. M. Jacó-Vilela; A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio Psyché Hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 3-13). Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Châtelet, F., Duhamel, O., & Pisier-Kouchner, E. (1985). História da idéias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Chiavenato, I. (2003). Introdução à teoria geral da Administração. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Coimbra, C. (1995). *guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.

Coimbra, C. M. B. (2001). Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 139-148.

Conselho Federal de Psicologia (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro*. São Paulo: Edicon.

Conselho Federal de Psicologia (2001). *I Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Salvador: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2003). *II Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. João Pessoa: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2005). *III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Salvador: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2007). *IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Maceió: CFP/ULAPSI.

Conselho Federal de Psicologia & Conselho Federal de Serviço Social (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília, CFP/CEFESS.

Conselho Federal de Psicologia (2008). *Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP): Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2009a). *A prática profissional dos(as) psicólogos(as) nos serviços de enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2009b). *A prática profissional dos(as) psicólogos(as) no campo das medidas socioeducativas em meio aberto*. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília.

Conselho Federal de Psicologia & Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2010). *Atuação dos Psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS*. (Relatório descritivo preliminar de pesquisa/fevereiro de 2010). Brasília: Autor. Recuperado de http://crepop.pol.org.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1&infoid=1393&sid=52.

Conselho Federal de Psicologia (2011a). *V Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas*. Belém: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2011b). *Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – informações para os gestores*. Brasília:

- Costas, F. A. T., & Ferreira, L. S. (2011). Sentido, significado e mediação em Vygotsky: Implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación, 55*, 205-223.
- Couto, B. R. (2006). *O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez.
- Cruz, L. R. (2007) Políticas Públicas para Infância, inquietações da Psicologia. In N. M. F. Guareshi, & S. M. Huning, (Org.). *Implicações da Psicologia no Contemporâneo*. (pp. 158-191). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Cruz, J. M. O. (2009). Práticas Psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia em foco, 2*, 11-27. Recuperado em 15 de junho de 2013, da http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_063502_ARTIGO2-PraticapsicologicasemCRAS.pdf
- Cruz, L. R. & Guareshi, N. (2009). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. Petrópolis: Vozes.
- Cruz, L. R. Hillesheim, B. & Guareshi, N. (2005). Infância e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Práticas Psi. *Psicologia & Sociedade, 17 (3)*, 42-49
- Delari Jr., (2000). A. Consciência e Linguagem em Vigotski: aproximações ao debate da subjetividade. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP.

Delari Jr, (2009). *Vigotski e a prática do psicólogo: em percurso da Psicologia geral à aplicada*. Mimeo. Umuarama.

Dimenstein, M. (2000). A Cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de Psicologia*, 5,95-122.

Dimenstein, M. (2003). Los (des)caminos de la formación profesional del psicólogo en Brasil para la actuación en la salud pública. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 13, 341-345.

Draibe, S. M. (1993). As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. *Revista da USP*, 17, 86-101.

ECA (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*. Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.

Erikson, E. (1976). *Identidade, juventude e crise*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1968).

Faleiros, V. P. (2004). *O que é Política Social*. São Paulo: Brasiliense.

- Faleiros, V. P. (2005). Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. *Políticas Sociais (IPEA)*, 11, 171-177.
- Faleiros, V. P. (2008). *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez.
- Faleiros, V. P. (2011). Infância e o processo político no Brasil. In I. Rizzini, & F. Pillotti (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 33-96). São Paulo: Cortez.
- Fernandes, A. M. D., Joca, E. M., Alencar, L., & Albuquerque, R. (2008). Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) na cidade de João Pessoa: diálogos entre a Psicologia e as políticas públicas. (Relatório de pesquisa do PIBIC/ UFPB – CNPq/2008). João Pessoa, PB, Universidade Federal da Paraíba.
- Fonseca, D. C. & Ozella, S. (2010). As concepções de adolescência construídas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF). *Interface: Comunicação Saúde Educação*, 14, 411-24.
- Ford, H. (1923). *My life and work*. Garden City, New York: Doubleday.
- Freidson, E. (1998). *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp.
- Freire, M. L. (2012). Atuação do profissional de psicologia nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba.

- Freud, S. (1905/1972). As transformações da puberdade (pp. 213-237). (Vol. XIII). Ed. Standard brasileira das Obras Completas de S. Freud
- Gama, C. A. P. & Koda, M. Y. (2008). Psicologia Comunitária e Programa de Saúde da Família: Relato de uma Experiência de Estágio. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28, 418-429.
- Gomes, F. G. (2006). Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 40, 201-234.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Famílias em situação de vulnerabilidade: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (2), 357-363
- Gonçalves, M. da G. M. (2010). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez.
- Hall, G. S. (1904). *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education* (Vols. I & II). New York: D. Appleton & Co.
- Hillesheim, B. & Cruz, L. R. da (2009). Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. In Cruz, L. R. & Guareshi, N. (Orgs.). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 70-86). Petrópolis: Vozes.

Hobbes, T. (1651/1998). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultura.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -Ipea (2010). Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Comunicados do Ipea nº 58. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100713_comunicado58.pdf

Leal, M. C. (2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais. In M. A. Sales,; M. C. de Matos; M. C. Leal. (Orgs.). *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 147-164). São Paulo: Cortez.

Lonardoní, E., Gimenes, J. G., Santos, M. L., S. R. (2006). O processo de afirmação da assistência social como política social. *Serviço Social em Revista*, 8,2.

Lima, M. C. F. (2012). “A Beleza de Ser um Eterno Aprendiz”: uma palavra sobre a formação do psicólogo. In A. M. Jacó-Vilela; A. C. Cerezzo, & H. B. C. Rodrigues (Orgs.), *Clio Psyché Hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil* (pp. 3-13). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Lisboa, F. S., & Barbosa, A. J. (2009). Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 718-737.

Locke, J. (1690). Dois tratados sobre governo civil. Tradução, introdução e notas de Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70.

Macedo, J. P. S. (2007). O Psicólogo no campo de Bem-Estar: cartografias de práticas na assistência social e saúde. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a Produção do Cuidado no Campo do Bem-Estar Social. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 293-300. Recuperado em 17 de julho de 2013, da SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a02v21n3.pdf>

Maquiavel, N. (1513). *O príncipe*. Coleção Os Pensadores. Trad. de Lívio Xavier. Editora Nova Cultural.

Martínez, A. M. (2009). Psicologia e compromisso social: desafios para formação do psicólogo. In A. M. B. Bock (Org.) *Psicologia e o compromisso social* (pp. 143-160). São Paulo: Cortez.

Marx, K (1975). *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Massimi, M. (1990). *História da Psicologia no Brasil*. São Paulo: EPU.

Massimi, M. (1996). Estudos históricos acerca da Psicologia brasileira: uma contribuição. In R. H. F. Campos (Org.), *Coletâneas da ANPEPP*, 1(15), 79-94.

- Medeiros, C. R. G.; Junqueira, A. G. W.; Schwingel, G.; Carreno, I; Jungles, L. A. P.; Saldanha, O. M. F. L. (2011). A rotatividade de enfermeiros e médicos: um impasse na implementação da Estratégia de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (1), 1521-1531.
- Mello (2006). John Locke e o individualismo liberal. In: F. C. Weffort (Org.). *Os Clássicos da Política* (pp. 79-90). São Paulo: Ática.
- Mestriner, M. L. (2001). *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo Cortez.
- Netto, J. P (2011). *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Noronha, A. P. P. (2003). Docentes de psicologia: formação profissional. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 169-173.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K, M. O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(n. spe.), 140-149.
- Paiva, I. L.& Yamamoto, O. H. (2010). *Formação e prática do psicólogo no “terceiro setor”*. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 153-160.

- Pereira, F. M. & Pereira Neto, A. P. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8, 19-27.
- Piaget, J. (1994). O juízo moral da criança. São Paulo: Summus.
- Pierson, C. (1991). *Beyond the Welfare State?* Cambridge: Polity Press.
- Ramos, C. & Carvalho, J. E. C de. (2008). Espaço e subjetividade: formação e intervenção em Psicologia Comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 20, 174-180.
- Rizzini, I. & Pillotti, F. (2011). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rousseau, J. J. (1762/1965). *O contrato social e outros escritos*. São Paulo: Cultrix.
- Rousseau, J. J. (1755/1954). Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Ática. (Texto originalmente publicado em 1755)
- Saadallah, M. M. A. (2007). Psicologia frente às políticas públicas. In: C, Mayorga, & M. A. M. Prado, (Orgs.). *Psicologia social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Sadek, M. T. (2006). Nicolau Maquiavel: cidadão sem *fortuna*, o intelectual de *virtú*. In F. C. Wellfort (Org.). *Os Clássicos da Política* (pp. 11-25). São Paulo: Ática.

- Sales, M. A. (2010). Política e direitos de criança e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In M. A. Sales, M. C. de Matos, & M. C. Leal. (Orgs.). *Política Social, família e juventude: uma questão de direitos* (pp. 207-242). São Paulo: Cortez.
- Salles, L. M. F. (2005). Infância e adolescência na sociedade contemporânea. *Estudos de Psicologia*, 22(1), 33 – 41.
- Santos, J. D. F. (2007). As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. *Revista HISTEDBR*, 28, 224 –238.
- Saraiva, E. R. A. (2010). Violência contra idosos: Aproximações e distanciamentos entre a fala do idoso e o discurso da mídia impressa. (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Scarpato, H. (2005). *Psicologia Comunitária no Rio Grande do Sul: Registros da construção de um saber-agir*. Porto Alegre, RS: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Scarpato, H. & Guareschi, N. (2007). Psicologia Social Comunitária e Formação Profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19, 100-108.
- Silva, M. V. O. (2005) A Psicologia, os psicólogos e a luta pela defesa dos direitos humanos: da reflexão a ação. In A. M. Machado, (et al.). *Psicologia e direitos*

humanos: educação inclusiva, direitos humanos na escola. (pp 13-37). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Silva, M. O; Gomes, A. de L.; Meira, M. de A. & Weise, I. R. B. (2010). A Psicologia na Atenção Básica: desenvolvendo novas possibilidades de atuação. In V. L. do R. Luna & Z. A. do Nascimento (Orgs.) *Desafios da Psicologia Contemporânea* (363-372). João Pessoa, UFPB.

Silva, C. S., Silva, I. R., Brustolin, M. L., & Pessini, M. A. (2011). Algumas considerações sobre as influências do assistencialismo nas práticas psicológicas realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). *Akrópolis Umuarama*, 19(1), 3-13.

Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia Reflexão e Crítica*. *Psicologia & Sociedade*, 18, 71-80.

Soares, A. R. (1979). A Psicologia no Brasil. *Psicologia ciência e profissão*, 0, 09-59.

Spink, M.J. (2007) *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Rio de Janeiro: Vozes.

Sposati, A. (2011). Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. *Revista Katál*, 14, 1, 104-115.

Taylor, F. W. (1903). *Shop Management*. New York: Harper & Row.

Taylor, F. W. (1911). *Principles of Scientific Management*. New York: Harper & Row.

Toassa, G. (2006). Conceito de Consciência em Vigotski. *Psicologia USP*, 17 (2), 59-83.

Toassa, G., & De Souza, M. P. R. (2010). As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. *Psicologia USP*, 21 (4), 125-140.

Viana, A. & Levcovitz, E. (2005). Proteção social: Introduzindo o debate. In A. Viana; P. Elias, & P. Ibañez, (Org.). *Proteção Social- dilemas e desafios*. (pp. 15-57). São Paulo: Hucitec.

Vieira, L. M. F. (1988). Mal necessário: Creches no Departamento Nacional da Criança. *Cadernos de pesquisa*, 67, 3-16.

Vieira, C. I. A. (2012). Formandos em psicologia: sentidos construídos sobre seu processo de formação. Dissertação (Mestrado em Psicologia). *Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR*. Porto Velho, Rondônia.

Vygotski, L. S. (1996). *Obras escogidas* (Vol. 4). Madrid: Visor. (Trabalho original proferido entre 1928-1933)

Vigotski, L. S. (1994). The socialist alteration of man. In L. S. Vigotski *The Vigotski reader*. Cambridge: Oxford: Brasil Blackwell.

Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1996). *Obras escogidas* (Vol. 4). Madrid: Visor. (Trabalho original proferido entre 1928-1933).

Vigotski, L. S. (1999). *Psicologia da Arte*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2000). Psicologia concreta do homem. *Revista Educação & Sociedade*, 21(71). (Texto original de 1929)

Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2008). *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem*. (P. Bezerra, trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes. (Original publicado em 1934).

Ximenes, V. M.; De Paula, L. R. C. & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29 (4), 686-699.

Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: Bock, A. M. M. (Org.) *Psicologia e o Compromisso Social*. (pp. 37 – 54). São Paulo: Cortez.

Yamamoto. O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia e Sociedade*, 19, 30-37.

Yamamoto, O. H. (2009), Questão Social e políticas públicas: revendo o compromisso social da Psicologia. In A. M. B. Bock (Orgs.). *Psicologia e o compromisso social*. (pp 37-54) São Paulo: Cortez.

Yamamoto, O. H. & Oliveira (2010) Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24.

Yazbek, M. C. (2004). O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, 18, 104-112.

ANEXO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre atuação dos profissionais de Psicologia nas políticas de proteção social no âmbito da Assistência Social e está sendo desenvolvida por Orlando Júnior Viana Macêdo, aluno do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (doutorado), sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria de Fátima Pereira Alberto.

O objetivo geral do estudo é: Analisar a atuação do profissional de Psicologia nas políticas públicas de proteção da Assistência Social na garantia dos direitos de crianças e adolescentes no Estado do Ceará.

A finalidade deste trabalho é contribuir para desenvolvimento de novas ferramentas teórico-metodológicas que possam ser utilizadas pelos profissionais de Psicologia em sua atuação nas políticas públicas.

Solicitamos a sua colaboração através de participação em uma entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos acadêmicos e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para: o pesquisador Orlando Júnior Viana Macêdo, Endereço: Rua Tenente Antônio Sales, 230, Bairro Novo Juazeiro, Juazeiro do Norte-CE. Telefone: (88) 8807-0618 / (83) 9615-5962. Ou para o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da universidade Federal da Paraíba – Campus I – Cidade Universitária – Bloco Arnaldo Tavares, Sala 812, CEP 58051-900. João Pessoa – PB. Fone: (83) 3216-7791.

Atenciosamente,

Orlando Júnior Viana Macêdo
Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE

Apêndice 1 –Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para gestores da Política de Assistência Social

Dados biosóciodemográfico:

Idade:

Sexo:

Cargo que ocupa:

Tempo que está trabalhando:

Nível de escolaridade(Se tem graduação que curso?):

Alguma pós-graduação?

Questões norteadoras:

1- Sobre a Proteção Social Básica, quais são os serviços que estão sendo ofertados que contemplam direta ou indiretamente crianças e adolescentes?

2- Qual desses serviços tem a presença do profissional de Psicologia?

3- E qual o papel do profissional de Psicologia dentro desses espaços?

4- Sobre a Proteção Social Especial, quais são os serviços que estão sendo ofertados que contemplam direta ou indiretamente crianças e adolescentes?

2- Qual desses serviços tem a presença do profissional de Psicologia?

3- E qual o papel do profissional de Psicologia dentro desses espaços?

Apêndice 2 - Roteiro de Entrevista Semi-estruturada para profissionais e Psicologia

Dados biosóciodemográfico:

Idade:

Sexo:

Em que ano terminou graduação em Psicologia:

Política na qual está trabalhando:

Tempo que está trabalhando nessa política:

Questões norteadoras:

- 1- Qual direcionamento que foi dado a sua formação acadêmica ao longo da graduação?
- 2- O que você faz, numa semana típica de trabalho, como profissional de psicologia no (CRAS/CREAS/PETI/Projevem etc)?
- 3- Como você operacionaliza essas atividades?
- 4- Com quais demandas você se depara atuando nessa política?
- 5- Quais são as condições oferecidas para você trabalhar frente a essas demandas?
- 6- Qual referencial teórico-metodológico que você utiliza?
- 7- Como este referencial norteia a prática profissional?
- 8- O que você entende por infância?
- 9- O que você entende por adolescência?
- 10- Que dificuldades (institucionais e pessoais) você enfrenta para efetivar os direitos das crianças e adolescência através de sua atuação profissional?

